@revistaemevidencia

em evidência

Desde 2009 - Nº 121 | R$ 99,00

Líderes são leitores.

Inscreva-se em nosso canal

Um passeio por Venâncio Aires

Jarbas da Rosa

Os frutos de uma gestão que entrega qualidade de vida aos seus cidadãos



Everton Braz
O presidente estadual do Podemos fala sobre o comprometimento do partido com o Rio Grande do Sul

Airton Artus
A história de conquistas, os desafios e as perspectivas da liderança do Vale do Rio Pardo

Patrícia Alba
A entrevista exclusiva da presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do RS

Romeu Zema
A participação do pré-candidato à Presidência da República no Pampa Debates

Editorial
A opinião de Benito Fonseca Paschoal, prefeito de Encruzilhada do Sul e presidente da Amvarp

Danilo Krause
A entrevista do vice-presidente do Sintergs no Programa Em Evidência na TV

Gilson Becker: o perfil do presidente da Amprotabaco e do Cisvale

Uma solução spo

SUSI: a IA que zera faltas em consultas e redefine o cuidado na saúde do seu município.



No Brasil, **3 em cada 10 consultas** médicas simplesmente não acontecem.

Essas faltas **custam milhões** em desperdício e colocam em **risco diagnósticos e vidas.**

A **SUSI nasceu para resolver esse problema** e ir muito além das agendas, **conectando pacientes, profissionais e gestores em um ecossistema de cuidado contínuo.**

Fontes: Fiocruz (2022); Conselho Federal de Medicina (2023); UFMG/Unifesp, Ciência & Saúde Coletiva (2021)

A SUSI é um agente de IA especialista em saúde, integrada ao sistema de gestão e WhatsApp, que:

- **Reduz faltas**
- **Automatiza agendamentos**
- **Conecta pacientes e equipes em tempo real**

Ela envia lembretes, confirmações, faz agendamentos e reagendamentos automáticos, sem precisar de aplicativo, além de entregar dados em um painel inteligente para gestores e clínicas.

Como a SUSI funciona?

Lembra e confirma
envia lembretes automáticos de consultas e exames pelo WhatsApp.

Reagenda sozinha
se o paciente não puder comparecer, oferece novas datas, agenda e atualiza o sistema em tempo real.

Analisa mensagens e imagens
entende texto, áudio e fotos clínicas, identificando possíveis riscos e priorizando atendimentos.

Ativa campanhas de saúde
dispara mensagens segmentadas sobre vacinação, prevenção e rastreamento, ampliando o alcance e a adesão.

Gera dados inteligentes
entrega relatórios sobre comparecimento, triagens e engajamento em campanhas.

Integra-se facilmente
conecta-se a sistemas de clínicas, hospitais e prefeituras sem precisar mudar o que já funciona.

Tudo isso sem aplicativos, sem fricção e sem perder pacientes.

Qual é a **importância da SUSI para a saúde?**

Ela combate o absenteísmo, que representa milhões de reais em perdas anuais para hospitais e redes públicas.

Reduz as faltas drasticamente, automatizando lembretes, confirmações e reagendamentos.

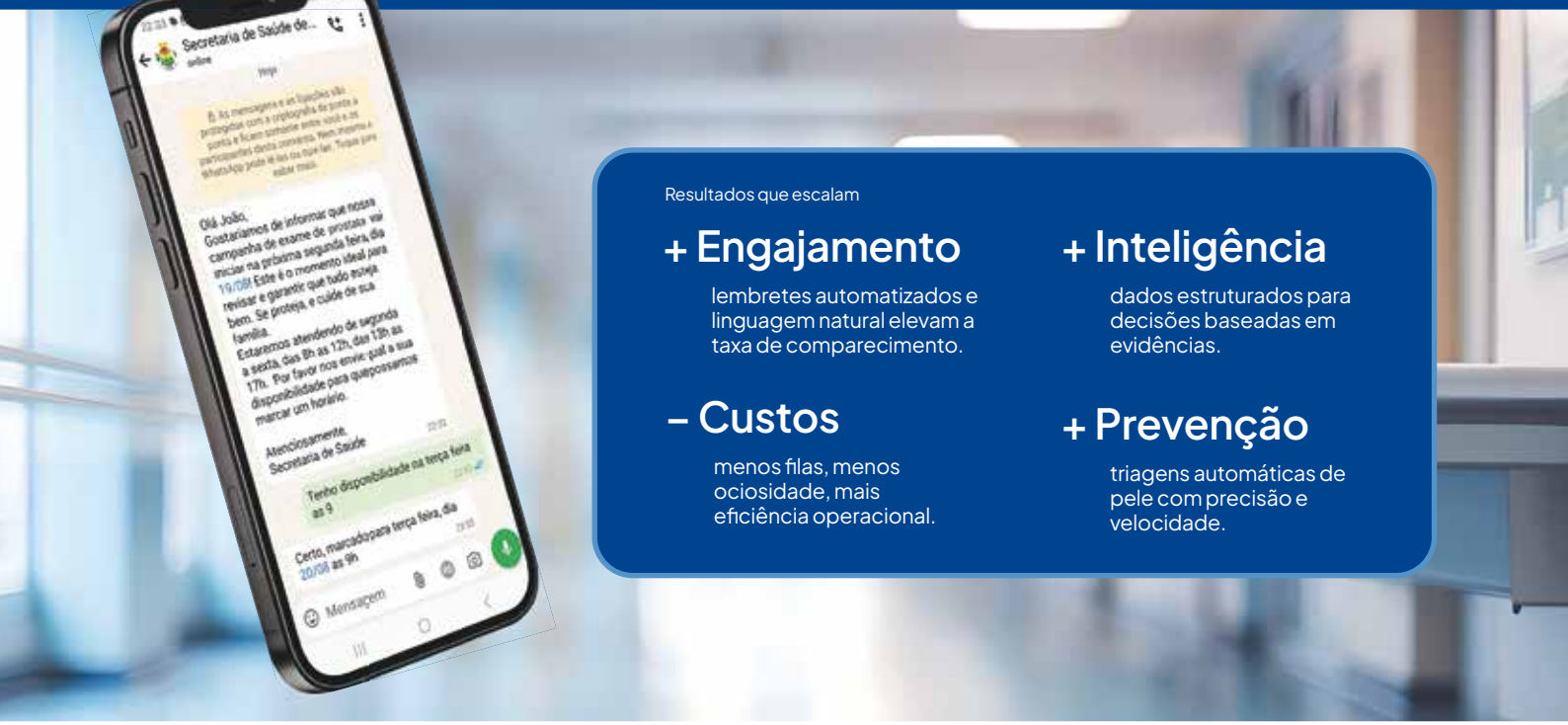
Melhora o fluxo de atendimento e reduz o tempo ocioso das equipes.

Aumenta a adesão a exames, campanhas e programas de prevenção.

Gera dados estratégicos para decisões clínicas e operacionais mais precisas.

Eleva a experiência do paciente, tornando o contato mais ágil, humano e eficaz.

Mais comparecimentos = **Mais diagnósticos** = **Mais vidas salvas**



Resultados que escalam

+ Engajamento
lembretes automatizados e linguagem natural elevam a taxa de comparecimento.

+ Inteligência
dados estruturados para decisões baseadas em evidências.

– Custos
menos filas, menos ociosidade, mais eficiência operacional.

+ Prevenção
triagens automáticas de pele com precisão e velocidade.

Atualização na SUSI

Com sua nova atualização, a SUSI vai além: **agora também realiza triagens automáticas de lesões de pele via imagem, permitindo diagnóstico precoce e encaminhamento imediato, tudo dentro do mesmo fluxo conversacional.**



Entre em contato
Vamos falar sobre como nossas soluções podem ajudar na sua gestão

www.spotec.app
+55 (51) 9 8048–1282

Tupandi | Porto Alegre | São Paulo

spo

EM EVIDÊNCIA NA TV

Análises e discussões sobre política, economia e negócios no Rio Grande do Sul. Mantenha-se atualizado sobre as decisões, movimentações e oportunidades que impactam o estado.

Entrevistas com quem realmente está fazendo a diferença na política e nos negócios do RS.

Apresentado por:

CDP Consultoria Direito Público

Kaysermaq Distribuidora Ltda.

Revista em evidência


às 18h,
todos os domingos
TRANSMISSÃO:
SATÉLITE
Satélite Star One D2
Canal 575
TV POR ASSINATURA
Claro TV RS | 20 / 520
STREAMING
(GRATUITO)
• maspertv.com.br
• SoulTV
• SOPPlay
• NXTV
• YouTube
• Facebook
• Instagram
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES
Inscreva-se no nosso canal no YouTube! Acesse pelo QR Code ou busque por
@RevistaEmEvidencia
Apresentador:
Cláudio Andrade

Solidez técnica que garante qualidade jurídica e de gestão

A **CDP - Consultoria em Direito Público** se dedica a assegurar que cada decisão tomada na esfera pública esteja ancorada em fundamentos jurídicos sólidos. Desde 1998, trabalhamos lado a lado com administrações municipais, fortalecendo sua atuação com diretrizes claras e soluções jurídicas personalizadas. Nossa equipe de especialistas, com profunda experiência no âmbito governamental, é o pilar de confiabilidade para muitos municípios. A certificação **ISO 9001** reconhece nosso padrão de excelência, mas é a confiança de nossos parceiros que realmente define nosso sucesso.

Com dedicação e domínio técnico, atendemos mais de 300 municípios ao longo de nossos 25 anos de atuação no Direito Público.



EQUIPE ESPECIALIZADA

A equipe da **CDP** não só detém um conhecimento jurídico profundo, mas também uma familiaridade íntima com as especificidades e nuances do setor público.

CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE

Embora a certificação **ISO 9001** ateste o compromisso da **CDP** com a qualidade, é o contínuo aperfeiçoamento da consultoria e a satisfação de seus parceiros que a motivam a manter um padrão elevado.

SOLUÇÕES PERSONALIZADAS

A **CDP** reconhece que cada município possui suas próprias particularidades. Por isso, a consultoria oferece soluções jurídicas que são adaptadas às necessidades individuais, garantindo eficácia e relevância.

AMPLA EXPERIÊNCIA JURÍDICA

Com anos de atuação no campo do Direito Público, a **CDP** detém uma vasta experiência que lhe permite lidar com complexidades jurídicas de maneira eficiente. Sua trajetória consolidada a capacita a prever desafios e a orientar seus parceiros de maneira proativa e informada.

CDP
CONSULTORIA
DIREITO PÚBLICO

Rua dos Andradas, 1234, cj. 206 - Centro Histórico
Porto Alegre - RS - CEP 90020-008
Fone/Fax: 51 3226.6866
E-mail: cdp@cdprs.com.br

cdprs.com.br



EDITORIAL

A FORÇA DO VALE DO RIO PARDO

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



BENITO FONSECA PASCHOAL
Presidente da Amvarp e prefeito de Encruzilhada do Sul

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

O Vale do Rio Pardo ocupa uma posição reconhecida no Rio Grande do Sul. Sua presença regional foi construída por cidades com identidade muito clara, por comunidades rurais fortemente ligadas à produção e por uma vida econômica que se consolidou ao longo do tempo. Quando se fala no Vale, fala-se de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Rio Pardo, Vera Cruz, Candelária, Encruzilhada do Sul e de muitos outros municípios que, cada um a seu modo, ajudam a formar uma região com presença marcante no Estado e relevância que ultrapassa seus próprios limites.

Muita gente associa o Vale do Rio Pardo, antes de tudo, ao tabaco. Essa relação tem base concreta. A cadeia produtiva do tabaco ajudou a desenhar a economia regional, a organizar parte importante da vida no campo e a movimentar a indústria, o transporte, o comércio e os serviços. Sua influência aparece na paisagem, na rotina e na formação de muitas cidades. Ao lado dessa base histórica, o Vale abriga agropecuária, pequenas e médias empresas, atividade industrial, circulação comercial intensa, prestação de serviços, cooperativismo, ensino, saúde e uma vida comunitária que segue dando consistência ao seu desenvolvimento.

A força do Vale começa justamente aí: na combinação entre tradição produtiva e capacidade de permanência. Ao longo de décadas, a região consolidou atividade econômica, formou mão de obra, fortaleceu municípios e sustentou uma rede regional em que cidade e interior permanecem fortemente ligados. Esse vínculo ajuda a explicar por que o Vale preserva densidade econômica e social mesmo quando o ambiente externo se torna mais difícil.

Essa força também se enxerga no território. A região se organiza a partir de uma relação permanente entre produção rural, beneficiamento, circulação, comércio, educação e gestão pública. O interior do Vale mantém conexão diária com as cidades. O que se produz numa propriedade repercute no transporte, no setor empresarial, no mercado local, na arrecadação, no emprego e na vida das famílias. O que se decide numa cidade-polo repercute nos demais municípios. Essa engrenagem regional, construída ao longo do tempo, ajuda a dar ao Vale uma presença muito particular dentro do Rio Grande do Sul.

Há também um traço humano que merece destaque. O Vale do Rio Pardo foi moldado por gente acostumada ao esforço continuado. Gente que trabalha cedo, que convive com as exigências do campo e da cidade, que conhece o valor da produção, que entende a importância da safra, do comércio aberto, da empresa funcionando, da escola ativa, do hospital atendendo e da estrada em condição de garantir deslocamento. Essa cultura do trabalho aparece na regularidade com que a região segue produzindo, investindo, estudando, empreendendo e buscando solução para seus desafios.

Falar da força do Vale também exige olhar para suas responsabilidades. Uma região com esse peso precisa discutir acessos, logística, infraestrutura, segurança para quem produz, apoio ao setor rural, condições para a indústria, qualificação de mão de obra e capacidade de manter oportunidades para as novas gerações. Precisa defender seus interesses quando temas decisivos atingem a vida dos municípios. Precisa agir em conjunto quando pautas regionais exigem voz firme e posição clara.

É exatamente nesse ponto que a união entre os municípios ganha valor concreto. A articulação regional amplia a capacidade de representação e dá escala a demandas que, isoladamente, perderiam força. Ela ajuda a levar adiante pautas ligadas à produção, à mobilidade, à infraestrutura, ao equilíbrio das finanças públicas e à capacidade de planejamento da região. Também reforça a compreensão de que o desenvolvimento do Vale do Rio Pardo depende de coordenação, presença política e senso de conjunto.

O Vale conhece suas virtudes e conhece também seus desafios. Essa clareza tem valor. A solidez de uma região aparece na consciência de sua formação, na preservação do que lhe deu relevância e na lucidez para identificar o que ainda precisa ser corrigido. O futuro do Vale passa por manter sua base econômica ativa, ampliar caminhos de diversificação, melhorar a conexão entre seus municípios e garantir que o crescimento regional continue repercutindo na vida real de quem mora aqui.

Ao longo do tempo, o Vale do Rio Pardo construiu mais do que indicadores ou posições de destaque. Construiu uma presença. Construiu um modo de se sustentar pelo trabalho, pela produção, pelo compromisso comunitário e pela capacidade de agir em conjunto quando o interesse regional está em jogo. Essa é a sua força mais verdadeira. Ela nasce do território, das cidades, do interior, das empresas, das famílias, das instituições e do esforço diário de uma população que ajudou a transformar essa parte do Estado em uma referência econômica e regional.

Defender o Vale do Rio Pardo, hoje, significa reconhecer esse patrimônio e agir para que ele siga vivo. Significa respeitar a história da região sem prendê-la ao passado. Significa compreender que a força do Vale está no que ele já é, mas também no que ainda pode construir com união, responsabilidade e clareza de direção. O Vale do Rio Pardo tem nome, tem território, tem base produtiva, tem municípios com identidade própria e tem um papel consolidado no Rio Grande do Sul. Por isso continua sendo uma região que merece ser vista, compreendida e defendida à altura de sua importância.

COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E INSTITUCIONAL NO **RIO GRANDE DO SUL**.

GRUPO MASPER

INSTITUTO MASPER
Instituto Sócio Educacional da Biodiversidade

MASPER ASSESSORIA

MASPER TV

Promove a transformação social através de parcerias com o setor público. O instituto se dedica a projetos de educação e gestão, conectando profissionais qualificados a oportunidades que fortalecem as comunidades.

Descomplica o universo tributário para aprimorar a gestão municipal. Oferece conhecimento especializado e direcionamentos precisos em impostos, garantindo segurança e eficiência para que as cidades possam progredir cada vez mais.

A janela do Rio Grande do Sul para o Brasil. Traz o melhor do estado em notícias, esportes e cultura, com uma programação que valoriza sua gente e inspira infinitas possibilidades.



34

Jarbas da Rosa

Prefeito de Venâncio Aires

Com os 40 anos da Fenachim, Venâncio Aires volta a ocupar espaço de destaque no Rio Grande do Sul. À frente do município, Jarbas da Rosa reúne a experiência da medicina, a vivência comunitária e uma forma de governar marcada por presença direta, discrição e cobrança por resultados. Sua relação com a cidade, com as lideranças locais e com a população ajuda a explicar o reconhecimento construído ao longo dos dois mandatos.

13 **FLASH**
Quem faz... está Em Evidência!

27 **EM EVIDÊNCIA 121**
Destaques da edição

42 **OPINIÃO - Mateus Marques**
Lei de licitações e gestão pública: desafios estruturais e exigências contemporâneas

44 **PAMPA DEBATES**
Romeu Zema

50 **OPINIÃO**
Iceberg no VI Encontro Gaúcho de Direito Eleitoral

52 **CAPA**
A trajetória vitoriosa de Airton Artus

56 **PERFIL EM EVIDÊNCIA**
Ronaldo Santini

62 **OPINIÃO**
Estabilidade gera confiança, confiança gera investimento

64 **CAPA**
Danilo Krause, vice-presidente do Sintergs

70 **CAPA**
Patrícia Alba, deputada estadual, presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do RS

76 **CAPA**
Gilson Becker

78 **OPINIÃO - Luís Henrique Kittel**
O voto não é um bilhete de loteria

80 **OPINIÃO**
O crescimento do Podemos: um partido comprometido com o futuro do país e do RS

82 **EM EVIDÊNCIA NA TV**
Vera Armando, vereadora de Porto Alegre

88 **ULBRA**
Maio Solidário nasce como legado permanente de cuidado e reconstrução social na Ulbra

90 **FLASH**
Maio Solidário

93 **FAMURS**
Relatório de gestão 2025-2026

114 **AGENDA**
Reforma tributária na pauta

116 **MASPERTV**
Direito dos negócios

118 **OPINIÃO - Andréia Fioravante**
Networking x netweaving e liderança feminina

120 **ÚLTIMA PALAVRA - Nelton Carlos Conte**
A força da Amesne na Serra Gaúcha

REVISTA em evidência

Rua dos Andradas, 1234 - 2º andar
Centro Histórico, Porto Alegre/RS
CEP 90020-008
revistaemevidencia.com.br

Anuncie:
51 98444-4616

DIREÇÃO EXECUTIVA E SUPERVISÃO GERAL:
Lucio Vaz - revistaemevidencia@gmail.com

REDAÇÃO:
Patrícia Cruz

EDIÇÃO:
Patrícia Cruz e Lucio Vaz

DESIGN:
Jonas Furlan

REVISTA em evidência

EM EVIDÊNCIA NA TV

ree revistaemevidencia.com.br

Siga-nos nas redes sociais:
@revistaemevidencia
@revistaemevidenciaoficial



VALE **SAÚDE**

TRANSPORTE SEGURO E ECONÔMICO PARA PACIENTES DO INTERIOR DO RS

O **Vale Saúde** é a solução ideal para prefeituras que desejam oferecer transporte **seguro, confortável e econômico** para seus cidadãos que precisam de tratamento médico em Porto Alegre.





BENEFÍCIOS | **VALE SAÚDE**

Transporte seguro e confortável: A Ouro e Prata garante o transporte de ida e volta do paciente com conforto, segurança e pontualidade, desde a cidade de origem até o hospital de destino em Porto Alegre.

Descontos especiais nas passagens para os pacientes: Garantindo economia significativa para as prefeituras.

Flexibilidade com diversos horários: Múltiplas opções de viagem para maior conveniência.

Redução de custos operacionais: A prefeitura não precisa se preocupar com custos de motoristas, veículos e manutenção, uma vez que a Ouro e Prata assume toda a operação de transporte.

Maior segurança e conforto para os pacientes: Garantia de que os pacientes viajarão em veículos adequados, com todo o suporte necessário durante o trajeto.

VIAÇÃO OURO E PRATA

ENTRE EM CONTATO CONOSCO

(51)98059.3076

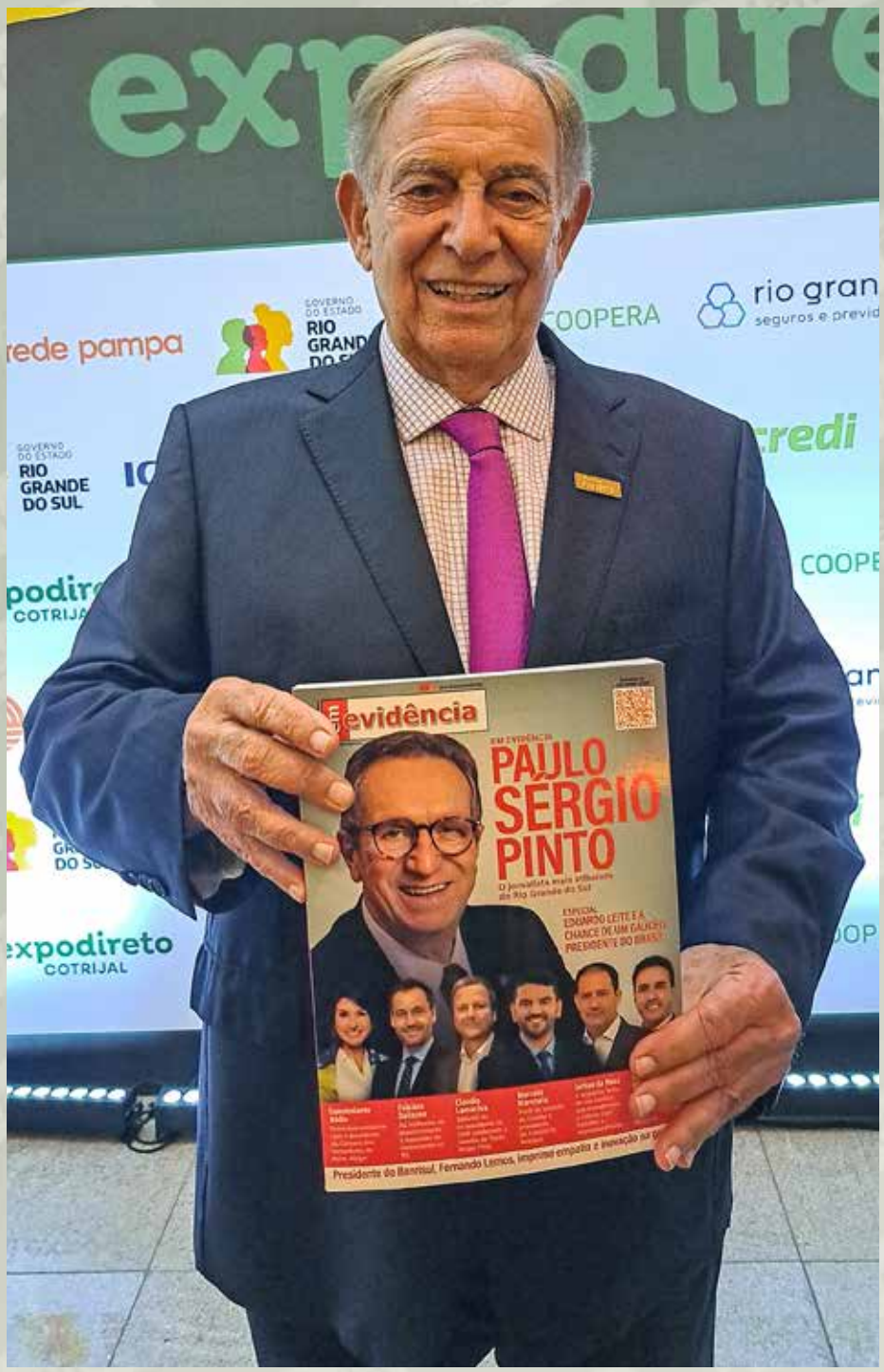
valetransporte@ouroeprata.com

valesaude.viacaoouroeprata.com.br

QUEM FAZ... ESTÁ EM EVIDÊNCIA!

Confira quem são as pessoas que estão fazendo o Rio Grande do Sul acontecer, através das lentes do fotógrafo Chico Pinheyro

Rafaela Machado
Chico Pinheyro/Revista Em Evidência



FIERGS, CIERGS E SIMERS
Claudio Bier, diretor-presidente do Grupo Masal SA, ocupa atualmente cargos de liderança no meio empresarial. É vice-presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) e está no quarto mandato como presidente do Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas no Rio Grande do Sul (Simers).



AEGEA
O diretor de Relações Institucionais da Aegea, Fabiano Dallazen, tem mantido um canal aberto e direto com as prefeituras do Rio Grande do Sul, ampliando a atuação da empresa nos municípios gaúchos

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



CASAL COVATTI
O casal que foi capa da edição 14 da Revista Em Evidência: a pré-candidata à vice-governadora do RS, Silvana Covatti e o patriarca da família mais amada pelos Progressistas, Vilson Covatti



CARLOS MELKE
Um líder que salvou uma instituição no RS: sob a presidência de Carlos Melke, a Ulbra consolida uma nova fase, onde a excelência acadêmica e o foco total no aluno são as prioridades absolutas



APOIO DE PESO NA CANDIDATURA DE LUCIANO ZUCCO
O deputado federal Osmar Terra prestigiou o lançamento da pré-candidatura de Luciano Zucco ao governo gaúcho, com a presença do senador Flávio Bolsonaro

LE BERG
CDP DIREITO PUBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES



MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA
Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, focado em empreendedorismo, livre iniciativa e agropecuária. Ex-prefeito de Sentinela do Sul (2005-2012), eleito aos 22 anos, sendo um dos mais jovens do Brasil na época, também foi presidente da Famurs (2009-2010), diretor presidente do IPE Saúde (2019-2021) e diretor administrativo da Corsan (2015-2018)

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



JURÍDICA EM EVIDÊNCIA
O procurador de Justiça e presidente da FMP, Luciano de Faria Brasil (centro), concede entrevista ao Grupo Em Evidência, acompanhado de Lucio Vaz (diretor do Grupo) e Rogério Noschang (diretor do Momento Jurídico)

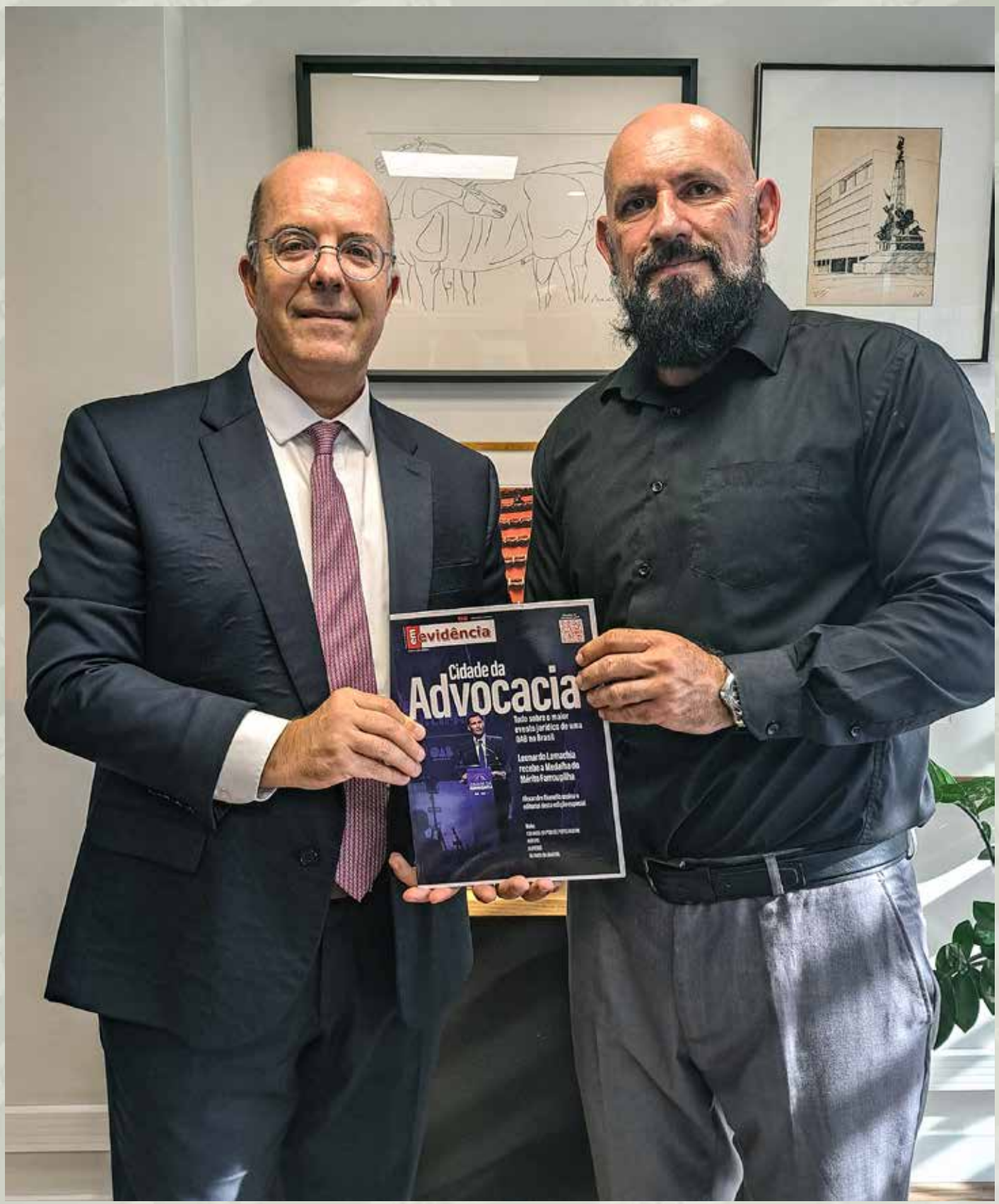
LEBERG
CDP
DIREITO PUBLICO
MASPER TV

Assessoria de Imprensa Câmara de Vereadores de POA



AMIGOS DO BEM
O fotógrafo da Revista Em Evidência, Chico Pinheyro, e o presidente do PSDB-RS, Moisés Barboza, com a matéria sobre sua primeira entrevista como presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, concedida ao Programa Em Evidência na TV

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



EM EVIDÊNCIA JURÍDICA
A entrevista do desembargador Marcelo Bertoluci foi destaque no Programa Em Evidência na TV e também capa na primeira Revista Jurídica Em Evidência. Na foto, com o diretor do Grupo Em Evidência, Lucio Vaz

LE BERG
CDP DIREITO PUBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES



AGORA NO PSD
Referências em suas áreas de atuação, o deputado estadual Ernani Polo e o deputado federal Heitor Schuch agora integram a mesma legenda

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



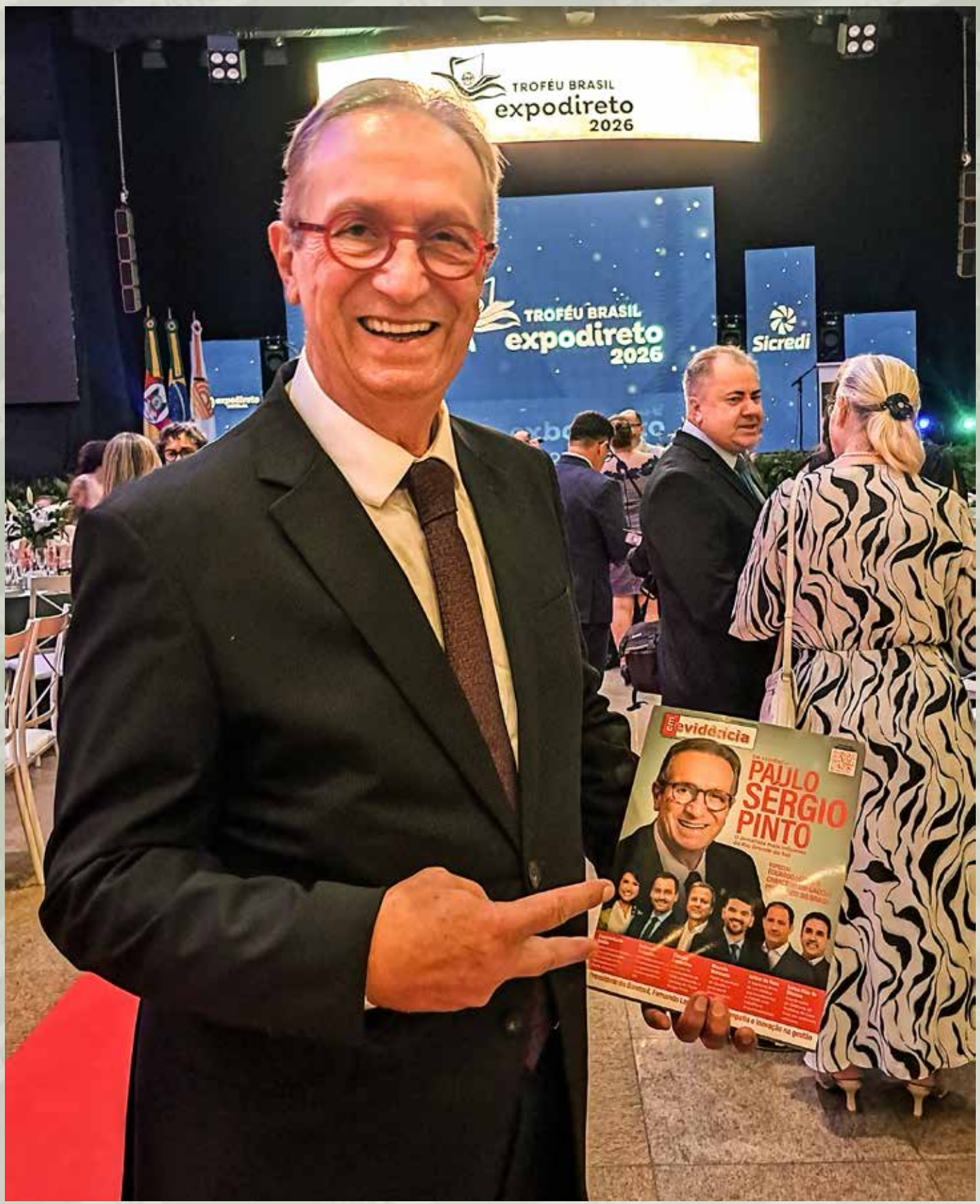
RAIO X NO CANAL 8 DA TV ABERTA
O apresentador do programa Raio X Arthur Lencina recebe o deputado federal Ubiratan Sanderson para mais uma entrevista exclusiva

LE BERG
CDP
DIREITO PUBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



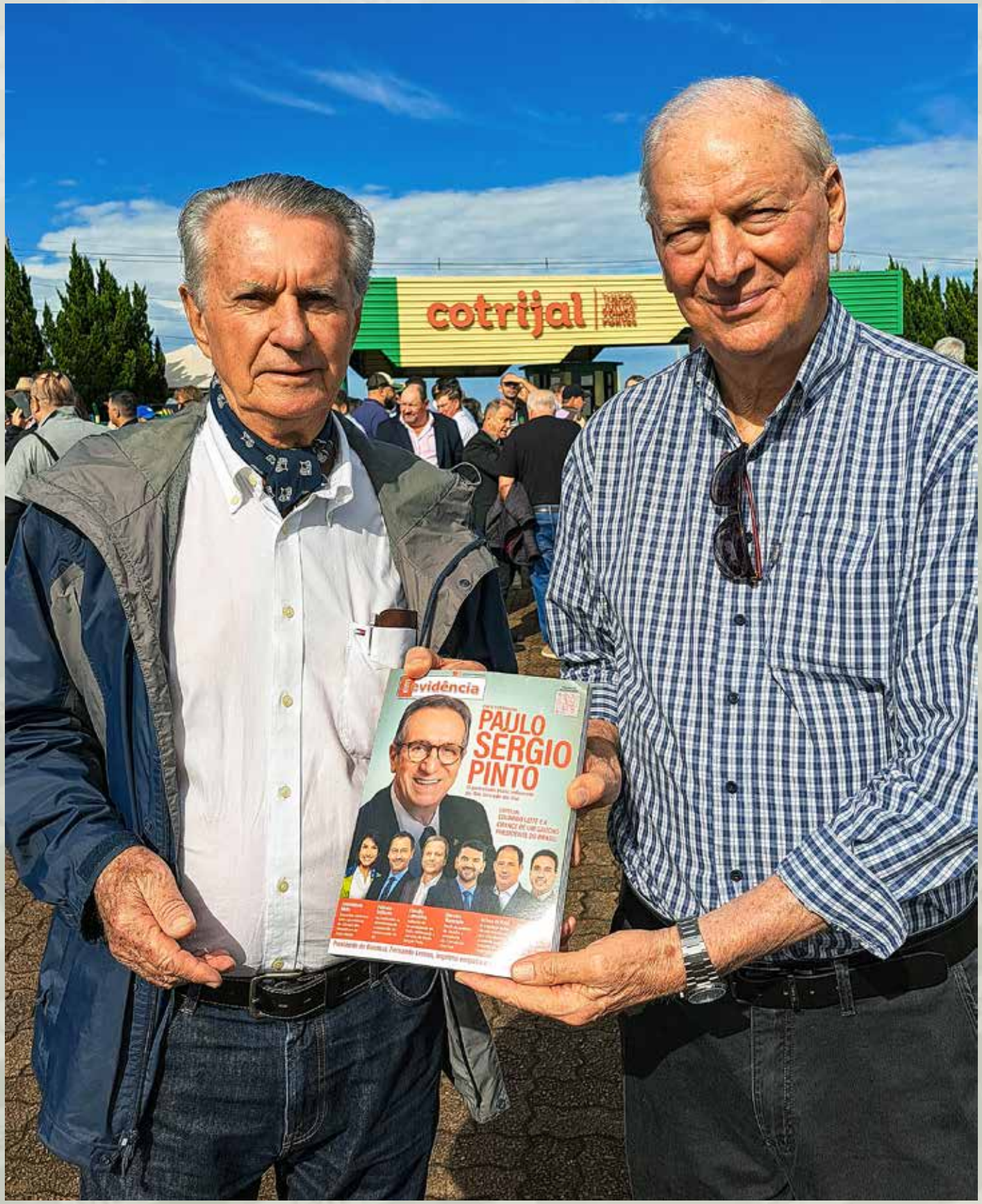
AMIGAS PARA SEMPRE
A vereadora e pré-candidata a deputada estadual vereadora Comandante Nádia prestigiando o aniversário de 50 anos da amiga Janna Silveira

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



PAULO SÉRGIO PINTO
O apresentador mais influente da política gaúcha com a edição 110 da Revista Em Evidência

LE BERG
CDP DIREITO PUBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES



ENCONTRO DE EXPOENTES DO AGRO
O ex-senador Ireneu Orth e o produtor rural Adroaldo Potter encontram-se na Expodireto, em Não-Me-Toque

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

DESTAQUES DA EDIÇÃO

Confira as páginas das principais matérias a seguir

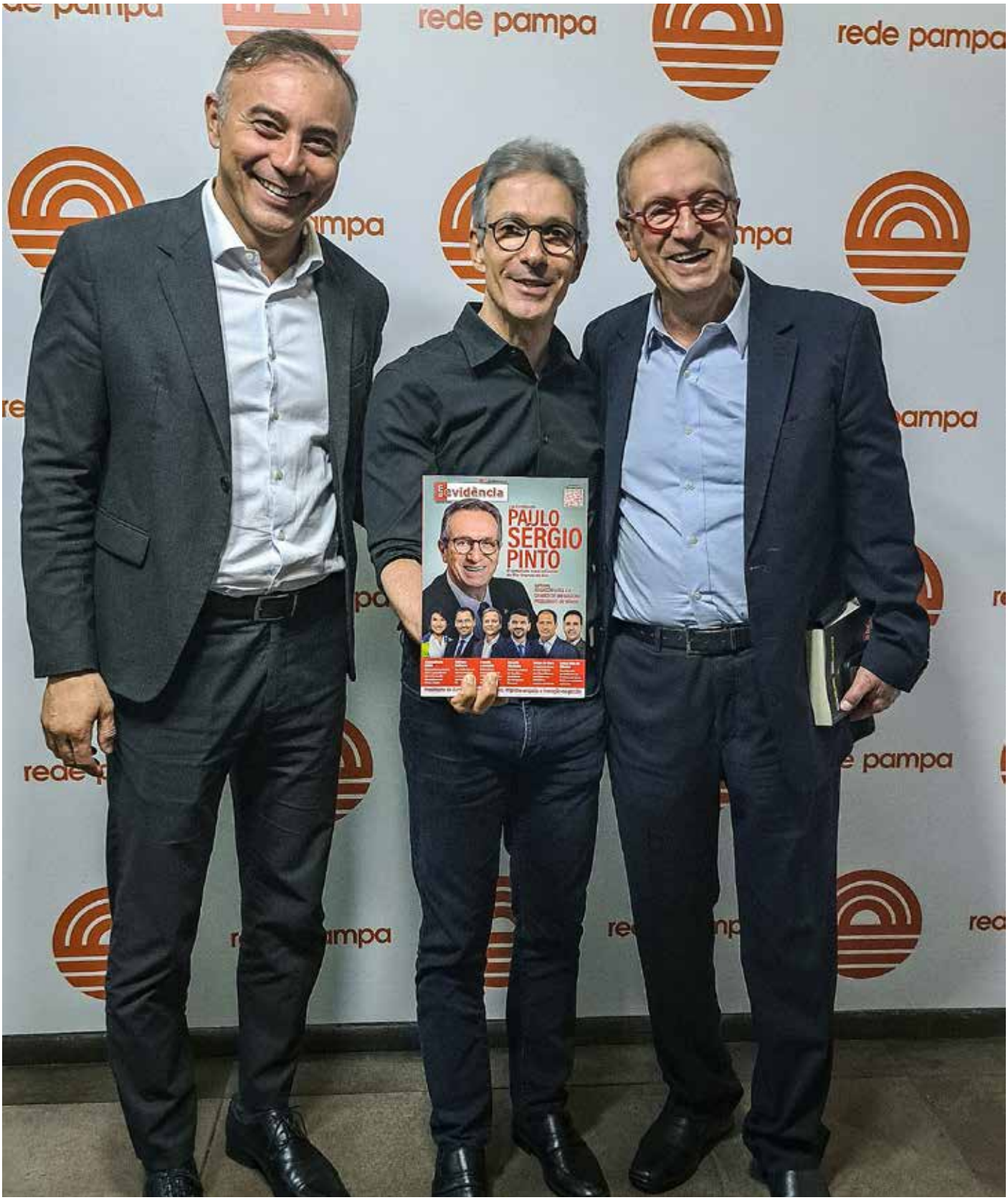
Rafaela Machado
Chico Pinheyro/Revista Em Evidência



A PARTIR DA PÁGINA 34
Jarbas da Rosa e a equipe da Revista Em Evidência passeiam por Venâncio Aires apreciando os frutos de uma gestão de entrega e excelência



A PARTIR DA PÁGINA 82
A entrevista exclusiva com Vera Armando, vereadora de Porto Alegre e apresentadora do programa Atualidades Pampa, da Rede Pampa de Comunicação



A PARTIR DA PÁGINA 44
A entrevista com o ex-governador de Minas Gerais, Romeu Zema, e pré-candidato à Presidência da República, no programa Pampa Debates. Na foto, com o presidente da Rede Pampa de Comunicação, Alexandre Gadret, e o vice-presidente da emissora, Paulo Sérgio Pinto

LE BERG
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



A PARTIR DA PÁGINA 52
O perfil de Airton Artus: as conquistas e perspectivas da liderança do Vale do Rio Pardo. Na foto, com o diretor do Grupo Em Evidência, Lucio Vaz

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



A PARTIR DA PÁGINA 70
A entrevista exclusiva da deputada estadual Patrícia Alba no Programa Em Evidência na TV. Na foto, com o diretor-executivo da Revista Em Evidência e do Programa Em Evidência na TV, Lucio Vaz

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES





A PARTIR DA PÁGINA 76
O perfil do presidente da Amprotabaco e do Cisvale, Gilson Becker. Na foto, durante a premiação do Troféu Mérito Prefeitos RS Em Evidência, promovido pela Revista Em Evidência

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



A PARTIR DA PÁGINA 78
A opinião do prefeito de Agudo e presidente da poderosa Amcentro, Luís Henrique Kittel



INSCREVA-SE @revistaemevidencia



JARBAS DA ROSA
E A QUEBRA DE UM PARADOXO NA DEMOCRACIA

Texto: Lucio Vaz | Revisão: Patrícia Cruz
Foto: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência

Ninguém governa sem vencer uma eleição, pelo menos na maioria dos casos. Mas, hoje, para vencer uma eleição, não é mais necessário ser um bom candidato, literalmente falando. Basicamente, no século 21, os requisitos para se chegar ao poder, em qualquer parte do planeta, são totalmente distintos daqueles exigidos a um bom governante. Eis aí, o segredo que abre a caixa de Pandora da má gestão pública: estamos elegendo influencers e não gestores. Nesse cenário, brotam em uma velocidade assustadora, cursos, dicas, imersões ministradas por pessoas que sequer chegaram perto de uma repartição pública.

Jarbas da Rosa é a quebra desse paradigma, e a comunidade de Venâncio Aires merece todo o crédito por essa exceção. O prefeito da Capital Nacional do Chimarrão faz parte de uma geração de políticos que, infelizmente, está sendo extinta por toda essa baboseira de redes sociais, com o perdão das palavras.

Um homem de caráter firme não necessita se transformar em um ator para convencer que sua visão de gestão é a melhor, sua conduta pessoal sempre tende a falar mais alto. Foi assim em sua vida como médico voluntário em Porto Alegre, foi assim antes de sua primeira eleição e segue sendo assim, agora em seu segundo mandato. Jarbas da Rosa não levanta a voz, não "eleva o tom" e é avesso a polêmicas vazias, sua metodologia é simples e eficaz: quem entrega fica, quem não entrega, vaza!

Talvez por sua formação científica, desempenha uma gestão eficiente, com a máquina pública devidamente azeitada, onde cada um sabe e desempenha seu papel sem demagogia, com excelência e sem grandes rachaduras internas. Seu exemplo fala mais que sua voz, seu olhar é sempre atento e nas conversas com a população tende a dar mais tempo para ouvir do que falar, é, enfim, a exceção que deveria ser regra.

Agora, durante os 40 anos da Fenachim, novamente reúne as lideranças mais distintas e distantes do Rio Grande, numa força de poder e carisma inigualáveis. Sua figura é querida de forma genuína, em um meio onde os meandros da política tendem muito mais a apontar para outra direção.

Seu nome surge forte e quase único para presidir a Famurs em 2026-2027, e com a proximidade das eleições e o nome de Juliana Brizola apontado como um dos dois mais fortes, seu protagonismo deverá atingir níveis inéditos. Em um mundo superficial, onde o imediatismo aliena as pessoas e as condutas, o andar de Jarbas da Rosa deixa um rastro onde prefeitos e prefeitas podem seguir, sem medo de errar.

LE BERG
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

UM PASSEIO PELAS TRANSFORMAÇÕES DE VENÂNCIO AIRES

Confira, nesse passeio com o prefeito da Capital Nacional do Chimarrão, os frutos de uma gestão que entrega qualidade de vida para seus cidadãos

Patrícia Cruz



ONDE O AMANHÃ GANHA ENDEREÇO

Ao observar as 112 unidades, Jarbas não vê apenas uma obra de R$ 15 milhões. O complexo, equipado com biblioteca, playground e quadra de areia, prova que a habitação popular pode e deve ser sinônimo de bem-estar

O roteiro desse passeio começa por onde a vida se estabelece: a casa própria. Em Venâncio Aires, a habitação voltou a ser prioridade absoluta após um hiato de dez anos sem novos conjuntos populares. O prefeito Jarbas inicia sua caminhada pelo Residencial Morada das Lavandas, na esquina das ruas Conde D'Eu e Cândido de Moura. O local é um símbolo nacional, sendo o primeiro empreendimento entregue no país após a retomada do programa Minha Casa, Minha Vida.

Ao observar as 112 unidades, Jarbas não vê apenas uma obra de R$ 15 milhões, mas a segurança de famílias como a de Lidiane Silveira, que encontrou ali a estabilidade necessária para seguir em frente. O complexo, equipado com biblioteca, playground e quadra de areia, prova que a habitação popular pode e deve ser sinônimo

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



RECONHECIMENTO AOS PROFESSORES
O prefeito destaca a entrega de 530 notebooks de última geração para os professores da rede, um investimento de R$ 3,2 milhões. "Nenhum computador vai conectar mais do que o amor e a dedicação que vocês fazem no dia a dia", afirma Jarbas, reforçando que a modernidade é uma ferramenta para potencializar o talento humano

de bem-estar.

Seguindo o trajeto, chegamos ao Loteamento Novo Horizonte II, onde o impacto social é ainda mais latente. Ali, 52 famílias receberam as chaves de suas casas modulares de concreto, um investimento de R$ 6,2 milhões. Para Jarbas, caminhar entre essas casas é reviver a alegria de moradoras como Cássia Eduarda Wolff, que após perderem tudo em enchentes, agora têm um teto seguro. É o compromisso de um pai que sabe que o alicerce de uma vida começa com um endereço digno.

EDUCAÇÃO

A caminhada entra agora nos portões das escolas, onde os números revelam um salto histórico. Jarbas celebra o



AS ARTÉRIAS DO DESENVOLVIMENTO
Através de um sistema de monitoramento por satélite, a prefeitura acompanha em tempo real 146 veículos da frota, garantindo que o serviço chegue com precisão

avanço no Indicador Criança Alfabetizada, que subiu de 59% para 70%, colocando Venâncio muito acima da média nacional. Esse resultado é fruto de um investimento pesado em quem ensina.

O prefeito destaca a entrega de 530 notebooks de última geração para os professores da rede, um investimento de R$ 3,2 milhões. "Nenhum computador vai conectar mais do que o amor e a dedicação que vocês fazem no dia a dia", afirma Jarbas, reforçando que a modernidade é uma ferramenta para potencializar o talento humano.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



INFRAESTRUTURA

Ao sair da escola, o passeio ganha a fluidez do asfalto novo. O programa Pavimenta Venâncio é o sistema circulatório que permite à cidade pulsar. Jarbas faz questão de acompanhar de perto as máquinas que transformam ruas antes castigadas pela lama em vias de progresso. Mas o asfalto aqui é inteligente. Através de um sistema de monitoramento por satélite, a prefeitura acompanha em tempo real 146 veículos da frota, garantindo que o serviço chegue com precisão.

Essa infraestrutura tem reflexos diretos no interior. É por essas vias pavimentadas que o pequeno Pyetro percorre diariamente 30 quilômetros até a APAE com total segurança. É por elas também que escoa a produção da agricultura familiar, que em 2025 movimentou mais de um milhão de reais em produtos frescos para a merenda das escolas. O "Pavimenta Venâncio" não é apenas engenharia; é o elo que une o campo à cidade.

SAÚDE

Como médico, a parada no Hospital São Sebastião Mártir (HSSM) é, para Jarbas, uma visita à própria essência. Sob sua liderança, o município assumiu a gestão da instituição com uma comissão técnica focada na recuperação financeira e na manuten-



O DIAGNÓSTICO DO CUIDADO

O município assumiu a gestão da instituição com uma comissão técnica focada na recuperação financeira e na manutenção da qualidade. O objetivo é garantir que o hospital continue sendo uma referência segura para toda a microrregião

Principais áreas e ruas pavimentadas (2025-2026)
Bairros Santa Tecla e Aviação (Lote 3):
Oito ruas finalizadas em agosto/setembro de 2025.

Rua Sete de Setembro:
Obra concluída em junho de 2025.

Locais em andamento/planejamento:
Estrada Velha, Rua Wilma Helena Kunz, Rua XV de Novembro.

Lote 5 do Pavimenta (previsão 2026):
Dr. Albino Fiss, 1º de Março, Aurino Guterres de Carvalho, Profª Wilma Helena Kunz.

Estrada Geral da Linha Tangerinas:
Pavimentação projetada.

Estrada Geral de Rincão de Souza:
Obra prevista.



ONDE A POEIRA DÁ LUGAR À DIGNIDADE
O som do cascalho sob os sapatos e o aroma forte do asfalto quente que sobe da rua são, para Jarbas da Rosa, os sinais mais claros de que a cidade está viva. Existe uma diferença fundamental entre observar Venâncio Aires através de mapas no gabinete e senti-la sob os pés, caminhando por onde a poeira dá lugar à dignidade. Este "passeio" não é apenas um deslocamento geográfico; é o caminhar de um médico que segue atuante na profissão enquanto lidera o município, unindo a precisão do diagnóstico clínico à visão estratégica da gestão pública.



RECONHECIMENTO
O prefeito Jarbas da Rosa, vencedor do Troféu Mérito Prefeitos RS Em Evidência em2024 e 2025, promovido pela Revista Em Evidência. Embora o reconhecimento seja legítimo e verdadeiro, é a comunidade que sai ganhando com as boas gestões públicas

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



O RECONHECIMENTO SOB O OLHAR DA MATRIZ

Todo esse itinerário por obras e serviços só é possível porque a "casa" está em ordem. A prefeitura encerra o ano de 2025 com um saldo positivo de R$ 18,9 milhões em recursos próprios

ção da qualidade. O objetivo é garantir que o hospital continue sendo uma referência segura para toda a microrregião.

A rede se completa com o SERMulher RS, um serviço especializado que foca no diagnóstico precoce e no acolhimento humanizado. Em 2025, o SUS em Venâncio Aires realizou impressionantes 1,3 milhão de atendimentos. É a saúde pública sendo tratada com o rigor de quem entende a dor do paciente no dia a dia.

GESTÃO EXEMPLAR

O passeio termina na Praça Matriz, diante da imponente Igreja de São Sebastião Mártir. É aqui que Jarbas da Rosa se conecta com a tradição da sua gente. Todo esse itinerário por obras e serviços só é possível porque a "casa" está em ordem. A prefeitura encerra o ano de 2025 com um saldo positivo de R$ 18,9 milhões em recursos próprios. Em um cenário econômico desafiador, manter as contas no azul é um exercício de responsabilidade extrema, permitindo que a cidade siga sendo um canteiro de obras sem comprometer as próximas gerações.

TROFÉU MÉRITO PREFEITOS RS EM EVIDÊNCIA

Para o prefeito reeleito, o prêmio é a certeza de que Venâncio Aires está no caminho certo. A caminhada de Jarbas não termina aqui; ela se renova a cada manhã, confirmando que governar é, acima de tudo, caminhar junto com a população, cuidando da cidade como quem cuida da própria família.

LEI DE LICITAÇÕES E GESTÃO PÚBLICA: DESAFIOS ESTRUTURAIS E EXIGÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



MATEUS MARQUES
Advogado Criminalista, Doutor em Direito e Professor de Processo Penal

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

A reconfiguração do regime jurídico das contratações públicas no Brasil, promovida pela Lei nº 14.133/2021, transcende a mera atualização procedimental. Trata-se, em verdade, de uma inflexão paradigmática que reposiciona a atividade administrativa em um ambiente de controle mais sofisticado, no qual a dimensão penal passa a ocupar espaço relevante na avaliação dos atos de gestão.

A incorporação dos crimes licitatórios ao Código Penal Brasileiro — por meio da sistematização dos tipos penais relacionados às contratações públicas — não apenas conferiu maior organicidade normativa, mas também intensificou a visibilidade da responsabilização criminal no âmbito administrativo. A gestão contratual deixa de ser percebida exclusivamente como atividade técnica para assumir contornos de decisão juridicamente sensível, sujeita a escrutínio posterior cada vez mais rigoroso.

"A decisão administrativa, especialmente no campo das contratações públicas, projeta efeitos que ultrapassam o momento de sua prática e passam a ser examinados sob critérios jurídicos progressivamente mais exigentes."

Nesse contexto, a atuação do gestor público passa a ser analisada não apenas sob a perspectiva da legalidade formal, mas também à luz de uma racionalidade penal que busca identificar, retrospectivamente, eventuais desvios de finalidade, fragilidades procedimentais ou inconsistências decisórias. A temporalidade da decisão administrativa — frequentemente marcada por urgência, limitação de informações e condicionantes institucionais — contrasta com a racionalidade ex post dos mecanismos de controle.

As hipóteses típicas relacionadas à frustração do caráter competitivo, à indevida contratação direta ou às irregularidades na execução contratual evidenciam que o campo penal das licitações não se restringe a condutas manifestamente ilícitas. Ao contrário, muitas vezes se estrutura a partir de interpretações jurídicas que incidem sobre atos administrativos formalmente regulares, mas considerados insuficientemente fundamentados ou inadequadamente documentados.

"Na gestão pública contemporânea, a juridicidade do ato não se esgota em sua conformidade formal, mas exige capacidade demonstrativa de sua racionalidade e de seus fundamentos."

Essa realidade impõe ao gestor público um deslocamento relevante: não basta decidir de acordo com a norma; é necessário construir, de forma consistente, a narrativa jurídica que sustenta a decisão. A formalização adequada dos atos administrativos, a robustez dos registros decisórios e a coerência dos fundamentos passam a integrar o próprio conteúdo da legalidade administrativa

É nesse cenário que a dimensão preventiva do Direito Penal adquire centralidade. A atuação orientada à identificação prévia de riscos, à estruturação de fluxos decisórios e à qualificação técnica das contratações públicas não representa obstáculo à eficiência administrativa, mas condição para sua sustentabilidade jurídica. A prevenção, nesse contexto, assume caráter estruturante.

"A prevenção penal, no âmbito das contratações públicas, não se traduz em restrição da ação administrativa, mas em qualificação de sua legitimidade."

A adoção de práticas alinhadas ao compliance público — compreendidas como mecanismos de organização, controle e transparência — contribui para a construção de um ambiente institucional mais previsível e resiliente. Mais do que mitigar riscos de responsabilização, tais práticas permitem que a administração demonstre, de forma objetiva, a correção de suas escolhas, mesmo diante de interpretações divergentes.

Importa destacar que a responsabilização penal no campo das licitações não se limita à identificação de dolo específico em sua acepção mais evidente...

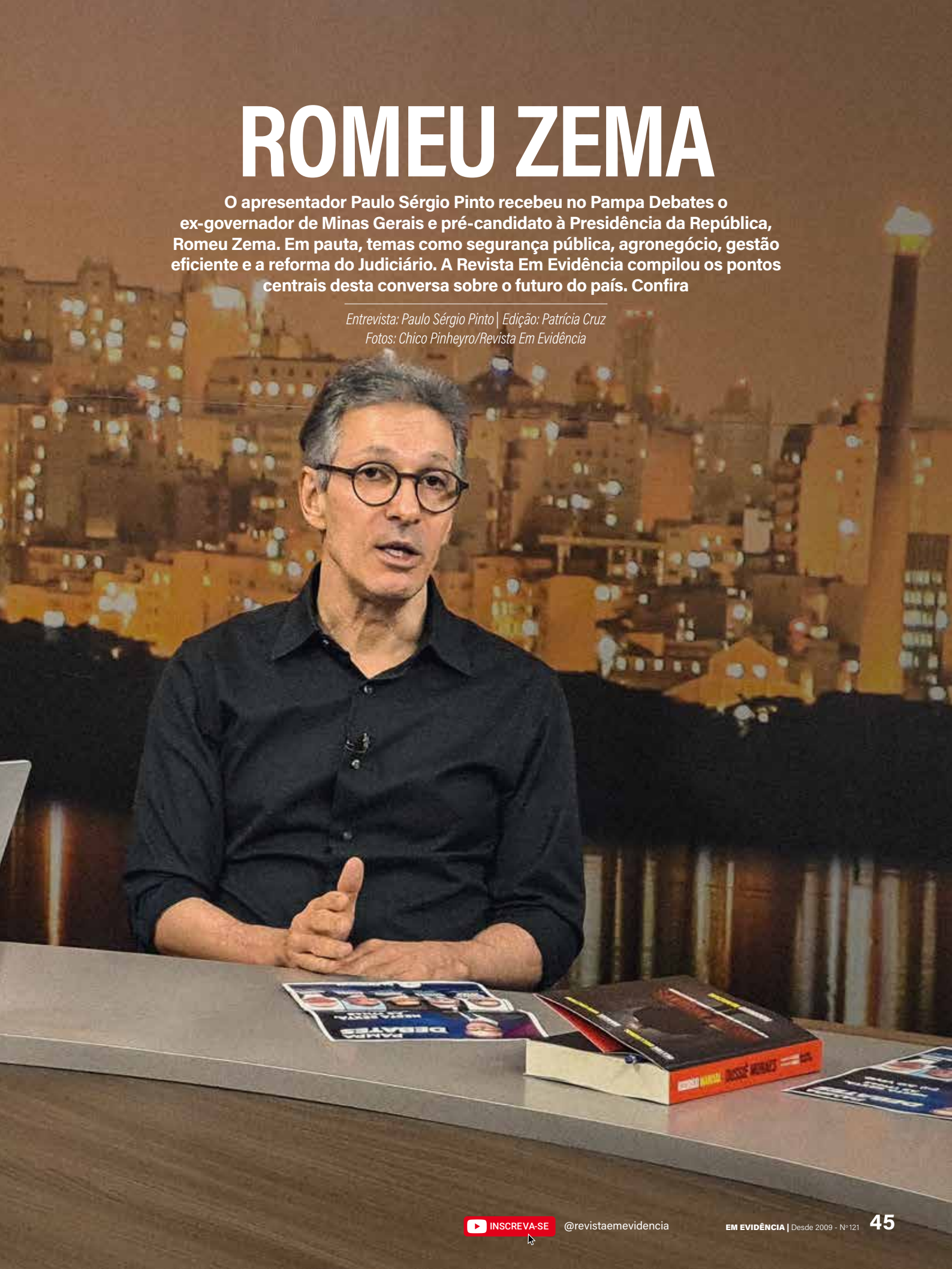


INSCREVA-SE @revistaemevidencia

ROMEU ZEMA

O apresentador Paulo Sérgio Pinto recebeu no Pampa Debates o ex-governador de Minas Gerais e pré-candidato à Presidência da República, Romeu Zema. Em pauta, temas como segurança pública, agronegócio, gestão eficiente e a reforma do Judiciário. A Revista Em Evidência compilou os pontos centrais desta conversa sobre o futuro do país. Confira

Entrevista: Paulo Sérgio Pinto | Edição: Patrícia Cruz
Fotos: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência



Embora natural de Araxá, a sua formação e trajetória pessoal são ligadas a São Paulo?

Sim, eu sou de Araxá e, para nós do Triângulo Mineiro, a proximidade e o acesso rodoviário facilitam muito mais o contato com São Paulo do que com Belo Horizonte. Em função disso e dos negócios, a minha família sempre teve essa ligação estreita com o estado vizinho. Eu, meus irmãos, filhos e sobrinhos, todos seguimos para São Paulo para cursar a faculdade, no meu caso, Administração na FGV.

O que motivou a sua mudança do setor privado para a política?

Sempre tive aversão à política. Venho de uma família com um século de tradição no comércio, focada no cliente e na independência do Estado. Minha visão do governo era limitada à fiscalização. Porém, aos 53 anos, a indignação mudou tudo. Entre 2015 e 2016, vivemos a maior recessão da história, fruto da corrupção do PT, dos reflexos da Lava-Jato e do impeachment da Dilma Rousseff. Enquanto o mundo crescia, o Brasil retrocedia. Percebi que não basta ser um bom profissional se o país afunda. Somado à gestão desastrosa de Fernando Pimentel em Minas, decidi arriscar a candidatura pelo Novo, mesmo sendo um nome desconhecido.

Antes do Novo, o senhor passou pelo PL. Como foi essa experiência?

Foi uma situação curiosa. Em meados dos anos 90, um primo do meu pai pretendia concorrer à prefeitura de Araxá e pediu que eu, meu pai e meu irmão assinássemos fichas de filiação em apoio. Ele desistiu da candidatura e eu esqueci que aquele papel existia. Só descobri o registro em 2018, ao me candidatar a governador. Chegaram a me chamar de mentiroso, mas era apenas uma assinatura esquecida por 20 anos, sem qualquer atuação ou militância partidária anterior.

Como aperfeiçoar o modelo de indicação aos tribunais superiores, incluindo critérios como idade mínima e mandatos fixos?

Essa reforma é necessária. Discuti com a ex-senadora Ana Amélia Lemos a importância de filtros técnicos. Uma alternativa seria que órgãos como o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União indicassem nomes para a escolha do presidente. Isso traria equilíbrio, pois a liberdade total resulta na escolha de ex-advogados particulares ou partidários por afinidade pessoal. Instituir esses filtros e mandatos fixos é fundamental para evitar o aparelhamento das cortes.

Qual o impacto da infraestrutura de transportes na competitividade do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais?

O RS tem uma indústria metalmecânica e de proteína animal que depende de insumos de outras regiões. Sem ferrovias eficientes, o estado perde competitividade no caro modal rodoviário. Após as enchentes de 2024, o RS exige atenção diferenciada, mas vemos o abandono de estados que são "locomotivas" do país. Enquanto rodovias sem movimento são duplicadas por interesses eleitoreiros, casos como o da BR-290 (RS) e da BR-262 (MG) seguem ignorados. O Brasil não dará certo priorizando "currais eleitorais" em vez de projetos técnicos. Mudaremos isso em Brasília.

> “O RS tem uma indústria metalmecânica e de proteína animal que depende de insumos de outras regiões. Sem ferrovias eficientes, o estado perde competitividade no caro modal rodoviário. Após as enchentes de 2024, o RS exige atenção diferenciada, mas vemos o abandono de estados que são "locomotivas" do país”

Diante dos índices alarmantes de feminicídio no RS em 2026, como enfrentar essa violência em nível nacional?

O feminicídio é uma vergonha que exige mudanças profundas. Sou favorável ao endurecimento de penas, incluindo a castração química para crimes sexuais, pois punições pesadas inibem o agressor, pauta que o Novo defende. Em Minas, usamos tecnologia: agressores usam tornozeleiras integradas a um sistema de alerta. Se houver aproximação da vítima, o celular dela dispara um alarme e a polícia é comunicada. Além disso, levamos conscientização às escolas estaduais para romper o ciclo de violência doméstica e mostrar que essa aberração é inaceitável.-

Como o senhor avalia o impacto geracional do Bolsa Família em lares sem a referência do trabalho formal?

Esse é um grande problema: gerações acreditando que o Estado existe apenas para pagar auxílios, o que eterniza a pobreza. Muitos beneficiários recusam o emprego formal para não perder o auxílio, optando pela informalidade sem buscar qualificação. O ciclo se repete entre pais e filhos. Precisamos de mudanças urgentes, especialmente para jovens saudáveis. Minha proposta para Brasília tem três pilares: se houver oferta de emprego e o beneficiário recusar, perde o auxílio; a manutenção do benefício será condicionada a cursos profissionalizantes (como o "Trilhas de Futuro"); e o beneficiário deverá prestar serviços à comunidade em creches ou escolas. É preciso dar uma contrapartida, sentir-se útil e aprender um ofício.

ASSISTA:



“Enquanto rodovias sem movimento são duplicadas por interesses eleitoreiros, casos como o da BR-290 (RS) e da BR-262 (MG) seguem ignorados. O Brasil não dará certo priorizando "currais eleitorais" em vez de projetos técnicos. Mudaremos isso em Brasília”



“Em Minas, usamos tecnologia: os agressores usam tornozeleiras integradas a um sistema de alerta. Se houver aproximação da vítima, o celular dela dispara um alarme e a polícia é comunicada. Além disso, levamos conscientização às escolas estaduais para romper o ciclo de violência doméstica e mostrar que essa aberração é inaceitável”

Quais são as suas propostas para o setor do agronegócio, considerando os atuais desafios econômicos e climáticos?

O agronegócio é o motor da renda brasileira, mas hoje o produtor vive um cenário de "quebradeira". O governo federal impôs juros altíssimos por conta dos gastos desenfreados, transformando dívidas em bola de neve. Precisamos mudar a mentalidade, começando pela simplificação ambiental. Em Minas, autorizamos automaticamente pequenas barragens para irrigação, eliminando custos com consultorias. Também resolvemos o problema da energia: paramos com a politicagem na Cemig para focar 100% no produtor mineiro. Brasília precisa usar ferramentas como o crédito agrícola e a política monetária para aliviar quem produz, em vez de priorizar o gabinete e os bajuladores.

Como retomar o controle do território nacional diante do avanço do narcotráfico e das facções criminosas?

Em Minas, a Polícia Militar transita em 100% das vias; não há território dominado. Isso evita que a população pague "taxas" a criminosos. Para o Brasil, defendo enquadrar facções como organizações terroristas e usar as Forças Armadas nas fronteiras para inibir o crime. Precisamos combater a criminalidade com força e acabar com a ideia de que o criminoso é "vítima da sociedade". Sou favorável à redução da maioridade penal para 14 ou 16 anos. Estive em El Salvador e vi como reduziram homicídios em 99%: colocando bandido atrás das grades. Minha meta inclui uma grande prisão na Amazônia, renovação das Cortes Superiores e um Senado corajoso.

Como superar os gargalos históricos do Sistema Único de Saúde (SUS) e garantir eficiência na saúde pública em nível nacional?

O SUS pode funcionar muito melhor. Durante a pandemia, houve represamento de cirurgias, mas em Minas revertemos o quadro com gestão radical. Saltamos de 660 mil cirurgias em 2019 para mais de um milhão em 2025. O segredo foi parar de remunerar hospitais apenas pela estrutura e passar a pagar por produção. O Estado passou a complementar a tabela SUS, multiplicando o valor em até cinco vezes para garantir que o hospital receba pelo que efetivamente opera e trata. Hoje, temos a menor fila da história em Minas; em várias regiões, a fila é zero: o paciente é diagnosticado e já sai com a cirurgia agendada. É esse modelo de eficiência que o Brasil precisa.

Qual a sua avaliação sobre a atual composição e atuação da Suprema Corte?

O que assistimos hoje no Brasil é estarrecedor. Vemos transações de milhões envolvendo familiares de ministros que parecem mais interessados em lucros pessoais do que em resolver os problemas do brasileiro. Precisamos atacar o mal pela raiz. A primeira mudança é no critério de seleção: é inadmissível que o atual governo nomeie pessoas que sequer foram aprovadas em concursos da magistratura. No Brasil, parece que quem não serve para ser soldado pode ser nomeado general. Com a renovação expressiva que esperamos no Senado, teremos coragem para pautar processos de impeachment. Além disso, precisamos acabar com as decisões monocráticas, é um absurdo uma única "canetada" derrubar o que centenas de deputados e senadores votaram. Defendo também mandatos fixos e uma idade mínima de 60 anos para ingresso, evitando que alguém permaneça na Corte por décadas, como o projeto político atual pretende.

Como funciona o programa "Trilhas de Futuro" e como aplicar esse modelo de ensino técnico em todo o país?

O "Trilhas de Futuro" é baseado em uma lógica de eficiência e parceria. Em vez de o Estado gastar fortunas construindo escolas e contratando professores, nós utilizamos a estrutura já existente das escolas privadas. O Estado paga a mensalidade do jovem e oferece um auxílio para alimentação e transporte, garantindo que ele consiga frequentar as aulas. Já formamos mais de 100 mil técnicos em diversas áreas, desde enfermagem e radiologia até tecnologia de dados e manutenção industrial. O grande diferencial é que o programa é totalmente flexível e regionalizado. Os cursos não são estáticos; eles dependem da realidade de cada cidade. Se uma região precisa de cuidadores de idosos ou técnicos para uma mineradora que está se instalando, o curso é oferecido lá. Assim que a demanda é suprida, o curso encerra e abrimos outro de acordo com a nova necessidade do mercado. O Brasil ainda forma pessoas como fazia há 30 anos, sem olhar para a demanda real. Nossa proposta é inverter essa lógica: formar profissionais para os empregos que realmente existem.

Qual a sua mensagem final para os gaúchos e para o Brasil sobre o futuro?

Minha mensagem é de que o país tem jeito. Em Minas Gerais, mostramos que é possível consertar o que a má gestão e a ideologia do PT destruíram. Assumimos um estado arruinado e, com meritocracia, metas claras e o fim das mordomias, colocamos as contas em dia, reduzimos a criminalidade e criamos mais de um milhão de empregos. Minas hoje avança e ganha participação na economia nacional. O partido Novo tem no DNA o compromisso de fazer o que a lei manda, sem "rabo preso". Sou o pré-candidato que mais tem criticado a farra dos intocáveis em Brasília, pois acredito que o sistema precisa ser oxigenado por quem não pertence à velha política. Estamos prontos para essa segunda etapa. Em Minas, a mudança já aconteceu; agora, nossa missão é mudar o Brasil. Estou muito confiante de que teremos uma grande reviravolta em outubro. ■

ICEBERG NO VI ENCONTRO GAÚCHO DE DIREITO ELEITORAL

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



ÍSIS VARGGAS
CEO da Iceberg Comunicação

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

> “Não se trata apenas de conhecer a lei. Trata-se de compreender o ambiente político, institucional e social em que a eleição acontece. O Direito Eleitoral deixou há muito tempo de ser uma pauta restrita aos especialistas”

Em um momento em que o Brasil se aproxima de mais um ciclo eleitoral decisivo, discutir democracia, regras do jogo e comportamento político deixa de ser apenas relevante e passa a ser indispensável. Foi com esse espírito que aconteceu o VI Congresso Gaúcho de Direito Eleitoral (Igade), promovido pelo Instituto Gaúcho de Direito Eleitoral em parceria com a Universidade de Caxias do Sul, reunindo em Canela e Gramado alguns dos principais nomes do cenário jurídico eleitoral do país.

Ao longo de três dias, o Congresso colocou no centro da discussão temas que hoje são incontornáveis para quem atua na política, no direito, na comunicação e na gestão pública. Da reflexão sobre pensamento crítico na era da desinformação aos debates sobre discurso de ódio, inteligência artificial nas campanhas, federações partidárias, liberdade de expressão, participação feminina e desafios das democracias contemporâneas, a programação mostrou com clareza que o processo eleitoral de 2026 exigirá muito mais preparo, consciência e responsabilidade.

Não se trata apenas de conhecer a lei. Trata-se de compreender o ambiente político, institucional e social em que a eleição acontece. O Direito Eleitoral deixou há muito tempo de ser uma pauta restrita aos especialistas. Hoje, ele impacta diretamente a forma como campanhas são construídas, como candidaturas se posicionam, como a comunicação é feita e como a democracia se protege em um cenário marcado por velocidade, polarização, tecnologia e desinformação.

É justamente por isso que eventos como o Congresso do Igade ganham tanta relevância. Eles qualificam o debate, aproximam visões diferentes, atualizam profissionais que estão na linha de frente do processo eleitoral e fortalecem a compreensão de que eleições não são apenas disputas. São também responsabilidade pública, segurança jurídica e compromisso com a democracia.

Estar presente em um encontro como esse é entender que o período eleitoral não pode ser tratado com improviso. As campanhas de hoje exigem estratégia, técnica, leitura de cenário e atenção permanente às transformações do ambiente regulatório e comunicacional. Quem atua na política precisa estar preparado para lidar com novos riscos, novas ferramentas e novas exigências, sem perder de vista o compromisso com a legitimidade do processo democrático.

> “Hoje, ele impacta diretamente a forma como campanhas são construídas, como candidaturas se posicionam, como a comunicação é feita e como a democracia se protege em um cenário marcado por velocidade, polarização, tecnologia e desinformação”

Foi também com esse propósito que trouxemos o podcast em parceria com o Igade, como uma forma de ampliar o alcance dessa discussão. O objetivo foi ouvir palestrantes, registrar visões importantes e levar para a internet um debate que precisa chegar a mais pessoas. Temas como estes não podem ficar restritos ao auditório. Eles precisam circular, gerar reflexão e contribuir para uma política mais consciente, mais preparada e mais qualificada.

A Serra Gaúcha foi palco, mais uma vez, de um encontro necessário. Mais do que uma agenda jurídica, o Congresso se consolidou como um espaço de pensamento sério sobre o presente e o futuro das eleições no Brasil. E isso, em um ano pré eleitoral tão decisivo, tem um valor que não pode ser subestimado.



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

A TRAJETÓRIA VITORIOSA DE AIRTON ARTUS

Conheça a história de conquistas, os desafios e as perspectivas da liderança do Vale do Rio Pardo

Edição: Lucio Vaz
Revisão: Patrícia Cruz
Fotos: Acervo Pessoal

Airton Artus construiu sua vida pública a partir de uma base profissional e política bastante definida. Médico, com atuação ligada à saúde do trabalhador, ele formou em Venâncio Aires o núcleo principal de sua vida pública, num percurso que reuniu experiência técnica, presença administrativa e participação política. Ao longo dos anos, seu nome passou a se associar de forma constante à gestão municipal, à saúde e aos temas que interferem diretamente no funcionamento das cidades.

Foi em Venâncio Aires que sua atuação pública ganhou consistência. Antes de chegar à Prefeitura, Airton Artus já havia percorrido etapas importantes da vida pública local. Exerceu dois mandatos como vereador entre 1997 e 2004, atuou como secretário municipal e foi vice-prefeito entre 2005 e 2008. Essa sequência lhe deu experiência administrativa e presença política num município em que o contato entre gestão e comunidade tem peso decisivo na formação das lideranças.

A eleição para a Prefeitura, em 2008, consolidou esse percurso. Reeleito em 2012, Artus governou Venâncio Aires por oito anos consecutivos, de 2009 a 2016, tornando-se o primeiro prefeito reeleito da história do município. Dois mandatos consecutivos ampliam a associação entre o nome do gestor e o cotidiano administrativo do município, porque oferecem tempo político e institucional para dar sequência a projetos, reorganizar áreas da administração, acompanhar a execução de obras, consolidar prioridades de governo e responder com mais clareza às exigências que recaem sobre a Prefeitura ao longo dos anos. No caso de Airton Artus, foi esse período que fixou de forma mais clara sua presença na política regional.

A formação médica de Airton Artus acompanhou de perto a construção de sua vida pública e ajudou a compreender a permanência da saúde entre os temas mais associados ao seu nome. Antes dos cargos que lhe deram maior projeção política, sua atuação profissional já reunia experiências diretamente ligadas à área, com atuação na saúde pública, passagem pela direção clínica do Hospital São Sebastião Mártir, especialização em Medicina do Trabalho e a criação da Clínica São Vicente, em Venâncio Aires. Esse conjunto de experiências profissionais antecede sua consolidação nos cargos eletivos e confere densidade a uma atuação que, ao longo dos anos, permaneceu vinculada ao atendimento, à organização dos serviços, às condições estruturais da rede e às responsabilidades administrativas en-

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

LEBERG
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES



SAÚDE EM PRIMEIRO LUGAR

Airton foi um dos autores do Programa Pró-Hospitais, criado para permitir a destinação de até 5% do ICMS devido por empresas a hospitais filantrópicos, santas casas e hospitais públicos estaduais e municipais que atendem pelo SUS. Os recursos podem ser aplicados em obras, reformas, ampliação de serviços, compra de equipamentos, aquisição de insumos e outras demandas diretamente relacionadas à estrutura hospitalar. A medida foi aprovada, regulamentada e entrou em andamento no Rio Grande do Sul, inserindo-se de forma coerente numa vida pública que sempre manteve a saúde entre seus temas mais presentes

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

volvidas na condução da saúde pública.

Na área da saúde, sua gestão também foi responsável por entregas que ajudaram a reorganizar e ampliar a capacidade de atendimento em Venâncio Aires. Entre elas, ganhou destaque a implantação da UPA 24 Horas, unidade de porte I voltada ao atendimento de urgência e emergência, com estrutura intermediária entre os postos de saúde e o hospital e capacidade média projetada de cerca de 150 atendimentos por dia. A unidade passou a atender não apenas a população do município, mas também moradores de Mato Leitão, Passo do Sobrado e Vale Verde, ampliando a cobertura regional e criando uma resposta mais imediata para situações agudas que exigem atendimento contínuo.

Esse avanço se soma a outras frentes da administração municipal na mesma área, como a conclusão da UTI do Hospital São Sebastião Mártir, a criação de novos postos de saúde e a informatização da rede pública. Dentro desse conjunto, a UPA se tornou uma das entregas mais visíveis porque incorporou ao cotidiano do município uma estrutura permanente de pronto atendimento, capaz de desafogar outras portas de entrada do sistema e de dar mais solidez à rede local de saúde. Dez anos depois de sua abertura, a unidade já havia superado a marca de meio milhão de atendimentos, dado que ajuda a dimensionar o alcance concreto desse investimento para Venâncio Aires e para a microrregião.

Na área do desenvolvimento econômico e da infraestrutura, a gestão de Airton Artus também deixou marcas em iniciativas voltadas ao setor produtivo local. Entre elas, destacaram-se o projeto de pavimentação dos acessos aos frigoríficos do município, dentro do chamado PAC dos Frigoríficos, e a formulação do Polo da Proteína Animal, concebido como uma frente de estruturação econômica para Venâncio Aires. Essas ações ampliaram o alcance de sua administração e reforçaram sua presença em pautas ligadas ao desenvolvimento do município.

A combinação entre medicina, gestão e vida pública ajudou a consolidar o nome de Airton Artus na política municipal. Sua caminhada ganhou densidade a partir da experiência profissional e da atuação direta na administração, em contato permanente com as demandas da cidade. Ao longo dos anos, esse percurso fortaleceu sua presença pública e firmou sua imagem como gestor ligado a áreas centrais da vida do município.

Encerrada a passagem pela prefeitura, Airton Artus expandiu a sua atuação para a esfera estadual. Em fevereiro de 2023, assumiu uma cadeira na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS) como suplente do deputado Gilmar Sossella. A chegada ao Parlamento marcou uma nova etapa em sua trajetória pública, mantendo o foco nos temas que sempre pautaram sua carreira: saúde, infraestrutura e as demandas cotidianas dos municípios seguiram como prioridades dentro do debate legislativo.

Na Assembleia, Airton Artus manteve afinidade com temas ligados ao cotidiano das cidades e à estrutura dos serviços públicos. Sua atuação parlamentar passou por debates sobre saúde, setor produtivo, infraestrutura, concessões rodoviárias e defesa do consumidor, áreas que dialogam diretamente com a experiência de quem já esteve à frente de um Executivo municipal. Em 2025, assumiu a presidência da Comissão Mista Permanente de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e Participação Legislativa Popular, função que lhe deu maior visibilidade na condução de discussões relacionadas à prestação de serviços, direitos dos usuários e questões regulatórias.

Airton foi um dos autores do Programa Pró-Hospitais, criado para permitir a destinação de até 5% do ICMS devido por empresas a hospitais filantrópicos, santas casas e hospitais públicos estaduais e municipais que atendem pelo SUS. Os recursos podem ser aplicados em obras, reformas, ampliação de serviços, compra de equipamentos, aquisição de insumos e outras demandas diretamente relacionadas à estrutura hospitalar. A medida foi aprovada, regulamentada e entrou em andamento no Rio Grande do Sul, inserindo-se de forma coerente numa vida pública que sempre manteve a saúde entre seus temas mais presentes.

O alcance do programa está no tipo de necessidade que ele atende. Hospitais vinculados ao SUS convivem com pressão constante sobre sua estrutura, dificuldade para renovar equipamentos, limitações para ampliar serviços e carência de investimento em áreas essenciais para o funcionamento cotidiano. Ao abrir essa possibilidade de destinação, o programa criou um caminho concreto para aproximar recursos de necessidades imediatas da rede hospitalar, com reflexos sobre infraestrutura, capacidade de atendimento e qualificação dos serviços.

Em março de 2026, o Estado confirmou o repasse de R$ 2 milhões para a ampliação e modernização do Pronto Atendimento do Hospital São Sebastião Mártir, em Venâncio Aires, em resultado de uma articulação conduzida por Airton Artus junto ao governo estadual desde o ano anterior. O investimento foi destinado à ampliação da estrutura física do serviço, com previsão de mais salas de atendimento e espera, novos leitos de observação e espaço para pequenas cirurgias, reforçando a capacidade de resposta da rede hospitalar do município.

Médico por formação, vereador por dois mandatos, vice-prefeito, prefeito reeleito e deputado estadual, Airton Artus construiu uma atuação pública ligada a funções de responsabilidade direta e a áreas centrais da vida municipal. Após concluir sua etapa na ALRS com o retorno do titular à cadeira, Artus projeta agora a continuidade de sua trajetória no cenário estadual como pré-candidato a deputado estadual, levando consigo a experiência acumulada na saúde, na administração e na gestão de serviços que impactam o cotidiano da população

RONALDO SANTINI

Uma trajetória marcada por resultados que transformam o Rio Grande do Sul

Edição: Lucio Vaz
Revisão: Patrícia Cruz
Fotos: Acervo Pessoal

Natural de Lagoa Vermelha, Ronaldo Santini construiu ao longo de mais de três décadas de vida pública, uma trajetória marcada pela proximidade com as pessoas, capacidade de articulação e, sobretudo, pela entrega de resultados concretos. Sua atuação percorre diferentes níveis da administração pública, sempre com um mesmo eixo: transformar demandas em ações efetivas, com impacto direto na vida da população. Ao longo dos anos, consolidou-se como uma liderança que alia presença nos territórios, visão estratégica e capacidade de execução, características que ajudam a explicar sua relevância na vida pública gaúcha. Mais do que ocupar cargos, Santini construiu uma trajetória conectada às necessidades reais das comunidades. A atuação próxima aos municípios, ouvindo demandas e articulando soluções, tornou-se uma marca registrada de seu trabalho. Essa combinação entre sensibilidade política e capacidade técnica consolidou um perfil de gestor orientado por resultados, com entregas que dialogam diretamente com o cotidiano das pessoas.

EXPERIÊNCIA CONSTRUÍDA EM BRASÍLIA E CONEXÃO COM O ESTADO

Antes de assumir protagonismo no cenário estadual, Santini acumulou uma experiência sólida em Brasília. Foram 16 anos de atuação na Capital Federal, onde exerceu funções estratégicas como coordenador técnico e de orçamento da Bancada Federal Gaúcha e assessor parlamentar do senador Sérgio Zambiasi. Nesse período, participou diretamente da articulação de recursos, da construção de políticas públicas e da interlocução entre municípios, Congresso Nacional e governo federal.

Essa vivência foi determinante para a formação de uma visão ampla sobre o funcionamento do Estado e suas relações institucionais. A experiência permitiu compreender, na prática, como transformar projetos em investimentos e demandas locais em políticas públicas estruturadas. Ao retornar ao Rio Grande do Sul, trouxe consigo essa capacidade de articulação, convertendo conhecimento téc-

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



nico em resultados concretos.

O CAMPO COMO BASE ECONÔMICA E VITRINE DE OPORTUNIDADES

Na Secretaria de Desenvolvimento Rural, Santini conduziu uma agenda estruturante voltada ao fortalecimento do interior, reconhecendo o papel estratégico da agricultura para o Rio Grande do Sul. Com cerca de 80% dos estabelecimentos rurais vinculados à agricultura familiar, o setor foi tratado como pilar da economia, essencial para geração de renda, segurança alimentar e manutenção das comunidades. Em 2023, mais de R$ 261 milhões foram investidos diretamente no setor, com foco na agregação de valor à produção, na recuperação produtiva e na permanência das famílias no campo. A atuação também foi decisiva na resposta a eventos climáticos extremos que impactaram milhares de propriedades, com medidas estruturadas para retomada da atividade econômica e proteção da renda dos produtores.

Entre as principais ações, destacam-se os investimentos na recuperação da fertilidade do solo e programas que viabilizaram subsídios diretos e acesso facilitado ao crédito, permitindo que pequenos produtores reconstruíssem suas estruturas e mantivessem sua produção mesmo diante de cenários adversos.

Um dos marcos dessa gestão foi o fortalecimento das agroindústrias familiares como estratégia de desenvolvimento. Reconhecido como um verdadeiro embaixador das agroindústrias gaúchas, Santini atuou diretamente para levar esses empreendimentos a feiras e eventos em todo o Estado, ampliando sua visibilidade, abrindo novos mercados e conectando produção local com consumo.

Essa inserção ampliada permitiu que produtos com identidade regional ganhassem escala, fortalecendo cadeias produtivas e mantendo riqueza nos municípios. Ao mesmo tempo, políticas voltadas à juventude incentivaram a permanência das novas gerações no interior, garantindo sucessão, inovação e continuidade da atividade produtiva.

CULTURA E TRADICIONALISMO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

A valorização da cultura gaúcha e do tradicionalismo acompanha a trajetória de Santini e se consolidou como eixo estratégico de sua atuação. Em Brasília, liderou a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura Gaúcha, fortalecendo o reconhecimento institucional das tradições do Estado e ampliando espaço para políticas públicas voltadas ao setor.

No Executivo estadual, essa agenda avançou ao integrar cultura e economia. A parceria com o Movimento Tradicionalista Gaúcho para reconhecer Centros de Tradições Gaúchas como pontos turísticos representam uma mudança de abordagem, posicionando a cultura como ativo estratégico de desenvolvimento. O tradicionalismo passou a ser tratado não apenas como expressão cultural, mas também como vetor econômico relevante.

A estruturação de programas, o apoio a eventos e a integração da cultura às estratégias de promoção ampliaram esse impacto. A tradição passou a ser compreendida como diferencial competitivo, capaz de atrair visitantes, gerar renda e fortalecer a identidade regional. Trata-se de uma política que conecta passado, presente e futuro, transformando cultura em oportunidade.

TURISMO EM MOMENTOS DECISIVOS PARA O ESTADO

À frente da Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul em dois períodos distintos, Santini foi chamado a liderar o setor em momentos decisivos para a economia gaúcha. Primeiro, durante a pandemia, quando o turismo foi um dos segmentos mais impactados e exigiu reconstrução, planejamento e retomada gradual. Depois, em um novo cenário de crise, após as enchentes que atingiram o Estado, novamente assumindo o desafio de reorganizar o setor e impulsionar a recuperação econômica.

Em ambos os momentos, a atuação foi marcada por decisões estratégicas, presença junto aos municípios e capacidade de articulação com o trade turístico. A retomada do crescimento, mesmo diante de cenários adversos, evidencia a consistência das políticas adotadas e a capacidade de transformar crises em oportunidades de reorganização e avanço.

CRESCIMENTO ACIMA DA MÉDIA E INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES

Os resultados demonstram a efetividade dessa condução. Em 2025, o Rio Grande do Sul registrou crescimento de 11,4% no Índice de Atividades Turísticas, avançando mais que o dobro da média nacional no período. No mesmo ano, o Estado recebeu mais de 1,5 milhão de turistas internacionais, consolidando-se entre os principais destinos do país e como porta de entrada do turismo internacional no Sul do Brasil.

Esse desempenho reflete uma política estruturada, baseada em promoção qualificada, presença em mercados estratégicos e integração entre diferentes instituições. Mais de R$ 60 milhões foram investidos em ações promocionais, com 190 iniciativas realizadas e mais de 9 mil profissionais capacitados, fortalecendo o setor e ampliando sua competitividade.

Paralelamente, foram estruturados cerca de R$ 200 milhões em subsídios para empreendimentos turísticos, ampliando o acesso ao crédito e incentivando novos investimentos. No campo da infraestrutura, os avanços também são expressivos, com mais de R$ 300 milhões em convênios com municípios para obras de qualificação turística, fortalecendo destinos e ampliando a capacidade de recepção de visitantes.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



CULTURA E TRADICIONALISMO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

A valorização da cultura gaúcha e do tradicionalismo acompanha a trajetória de Santini se consolidou como eixo estratégico de sua atuação. Em Brasília, liderou a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura Gaúcha, fortalecendo o reconhecimento institucional das tradições do Estado e ampliando espaço para políticas públicas voltadas ao setor

LE BERG
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



TURISMO EM MOMENTOS DECISIVOS PARA O ESTADO
À frente da Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul em dois períodos distintos, Santini foi chamado a liderar o setor em momentos decisivos para a economia gaúcha. Primeiro, durante a pandemia, quando o turismo foi um dos segmentos mais impactados e exigiu reconstrução, planejamento e retomada gradual. Depois, em um novo cenário de crise, após as enchentes que atingiram o Estado, assumiu novamente o desafio de reorganizar o setor e impulsionar a recuperação econômica

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



UMA LIDERANÇA PROJETADA PARA O FUTURO

Ao longo de sua trajetória, Ronaldo Santini manteve uma característica constante: a capacidade de transformar planejamento em resultados concretos. Da atuação em Brasília à gestão no Executivo estadual, passando pelo Parlamento, sua caminhada é marcada por entregas consistentes e impacto direto na vida das pessoas

Outro avanço relevante foi a integração entre turismo e meio rural, permitindo que produtores desenvolvam atividades turísticas sem perder seus enquadramentos legais. A medida amplia a geração de renda no interior e cria novas oportunidades a partir da valorização das experiências locais.

RESULTADOS QUE MOVIMENTAM A ECONOMIA

O fortalecimento do turismo tem gerado efeitos concretos na economia do Estado. O setor movimenta cadeias produtivas como hotelaria, gastronomia, transporte e comércio, ampliando a geração de emprego e renda. Eventos e ações promovidas contribuem para esse cenário, com impacto econômico estimado em cerca de R$ 1,6 bilhão.

Ao mesmo tempo, a diversificação da oferta amplia a competitividade do Estado e distribui melhor o fluxo de visitantes entre as regiões. A integração entre cultura, tradição e experiências autênticas reforçam a identidade do Rio Grande do Sul como destino, agregando valor à oferta e fortalecendo economias locais.

UMA LIDERANÇA PROJETADA PARA O FUTURO

Ao longo de sua trajetória, Ronaldo Santini manteve uma característica constante: a capacidade de transformar planejamento em resultados concretos. Da atuação em Brasília, à gestão no Executivo estadual, passando pelo Parlamento, sua caminhada é marcada por entregas consistentes e impacto direto na vida das pessoas. Essa consistência consolida uma liderança que transita entre diferentes áreas e níveis de governo, sempre com foco no crescimento, na geração de oportunidades e no fortalecimento das regiões. Ao mesmo tempo, aponta para uma atuação que segue em evolução, acompanhando as transformações do Estado e os desafios de um cenário cada vez mais dinâmico. Mais do que uma trajetória política, trata-se de um percurso construído com trabalho, articulação e compromisso com resultados. Uma história que conecta experiência, capacidade de gestão e visão de futuro, posicionando Santini como uma liderança que segue contribuindo para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

ESTABILIDADE GERA CONFIANÇA, CONFIANÇA GERA INVESTIMENTO

SECOM/GOVBR



GABRIEL SOUZA
Vice-governador do Estado do Rio Grande do Sul

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

> “Esse perfil revela uma mudança estrutural, na qual o investidor, diante da responsabilidade fiscal e da estabilidade institucional, define onde alocar recursos com olhar no futuro. O desempenho recente da economia confirma essa trajetória. No 3º trimestre de 2025, o PIB gaúcho cresceu 4,5% em relação ao trimestre anterior, acima da média nacional”

Investimento de longo prazo exige mais do que oportunidades pontuais. Depende, sobretudo, de confiança. No Rio Grande do Sul, o que se consolidou não foi apenas um ciclo de crescimento, mas a construção de um ambiente que transmite credibilidade. Isso é resultado de escolhas feitas ao longo do tempo, com contas organizadas, menor incerteza política e foco em resultados concretos, criando segurança jurídica e solidez, combustível do investimento privado.

Os números ajudam a dimensionar essa mudança, que colocou o Estado em um patamar muito superior ao vivido antes da agenda de reformas que colocou as contas em dia. Entre 2020 e 2024, o volume anual de investimentos privados praticamente quadruplicou, passando de R$ 26,5 bilhões para R$ 104,7 bilhões. Já em 2025, mesmo diante de um cenário adverso, esse volume se manteve elevado, com R$ 91,4 bilhões em aportes anunciados ou realizados. Além disso, 2025 registrou o maior número de abertura de empresas dos últimos 22 anos, com quase 300 mil novos negócios, alta de quase 14% em relação a 2024.

Grande parte desses investimentos está concentrada em setores estratégicos, como energia, especialmente renovável, indústria de transformação e grandes operações logísticas. Esse perfil revela uma mudança estrutural, na qual o investidor, diante da responsabilidade fiscal e da estabilidade institucional, define onde alocar recursos com olhar no futuro. O desempenho recente da economia confirma essa trajetória. No 3º trimestre de 2025, o PIB gaúcho cresceu 4,5% em relação ao trimestre anterior, acima da média nacional.

> “Além disso, 2025 registrou o maior número de abertura de empresas dos últimos 22 anos, com quase 300 mil novos negócios, alta de quase 14% em relação a 2024”

Nesse contexto, o governo também faz a sua parte. Em 2025, foram R$ 4,1 bilhões em investimentos públicos direcionados à infraestrutura. O investimento público responsável não substitui o privado, mas cria as condições para que ele aconteça.

Mais do que uma virtude administrativa, um ambiente político menos polarizado, com contas organizadas e gestão eficiente se transforma em ativo econômico. O Rio Grande do Sul está diferente e vem demonstrando que estabilidade gera confiança e confiança gera investimento, crescimento e oportunidades para os gaúchos.





INSCREVA-SE @revistaemevidencia

DANILO KRAUSE

VICE-PRESIDENTE DO SINTERGS

Entrevista: Rafaela Machado e Cláudio Andrade
Edição: Lucio Vaz
Revisão: Patrícia Cruz
Fotos: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência

Danilo Luiz Chiaradia Krause, médico veterinário, ex-diretor do Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor e atual 1º vice-presidente do Sintergs, é uma das vozes ligadas a um capítulo marcante da pesquisa pública gaúcha: o desenvolvimento da vacina oleosa contra a febre aftosa, decisiva para a agropecuária brasileira. O Programa Em Evidência na TV (aos domingos na Masper TV, canal 520 da Claro NET, das 18h às 19h, e também no canal @revistaemevidencia no YouTube) entrevistou o dirigente sindical em uma conversa que percorre a defesa do serviço público de carreira, a importância estratégica da ciência para o Estado, a valorização dos profissionais técnico-científicos e a memória de uma trajetória ligada à sanidade animal, à segurança dos alimentos e à organização da categoria no Rio Grande do Sul. Confira

O Sintergs obteve uma vitória recente para garantir que os aprovados em concursos sejam chamados antes da contratação de temporários. Como o senhor avalia a importância dessa conquista para o Estado?

Essa medida é fundamental, pois o Estado deve contar com servidores permanentes e de carreira, não apenas celetistas ou temporários. As nossas carreiras, a exemplo daquelas representadas pelo Sintergs, atuam diretamente junto à população. Não podemos sofrer interferências políticas na execução de projetos voltados ao atendimento da sociedade gaúcha. Por isso, a necessidade de mantermos servidores de carreira. Com o término do atual governo, os temporários acabam saindo.

Observamos também uma perda significativa na estrutura dos órgãos de pesquisa e planejamento do Estado nos últimos governos. Sem a estrutura adequada, como é possível manter a realização e a qualidade dos trabalhos desenvolvidos por esses profissionais?

É impossível sustentar a responsabilidade de um Estado sem pesquisa científica. Cito como exemplo o Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor, onde desenvolvemos a vacina contra a febre aftosa. O local está caindo aos pedaços, praticamente sendo demolido. Levamos essa denúncia ao chefe da Casa Civil, que custou a acreditar na situação. A estrutura, que já estava abalada, foi ainda mais prejudicada pela enchente, com a água chegando a dois metros de altura no instituto. O Laboratório Central do Estado (Lacen), responsável pela produção de medicamentos para a população, também teve sua estrutura reduzida. Não existe estado na federação que possa abrir mão de investir recursos em ciência e pesquisa.

O desenvolvimento da vacina para a erradicação da febre aftosa é um marco que comprova a importância desse setor. Quais foram os impactos diretos desta pesquisa para o país?

Essa vacina viabilizou as exportações em todo o Brasil. O projeto recebeu todos os recursos necessários durante o governo de Jair Soares, que nos deu plenas condições para construir o

laboratório. Desenvolvemos a vacina em seis meses na nossa administração, enquanto empresas multinacionais tentavam impedir que ela fosse feita. A vacina anterior exigia quatro aplicações no rebanho bovino gaúcho; a nossa reduziu o manejo para apenas uma dose anual, com eficácia máxima, o que levou à eliminação da febre aftosa em todo o território nacional.

Essa conquista teve um reflexo direto e imediato na economia, correto?

Sem dúvida. A vacina proporcionou bilhões de reais à economia do Rio Grande do Sul e representou uma fortuna incalculável para o Brasil. Hoje vemos o setor agropecuário alcançando recordes sucessivos de faturamento, e muito disso se deve a esse trabalho de erradicação.

Como se deu a comercialização e a distribuição dessa tecnologia desenvolvida pelo Estado?

Inicialmente, a comercialização foi feita pelo próprio instituto, que já distribuía outros imunizantes em parceria com laboratórios. Em 1984, com a aprovação da nossa vacina pelo Ministério da Agricultura, começamos a repassar a metodologia de produção para as empresas privadas. No primeiro momento, acreditava-se que apenas o Estado ficaria responsável pela produção, mas o objetivo não era esse. A intenção era demonstrar a eficácia da vacina e beneficiar o produtor rural, que passou a comprar apenas uma dose por ano, em vez das quatro exigidas pelo produto antigo.

Para esclarecer o público sobre a gravidade da doença, o que é exatamente a febre aftosa, quais são os seus impactos e o que ela causa no animal?

O ponto mais importante é compreender que se trata de uma doença de forte impacto econômico. A febre aftosa foi a causadora dos maiores problemas financeiros no Rio Grande do Sul, pois impedia a exportação de qualquer produto. Naquela época, a industrialização moderna de aves estava começando, e a doença bloqueava as exportações de tudo, inclusive de grãos. Não podíamos exportar soja ou milho pelo risco de levar o vírus para outros países.

O contágio é extremamente fácil. Se há um foco na propriedade e uma pessoa caminha por lá, ela pode transportar o vírus nos sapatos para outra fazenda. O comportamento é semelhante ao do vírus da gripe, possuindo várias cepas. A vacina que produzimos abrangia todas essas cepas e gerava uma imunidade muito alta e contínua, que levava um ano para decair. Isso acabou com a febre aftosa, beneficiando o Rio Grande do Sul e o Brasil inteiro.

Ainda sobre a atuação do médico veterinário, o senso comum costuma associar a profissão apenas ao atendimento clínico de animais de estimação ou ao trabalho no campo. No entanto, o campo de atuação abrange até mesmo a segurança alimentar. Como se dá essa abrangência profissional?

O campo de atuação é extremamente amplo. O médico veterinário é o responsável direto pela fiscalização de todos os alimentos de origem animal. Esse controle começa na propriedade rural e acompanha a entrada do animal no frigorífico. Dentro da indústria, há a inspeção contínua feita por esses profissionais. Posteriormente, no comércio varejista, o veterinário também fiscaliza o armazenamento e a refrigeração. Ou seja, a nossa atuação está presente em toda a cadeia produtiva, do começo ao fim.

É uma presença fundamental, considerando que estamos lidando com a base da subsistência humana...

A essência da humanidade reside na alimentação. Sem o controle de qualidade, o consumidor estaria exposto a grandes riscos. Quando o cidadão compra carne, ovos ou frango com a garantia de que está consumindo um produto seguro, há o trabalho de um médico veterinário por trás dessa certificação.

Além da febre aftosa, o Instituto Desidério Finamor já produziu a vacina contra a peste suína, outra doença que impedia a exportação de animais. Isso reforça a importância da pesquisa e dos técnicos científicos para o Estado. A nossa categoria também atua fortemente na saúde pública. Durante a pandemia, tivemos vários colegas trabalhando na linha de frente, muitos dos quais faleceram por contrair a doença enquanto prestavam atendimento, e o Estado não deu a devida importância a isso. Na minha avaliação, as áreas essenciais são a educação, a produção de alimentos e a saúde, e justamente esses profissionais sofrem com a maior defasagem salarial e falta de valorização.

A desvalorização da pesquisa é um problema histórico. Diante desse cenário, o senhor também teve um papel fundamental na organização sindical dos médicos veterinários. Como se deu esse processo de mobilização?

Tudo começou antes da promulgação da Constituição de 1988, quando nos reunimos com os técnicos no próprio Instituto Desidério Finamor. Na época da ditadura, o Estado havia parado de realizar concursos públicos e nós éramos contratados pelo regime da CLT. Decidimos formar um sindicato para defender a categoria. A diretoria da época questionou a iniciativa, argumentando que éramos servidores públicos, mas nós rebatemos com o fato de sermos celetistas.

Como a legislação permitia que trabalhássemos na iniciativa privada após o expediente, levamos a ideia adiante e fundamos o Sindicato dos Médicos Veterinários no Estado do Rio Grande do Sul (Simvet/RS). A entidade foi construída com o apoio do Conselho Regional de Medicina Veterinária e da Sociedade de Veterinária



> Desenvolvemos a vacina em seis meses na nossa administração, enquanto empresas multinacionais tentavam impedir que ela fosse feita. A vacina anterior exigia quatro aplicações no rebanho bovino gaúcho; a nossa reduziu o manejo para apenas uma dose anual, com eficácia máxima, o que levou à eliminação da febre aftosa em todo o território nacional
>
> *(sobre o desenvolvimento da vacina contra a febre aftosa)*

ASSISTA:

LEBERG CDP DIREITO PÚBLICO MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES

ria do Rio Grande do Sul. Mais tarde, fundamos o Sintergs, do qual fui o primeiro presidente.

Com base na sua experiência de décadas no setor, de que forma os profissionais de nível superior contribuem para a elaboração e a implementação das políticas públicas do Estado?

A contribuição começa na elaboração de projetos estruturais nas áreas de saúde e agricultura, que são os pilares de desenvolvimento do Estado. A saúde pública é atendida com políticas aplicadas diretamente nos centros de atendimento. Um exemplo claro foi o trabalho intenso na pandemia, onde nossos servidores foram para a linha de frente e supriram o negacionismo que vinha do governo federal na época.

Na agropecuária, a atuação é igualmente estratégica. Formulamos projetos focados na sanidade animal e vegetal. Nossos agrônomos, biólogos e veterinários atuam em defesa das lavouras e da produção de alimentos, garantindo as melhores condições sanitárias e produtivas. Além da linha de frente, contamos com técnicos científicos em diversas áreas de suporte, como educação e pesquisa, que dão a sustentação técnica ao Estado.



Hoje debate-se muito o aumento da produtividade e a otimização do uso da terra. Qual é o peso da pesquisa pública estadual nesse avanço produtivo ao longo da história?

O peso é total. Muito antes da criação da Embrapa, o Rio Grande do Sul já mantinha estações experimentais em todas as regiões, produzindo ciência de ponta até cerca de 20 anos atrás. Hoje, essas estruturas estão quase todas abandonadas, o que reflete uma postura de negacionismo científico por parte dos governos. Felizmente, contamos com a Embrapa em âmbito federal, mas é importante lembrar que as primeiras lavouras de feijão, milho, soja e trigo no estado foram fundamentadas na pesquisa científica estadual. Todo esse legado acabou sendo negligenciado.

Lembrando de outras crises sanitárias, como a gripe aviária e a doença da "vaca louca", percebe-se o risco constante de fechamento de mercados. Como o Estado atuava para prevenir essas ameaças à exportação?

O Brasil tem a sorte de não utilizar resíduos de ovinos na fabricação de ração animal, prática que originou o vírus causador da "vaca louca" — que na verdade é uma proteína que ataca o cérebro — em países como a Inglaterra.

Contudo, no passado, houve a importação de ovelhas inglesas contaminadas por um produtor rural brasileiro. Trabalhamos intensamente nessa investigação quando eu atuava na Inspetoria Veterinária de Porto Alegre. Fizemos um rigoroso rastreamento em todo o país para identificar

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



os animais vendidos. Coletávamos o sangue dos ovinos suspeitos, enviávamos ao Ministério da Agricultura e, caso o resultado fosse positivo, procedíamos com o recolhimento e o abate sanitário.

A nossa grande preocupação atual é o desmonte desse sistema. O Rio Grande do Sul já possuiu a maior e melhor rede de inspetorias veterinárias e agronômicas do Brasil. Esse efetivo foi reduzido de forma drástica, o que nos deixa vulneráveis caso surja uma nova ameaça sanitária, como a gripe aviária ou até o retorno da febre aftosa, o que poderia fechar novamente o mercado internacional.

Diante desse cenário de sucateamento e das leis de proteção à categoria, qual é a atual situação remuneratória dos profissionais técnico-científicos no serviço público estadual?

Para se ter uma dimensão do problema, estamos há 12 anos sem qualquer aumento, não havendo sequer a reposição da inflação. O salário dos profissionais técnico-científicos do Rio Grande do Sul acumula uma defasagem de 80% desde o governo Britto.

Até pouco tempo, o salário básico da categoria era de 3.700 reais. O resultado era óbvio: os profissionais passavam no concurso e, em questão de semanas, abandonavam o cargo por ofertas melhores. A recente reestruturação do Estado trouxe uma melhoria ao implementar a remuneração por subsídio. Para quem ingressa agora, os vencimentos variam entre 9.000 e 10.800 reais, dependendo da área.

Embora tenha havido essa correção parcial, ainda não alcançamos o reconhecimento devido. Por que uma área jurídica, por exemplo, pode ter remunerações na casa dos 30.000 reais, enquanto as categorias que produzem o alimento, a saúde e a educação recebem muito menos? Como dizia o grande Leonel Brizola: o caro é a ignorância.

Como o sindicato tem atuado para garantir que essas conquistas não se percam com o tempo e para corrigir as distorções estruturais que ainda restam?

O Sintergs continua trabalhando firmemente nessa pauta. Estamos questionando vários pontos críticos que não foram contemplados na reestruturação. Nós chegamos a apresentar ao Estado um projeto adequado de subsídio, mas o governo optou por utilizar uma proposta formulada pela Fundação Dom Cabral, que desconhecia a nossa estrutura. O texto chegou tão descolado da realidade que nem a Secretaria de Planejamento sabia exatamente do que se tratava. Isso gerou diversos conflitos, e até hoje seguimos tentando corrigir falhas de forma administrativa, que é o meio mais rápido. Quando as portas se fecham, no entanto, somos obrigados a judicializar essas questões.



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

PATRÍCIA ALBA

DEPUTADA ESTADUAL, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS

Entrevista: Rafaela Machado e Cláudio Andrade
Edição: Lucio Vaz
Revisão: Patrícia Cruz
Fotos: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência

Da vivência comunitária à atuação parlamentar, Patrícia Alba apresenta uma leitura direta sobre política pública, responsabilidade de mandato e temas que impactam a vida cotidiana da população gaúcha. Nesta entrevista aborda desde a mobilização em torno da RS-118 e seus reflexos para a economia da região até os desafios da educação pública, da inclusão escolar e das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. O Programa Em Evidência na TV (aos domingos na Masper TV, canal 520 da Claro NET, das 18h às 19h, e também no canal @revistaemevidencia no YouTube) entrevistou a deputada em uma conversa marcada por gestão, representação e debate público. Confira

Deputada Patrícia Alba, a senhora é advogada por formação e iniciou sua trajetória após atuar em projetos sociais e comunitários. Quais fatores a levaram a ingressar na vida política partidária?

Participo da política partidária e de políticas públicas desde os 18 anos. Sou filiada ao MDB desde a década de 1990, uma trajetória de quase 30 anos. Essa vivência me permitiu observar de perto, na prática, como a política pode transformar a vida das pessoas, tanto para o bem quanto para o mal. Compreendendo essa capacidade de interferência na vida do cidadão e sabendo que é possível realizar boas ações, decidi concorrer a um cargo eletivo em 2018. Até então, eu nunca havia disputado uma eleição, mas sou casada com o ex-prefeito Marco Alba, que tem mais de 40 anos de vida pública. Acompanhar a trajetória dele e ver os resultados práticos na vida da população me fez avaliar que, com um mandato próprio, eu poderia ampliar o trabalho que já vinha desenvolvendo.

Antes de assumir uma cadeira no Legislativo, a senhora atuou como primeira-dama durante o mandato de Marco Alba na prefeitura de Gravataí. Como essa experiência influenciou sua visão sobre a administração pública?

Foi um período de trabalho profundo junto a toda a comunidade de Gravataí. Eu já havia acompanhado a vida pública do meu marido quando ele foi deputado estadual, mas, como primeira-dama, pude atuar muito próxima à população e ver resultados sendo construídos que perduram até hoje na cidade. Sempre entendi a política como uma ferramenta, mas acreditava que meu papel era de bastidor, o que também é fundamental. No entanto, em 2018, resolvi dar um passo que nunca havia imaginado: concorrer a um cargo legislativo.

À frente de um mandato, temos um poder de voz diferente para formular políticas públicas e legislações. Na minha primeira eleição, fiquei como suplente, mas acabei assumindo. Pos-

teriormente, fui reeleita e tenho muito orgulho de ter trabalhado em ações na Assembleia Legislativa com resultados reais. A política não é uma tarefa fácil e exige uma postura diferenciada, pois o agente público está lá para servir ao interesse coletivo, e não ao privado. O político tem o dever de trabalhar para que a vida daqueles que o elegeram mude para melhor.

A senhora foi reeleita com mais de 44 mil votos. De que maneira o peso dessa representatividade reflete nas suas decisões diárias na Assembleia Legislativa?

Diariamente, analiso o impacto que minhas decisões terão na vida das pessoas. Toda escolha política tem consequências; pode não favorecer a todos, mas deve ter o objetivo público de melhorar a vida da maioria. Essa expressiva votação me faz lembrar constantemente da responsabilidade de priorizar o benefício coletivo, seja nas votações no Parlamento, seja nas ações cotidianas.

Um exemplo prático foi a questão do pedágio na RS-118, uma proposta inicial do governador Eduardo Leite que, posteriormente, foi alterada para o modelo free flow. Com uma forte mobilização da Assembleia e da sociedade civil organizada, conseguimos evitar a instalação de uma praça de cobrança no local, o que alteraria negativamente toda a estrutura econômica da região. Conseguimos demover o governador dessa ideia e, além de barrar o pedágio, garantir o avanço da duplicação da rodovia.

Em relação às obras na RS-118, qual é o atual estágio de execução e o que ainda falta concluir?

Resposta: Atualmente, temos a duplicação concluída no trecho entre Gravataí e a RS-116. No entanto, ainda falta duplicar a extensão de Gravataí até Viamão, que compreende cerca de 12 quilômetros. Era justamente nessa parte que o governo estadual pretendia instalar o pedágio, plano que agora está definitivamente descartado e fora do bloco dois de concessão rodoviária.

A instalação de um pedágio nesse trecho encareceria o deslocamento diário da população. Qual seria o impacto real dessa medida para a economia dos municípios do entorno?

Gravataí tornou-se um grande polo logístico devido à sua localização estratégica, com saídas para diversas vias importantes: RS-118, BR-116, RS-020, RS-030, RS-040 em Viamão, e a própria Freeway. Essa facilidade logística atrai inúmeras empresas, indústrias e distribuidoras, o que favorece também as cidades vizinhas. Esse desenvolvimento econômico foi conquistado não apenas por uma reorganização do governo municipal, mas também pela remoção da antiga praça de pedágio da Freeway, que ficava dentro de Gravataí e foi transferida para um ponto mais afastado, livre do trânsito urbano.

A colocação de um novo pedágio na RS-118 prejudicaria enormemente não só Gravataí, mas toda a região. Cidades como Alvorada, que enfrentam dificuldades econômicas e precisam de um olhar diferenciado do Estado para se desenvolverem, seriam duramente penalizadas. Esses impactos precisaram ser ponderados e foram os pilares da nossa mobilização contra a cobrança.

Mudando de assunto, a senhora foi reconduzida à presidência da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa. Quais são as pautas prioritárias para este novo ciclo de trabalho?

Pelo regimento interno da Assembleia, as comissões são distribuídas proporcionalmente entre as maiores bancadas. O MDB tem o direito de presidir a Comissão de Educação por dois anos e, após uma articulação interna, permaneço na presidência por mais um ano. Fico bastante feliz, pois o nosso trabalho está em pleno andamento.

No ano passado, iniciamos o ciclo de debates Educação Agora, que percorreu o estado discutindo o Plano Nacional de Educação (PNE). Esse plano orientará o planejamento educacional do país para a próxima década e, após tramitar no Congresso, ainda precisa ser votado no Senado. Discutimos cada tema aqui no Rio Grande do Sul para entender nossas realidades. Este ano, iniciaremos os debates sobre o Plano Estadual e os planos municipais de Educação. Vamos focar em metas fundamentais, como o percentual de alunos matriculados, a universalização do atendimento para crianças de zero a três anos e a implementação do turno integral.

Além disso, enfrentamos o grande desafio da infraestrutura escolar. Nas últimas três décadas, tivemos apenas manutenções paliativas, o que resultou em escolas com estruturas muitíssimo ultrapassadas. Nosso estado enfrenta um calor intenso no verão, e os alunos precisam de ambientes adequados para aprender. Porém, esbarramos em obstáculos básicos: como instalar ar-condicionado se a rede elétrica das escolas não comporta? Paralelamente a isso, precisamos acompanhar as ações do governo para evitar a evasão escolar, consolidar um sistema pedagógico eficiente e alinhar o ensino às modernizações tecnológicas.

Outro ponto sensível é a inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino. Na sua avaliação, quais são os maiores gargalos para que essa inclusão seja, de fato, efetiva?

Essa é uma temática central. Os desafios na área da educação são estruturais, mas na inclusão eles são ainda maiores pela necessidade de atenção especializada. Hoje, praticamente toda sala de aula tem um ou mais alunos de inclusão. Os professores são extremamente dedicados e, por vocação, costumam fazer além de suas obrigações, mas esbarram na falta de preparo, pois não tiveram esse suporte na sua formação original. Somado a isso, enfrentamos um déficit crônico na formação continuada, que o Estado tem dificuldade de fornecer.



Demos passos significativos nas últimas décadas. Há 15 anos, era comum encontrar apenas um aluno autista ou com Síndrome de Down em uma escola inteira. Hoje, eles estão presentes em todas as turmas. Como poder público, temos a obrigação de trabalhar para que essa inclusão saia do papel: os professores precisam ser capacitados, as escolas devem contar com salas de recursos adequadas e, acima de tudo, o aluno com deficiência precisa receber um atendimento digno e sentir-se verdadeiramente incluído.

A efetivação dessas políticas demanda um orçamento robusto. A descontinuidade de projetos por questões partidárias e a falta de planejamento a longo prazo são os principais entraves para o avanço da educação pública?

Tudo demanda recursos, mas a grande prioridade deve ser o planejamento. Os orçamentos podem ser readequados, mas sem alinhamento estratégico, não há avanço. A iniciativa privada consegue projetar cenários para as próximas décadas e se estruturar; já o poder público, infelizmente, costuma agir apenas para apagar incêndios.

A educação, assim como a saúde, exige ações perenes para entregar resultados concretos. É gravíssimo quando projetos essenciais são paralisados por mudanças partidárias. Existem pautas que devem ser tratadas obrigatoriamente como políticas de Estado, independentes de quem ocupa o governo. Estamos trabalhando para fomentar essa cultura de planejamento e sempre convido a sociedade a participar desse processo, pois o futuro das próximas gerações é responsabilidade de todos nós.

Passando para outro tema urgente, o Rio Grande do Sul apresenta números alarmantes de violência contra a mulher. Como a senhora avalia o atual cenário das políticas públicas voltadas para essa proteção?

Infelizmente, atingimos a triste marca de 24 feminicídios recentemente. Para entender a complexidade desse

cenário, precisamos voltar um pouco no tempo: faz menos de 100 anos que as mulheres conquistaram o direito ao voto. Considero que foi apenas a partir da maior eleição de mulheres para cargos públicos, especialmente dos anos 2000 para cá, que passamos a ter legislações de proteção e políticas de Estado mais delineadas.

Existem boas políticas públicas para as mulheres hoje? Sim. Mas elas ainda são insuficientes e apresentam falhas na execução. O nosso principal desafio é consolidar uma consciência coletiva de que determinados comportamentos diários e enraizados são, de fato, formas de violência contra a mulher.

A prevenção da violência de gênero passa pela desconstrução de comportamentos machistas, muitas vezes normalizados desde a infância. O sistema educacional é o caminho primário para mudar essa cultura de banalização das agressões?

Sem dúvida. O enfrentamento da violência contra a mulher ocorre em duas frentes fundamentais: a punição rigorosa do agressor e a prevenção. A violência não começa no feminicídio, que é o desfecho extremo e letal; ela se inicia com diversos outros tipos de abusos físicos e psicológicos tolerados pela sociedade. Precisamos conscientizar a todos de que certos comportamentos são inaceitáveis. Muitas vezes, a própria vítima não percebe o ciclo em que está inserida, manipulada a acreditar que não pode sair daquela relação.



A prevenção exige o entendimento claro de que homens e mulheres têm os mesmos direitos e que ninguém possui poder de propriedade sobre o outro. Essa mudança cultural não se impõe de cima para baixo; ela precisa ser trabalhada na base, dentro da escola. Ao conversarmos com crianças, já notamos disparidades: as meninas crescem com medo de andar sozinhas na rua ou de ir a um banheiro desacompanhadas, medos que os meninos desconhecem. A escola tem um papel vital na promoção da igualdade e na identificação de alunos que possam estar vivenciando ambientes domésticos violentos. Como sociedade, também precisamos oferecer suporte, seja como vizinhos, parentes ou amigos.

Há quem aponte o alcoolismo e outras dependências químicas como gatilhos para agressões domésticas. Como tratar essas questões de saúde sem atenuar a responsabilidade penal do agressor?

Existem diferentes contextos. Há casos em que o agressor enfrenta problemas de dependência e precisa, sim, de tratamento médico, mas isso não o exime da necessidade de uma punição rigorosa pelo crime cometido. Na Itália, a legislação avançou em 2025 para tipificar o feminicídio como crime punível com prisão per-



pétua. Nossa Constituição veda essa penalidade, mas é urgente repensarmos a eficácia das nossas leis penais.

Trago um dado muito preocupante: a lei do feminicídio foi sancionada em 2015. O primeiro homem condenado por esse crime no Rio Grande do Sul foi solto e, pouco tempo depois, voltou a ser preso por agredir a nova companheira e descumprir a medida protetiva. O que a sociedade pode esperar da ressocialização de um agressor com esse perfil? O Judiciário e o Legislativo precisam agir com mais firmeza. A pena estipulada em lei vai de 20 a 40 anos, mas muitas condenações ficam no patamar mínimo. Se o indivíduo cumpre uma fração dessa pena com "bom comportamento", ganha o direito à progressão de regime. O bom comportamento, no entanto, é o mínimo esperado de qualquer detento, e não deve ser tratado como um prêmio para devolver um agressor perigoso precocemente ao convívio social.

Diante da percepção de que a progressão de regime no sistema penal brasileiro ocorre de forma quase automática, como as instituições públicas podem atuar de maneira integrada para conter a impunidade e a violência contra a mulher?

Essa progressão deveria, obrigatoriamente, passar por revisões mais rigorosas. É fundamental garantir a punição severa na esfera da Justiça, mas a Educação também precisa atuar como uma barreira ativa. Como presidente da Comissão de Educação, recentemente convoquei o Conselho Estadual de Educação, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Tribunal de Contas para formarmos um grupo de trabalho. O objetivo é estabelecer um prazo e entregar à Secretaria de Educação ações estratégicas para serem implementadas dentro do ambiente escolar, mobilizando a comunidade para desconstruir essa cultura machista e assegurar que sejamos respeitadas como cidadãs plenas de direitos.

O governo do Estado recriou recentemente a Secretaria da Mulher. Qual a importância institucional dessa medida no atual cenário?

Foi um passo institucional indispensável. A recriação da pasta ocorreu como uma resposta direta do Executivo à triste onda de feminicídios registrada no feriado da Páscoa de 2025, reforçando a necessidade de ações governamentais específicas. No entanto, é fundamental envolver todas as esferas de atuação do Estado. Não adianta a Secretaria da Mulher trabalhar de forma isolada sem o respaldo operacional da Segurança Pública, da Educação e da Saúde. O enfrentamento da violência contra a mulher perpassa todas essas áreas. Precisamos de um governo atuando de forma transversal, com todos os seus órgãos integrados e imbuídos do mesmo propósito de proteger a vida feminina.

GILSON BECKER

Presidente da Amprotabaco e do Cisvale

Wellington Rodrigues
Foto: Acervo Pessoal

Filho de agricultores do interior de Vera Cruz, Gilson Becker cresceu vivenciando o dia a dia do campo, onde aprendeu, desde cedo, o valor do trabalho e da dedicação na produção de tabaco, base do sustento familiar. Seguindo esse legado, assumiu a condução da propriedade, dando continuidade à atividade rural e preservando a tradição da família por meio da sucessão no campo.

[...] sua atuação como presidente do Consórcio Intermunicipal de Serviços do Vale do Rio Pardo (Cisvale), função que exerce pela segunda vez, reforça seu compromisso com o desenvolvimento regional sustentável. Entre as iniciativas de destaque está a Agenda Ambiental 2030, criada em 2023 durante sua primeira gestão no consórcio

No início dos anos 2000, tornou-se servidor público de carreira na área de saneamento do Município de Vera Cruz, o que lhe proporcionou uma visão prática e conhecimento da máquina pública. Essas experiências contribuíram para a consolidação de um perfil e de um estilo de gestão baseado em uma administração enxuta, com atuação técnica e diálogo permanente com a comunidade.

Sua atuação política ganhou destaque regional, consolidando-se como uma das principais lideranças do Vale do Rio Pardo. Em 2020, foi eleito para seu primeiro cargo eletivo e assumiu, em 2021, como prefeito de Vera Cruz. Em 2024, foi reeleito em uma eleição com candidatura única — um feito histórico que não ocorria há cerca de 50 anos —, alcançando mais de 80% de aprovação nas urnas.

O resultado expressivo reflete o reconhecimento da população ao trabalho desenvolvido, pautado pela transparência, pelo diálogo e pela entrega de resultados concretos.

No cenário estadual, ocupou, por duas vezes, a vice-presidência da Famurs, fortalecendo o debate das pautas municipalistas e a articulação entre os municípios gaúchos.

Atualmente, exerce a presidência da Associação dos Municípios Produtores de Tabaco (Amprotabaco), ampliando sua atuação para o cenário nacional, representando os interesses de municípios cuja economia está ligada à produção de tabaco.

Com formação na área ambiental, Gilson Becker trouxe essa perspectiva para o centro da gestão pública. Durante quase uma década, coordenou o Programa Protetor das Águas, iniciativa pioneira no Brasil na área de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). O programa consolidou-se como referência nacional ao integrar produtores rurais, escolas e comunidade em torno da preservação dos recursos hídricos, promovendo educação ambiental e proteção dos mananciais.

Além disso, sua atuação como presidente do Consórcio Intermunicipal de Serviços do Vale do Rio Pardo (Cisvale), função que exerce pela segunda vez, reforça seu compromisso com o desenvolvimento regional sustentável. Entre as iniciativas de destaque está a Agenda Ambiental 2030, criada em 2023 durante sua primeira gestão no consórcio. A proposta reúne 30 ações estratégicas voltadas à sustentabilidade, alinhadas ao Plano Estratégico do Meio Ambiente do Vale do Rio Pardo, promovendo a integração entre os municípios e fortalecendo políticas públicas voltadas ao futuro da região.

Nesse contexto, Vera Cruz consolida-se como um dos municípios que mais crescem no Vale do Rio Pardo, resultado de um ciclo consistente de investimentos e planejamento estratégico. O município avança com obras estruturantes que a preparam para o futuro, como a pavimentação de 100% das vias urbanas e a implantação da Barragem Dona Josefa, que garantirá segurança hídrica e dará suporte à expansão econômica. O desenvolvimento também se reflete no expressivo salto do Valor Adicionado Fiscal, que quadruplicou nos últimos cinco anos, com a projeção de alcançar a marca de R$ 1 bilhão até o final do ano. Na zona rural, a presença de escolas infantis nas principais localidades reforça o compromisso com a educação e a qualidade de vida das famílias. Esse conjunto de avanços é conduzido por uma gestão responsável, liderada pelo prefeito Gilson Becker, que alia visão de futuro, equilíbrio administrativo e capacidade de entrega para transformar Vera Cruz em referência regional de desenvolvimento sustentável.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



O VOTO NÃO É UM BILHETE DE LOTERIA

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



LUÍS HENRIQUE KITTEL
Prefeito de Agudo e presidente da Amcentro

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

> O Brasil sofre de uma obesidade estatal crônica. As prioridades da União precisam refletir as necessidades de quem está na ponta, que é nos municípios. Precisamos de representantes que entendam que a riqueza de uma nação vem do trabalho e da liberdade, e não de canetadas governamentais que tentam controlar o mercado e a vida do cidadão

O dia 4 de abril marcou o fim do prazo para desincompatibilização eleitoral e, com ele, vimos a habitual "dança das cadeiras" da política brasileira. Muitos me questionaram se eu deixaria a prefeitura de Agudo para buscar uma cadeira na Assembleia Legislativa. Após refletir sobre o papel que desempenho hoje, decidi que o meu caminho é concluir o mandato para o qual fui eleito. Acredito que, neste momento, o compromisso com os projetos em andamento deve vir antes de qualquer nova aspiração política.

Mas, como gestor público, não posso me ausentar sobre o que está em jogo nas eleições gerais deste ano. Afinal, a democracia não se resume ao ato de depositar um voto na urna. Não estamos apenas escolhendo nomes, mas modelos de nação. Por isso, precisamos encarar as eleições não como um evento isolado, mas como o momento em que a sociedade decide o peso que o Estado terá sobre a vida de cada um de nós.

O momento exige que as nossas escolhas estejam rigorosamente alinhadas às prioridades que defendemos. Não adianta pregarmos eficiência, gestão técnica e liberdade econômica aqui na nossa cidade, se na hora de escolhermos nossos representantes para o Estado e para a União, nos deixarmos seduzir por discursos assistencialistas ou por políticos que veem o orçamento público como um patrimônio particular.

O Brasil sofre de uma obesidade estatal crônica. As prioridades da União precisam refletir as necessidades de quem está na ponta, que é nos municípios. Precisamos de representantes que entendam que a riqueza de uma nação vem do trabalho e da liberdade, e não de canetadas governamentais que tentam controlar o mercado e a vida do cidadão.

> O voto precisa ser um espelho do que queremos para o futuro: um país onde a prioridade é a eficiência. Continuarei aqui, concluindo os projetos e fortalecendo o nosso município como um exemplo de desenvolvimento

Manter a palavra e ficar na prefeitura é, para mim, um ato político de firmeza frente a uma cultura de abandonar projetos pelo meio. O voto precisa ser um espelho do que queremos para o futuro: um país onde a prioridade é a eficiência. Continuarei aqui, concluindo os projetos e fortalecendo o nosso município como um exemplo de desenvolvimento. Mas estarei atento e crítico. Não podemos permitir que o Brasil retroceda enquanto nós, na ponta, lutamos para avançar. O futuro não é uma questão de sorte; é uma questão de escolha.



O CRESCIMENTO DO PODEMOS: UM PARTIDO COMPROMETIDO COM O FUTURO DO PAÍS E DO RS

LEIDIEL MORAIS



EVERTON BRAZ
Presidente Estadual do Podemos

Encerramos o período da janela partidária com uma percepção clara: o Podemos avança de forma consistente e chega mais estruturado para os próximos desafios. É um sinal claro de que o caminho trilhado tem consistência.

No cenário nacional, o partido consolida sua posição entre as maiores forças políticas do país, encerrando esse ciclo com 30 deputados federais. Não se trata de um número qualquer, é a expressão concreta da confiança que lideranças de diferentes regiões do Brasil depositaram no nosso ideal. Um projeto que tem crescido com responsabilidade, com diálogo e com firmeza de propósito.

“No cenário nacional, o partido consolida sua posição entre as maiores forças políticas do país, encerrando esse ciclo com 30 deputados federais. Não se trata de um número qualquer, é a expressão concreta da confiança que lideranças de diferentes regiões do Brasil depositaram no nosso ideal. Um projeto que tem crescido com responsabilidade, com diálogo e com firmeza de propósito”

Esse movimento é fruto de uma construção baseada em diálogo, coerência e compromisso com uma política que busca resultados concretos. O Podemos tem se posicionado com clareza, preservando seus princípios e ampliando a capacidade de articulação, o que tem atraído quadros qualificados e alinhados com essa visão de futuro.

No Rio Grande do Sul, o saldo também foi extremamente positivo. Recebemos nomes importantes, lideranças com trajetória reconhecida e quadros que chegam para fortalecer o Podemos em todas as regiões do Estado. Cada filiação carrega um significado que vai além do ato em si: representa confiança no projeto, esperança no processo político e a convicção de que é possível fazer política de outro jeito.

Estamos reunindo pessoas sérias, com história nas suas comunidades, com representatividade e com comprometimento real com o bem público. O Podemos cresce porque tem posição: está ao lado das pessoas, da política bem feita, da responsabilidade no exercício do mandato e da construção de algo moderno, equilibrado e conectado com o que a sociedade de fato espera de seus representantes.

Este momento não é apenas um marco interno. É o reflexo de um partido que encontrou seu ritmo, que soube dialogar com diferentes perfis de liderança e que segue ampliando sua presença sem abrir mão dos seus valores. Crescer com coerência é mais difícil do que crescer apenas em número, e é exatamente isso que estamos fazendo.

“Estamos reunindo pessoas sérias, com história nas suas comunidades, com representatividade e com comprometimento real com o bem público. O Podemos cresce porque tem posição: está ao lado das pessoas, da política bem feita, da responsabilidade no exercício do mandato e da construção de algo moderno, equilibrado e conectado com o que a sociedade de fato espera de seus representantes”

Quero registrar aqui minha gratidão a cada liderança que escolheu o Podemos neste momento. A vocês, digo com convicção: sejam muito bem-vindos. Esta é uma caminhada coletiva, construída com respeito às diferenças e com o olhar voltado para o futuro do Rio Grande do Sul e do Brasil.

O encerramento da janela partidária confirma que estamos vivendo um novo tempo. Mais capilarizados, mais preparados e, acima de tudo, mais unidos em torno de um projeto que faz sentido. Vamos em frente.



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

EM EVIDÊNCIA NA TV

VERA ARMANDO

VEREADORA DE PORTO ALEGRE

Entrevista: Rafaela Machado e Cláudio Andrade
Edição: Lucio Vaz
Revisão: Patrícia Cruz
Fotos: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência

Com mais de três décadas dedicadas à comunicação no Rio Grande do Sul, Vera Armando construiu seu nome no rádio e na televisão a partir de uma presença marcada por experiência, escuta e contato direto com os temas que atravessam o cotidiano da população. Apresentadora do programa Atualidades na TV Pampa, com passagem também pela TVE e vivência em diferentes funções no jornalismo, ela levou para a vida pública a sensibilidade de quem passou anos ouvindo demandas, acompanhando problemas concretos e dando visibilidade a pautas que muitas vezes não encontravam espaço. O Programa Em Evidência na TV (aos domingos na Masper TV, canal 520 da Claro NET, das 18h às 19h, e também no canal @revistaemevidencia no YouTube) apresenta essa entrevista em que a vereadora fala sobre comunicação, mandato, proteção às mulheres, causas sociais, desafios do Legislativo e o futuro de Porto Alegre. Confira

Vereadora Vera Armando, a senhora possui mais de 30 anos de atuação na comunicação no Rio Grande do Sul, com passagens por emissoras como a TV Pampa, onde apresenta o programa Atualidades, e a TVE. Quais são os marcos mais importantes dessa trajetória?

Fazendo um balanço da minha trajetória, considero que cada etapa teve nuances muito especiais. Lembro das pessoas que cruzaram o meu caminho — colegas, chefias e direções de veículos com os quais convivi —, mas saliento também os contextos históricos pelos quais passaram o mundo, o Brasil e, especialmente, o nosso estado em cada período de atuação. Tenho a convicção de que me dediquei com afinco e busquei entregar o meu melhor em todos os momentos. A amizade e a lealdade cultivadas com colegas de profissão, com os quais celebro os bons momentos até hoje, representam as lembranças mais valiosas que carrego.

A senhora vivenciou a transição do jornalismo analógico — marcado pela máquina de escrever e pela ausência de internet — para o digital. Diante da realidade atual, fortemente pau-

tada por influenciadores, como a senhora avalia o papel do comunicador na construção da opinião pública?

O fato de ter passado por essa fase mais raiz do jornalismo me trouxe uma bagagem e um conhecimento que procuro compartilhar com as novas gerações. Destaco sempre a importância da leitura, da escrita, do diálogo e da escuta atenta. Sempre valorizei o convívio com pessoas de todas as idades. Gosto de ouvir profissionais que possuem a bagagem histórica de Porto Alegre, mas também aprendo com os jovens que estão ingressando na área, cheios de curiosidade e inquietude. Essa troca de experiências e de gerações agrega muito ao nosso conhecimento e fortalece o papel do comunicador.

Como ocorreu a sua transição da comunicação para a vida pública e quais fatores motivaram essa mudança de trajetória?

Foi um processo natural. No jornalismo, atuamos como antenas: recebemos um volume imenso de notícias, pedidos de ajuda e demandas de pessoas que não têm voz ou não sabem a qual autoridade recorrer. São problemas em áreas como saúde, economia, direitos de aposentados, causas animais e demandas de crianças com deficiência, como as do Educandário São João Batista, instituição da qual sou madrinha há anos.

Chegou um momento em que eu apenas recebia as demandas, encaminhava e o processo parava por ali. Entendi que a política oferece as ferramentas necessárias para construir soluções efetivas por meio de políticas públicas. Hoje, como vereadora, posso destinar emendas parlamentares para instituições de saúde, fortalecer entidades assistenciais e atuar diretamente na legislação e na fiscalização. É uma forma de cuidar das pessoas e proteger a nossa cidade com resultados concretos.

O Educandário São João Batista lida com casos de alta complexidade, com foco em crianças e adolescentes. Como funciona esse acompanhamento dos pacientes?

Atualmente, o Educandário foca o seu atendimento em crianças e adolescentes, não conseguindo estender essa cobertura para a fase adulta — papel que hoje é desempenhado pela Apae. Essa transição é desafiadora, inclusive para os profissionais da instituição, pois muitas crianças ingressam ainda bebês para tratar condições como Síndrome de Down, Transtorno do Espectro Autista e Paralisia Cerebral. A principal premissa é que, quanto mais cedo houver o diagnóstico, a estimulação e o início dos tratamentos, maiores serão as possibilidades de essas crianças desenvolverem uma melhor qualidade de vida.

Ao assumir o mandato na Câmara Municipal, quais foram os principais desafios e dificuldades encontrados no início do trabalho legislativo?

Enfrentei todos os desafios possíveis. É preciso aprender o regimento interno, entender os momentos adequados para se pronunciar, os processos de votação e a dinâmica das relações políticas. Para quem migra da iniciativa privada para o Legislativo, o aprendizado é constante, o que reforça a importância de contar com uma equipe qualificada.

No entanto, minha transição não começou diretamente na vereança. Antes de me candidatar, trabalhei na Assembleia Legislativa como coordenadora de comunicação do deputado Capitão Martim. Esse período foi fundamental para me familiarizar com o ambiente político e com os trâmites legais, até o momento em que recebi o incentivo para concorrer a um cargo eletivo.

Sendo uma profissional historicamente ligada aos bastidores e à assessoria estratégica, como a senhora recebeu o incentivo para assumir a linha de frente da política?

No início, causou certa estranheza, pois atuar nos bastidores políticos também é muito gratificante. A transição para o protagonismo exigiu preparação e continuo aprendendo diariamente. Não sei até onde essa carreira pública me levará, pois pretendo seguir exercendo o jornalismo paralelamente. Assim como na comunicação — onde precisamos dominar novas ferramentas e adaptar a linguagem —, o trabalho na Câmara exige evolução contínua. Acredito que um mandato só se torna efetivamente legítimo quando mantemos o gabinete de portas abertas, ouvindo as reais demandas da população e as trazendo para o plenário. Cada projeto de lei exige acompanhamento minucioso, defesa na tribuna e articulação com os colegas. É um exercício diário de aperfeiçoamento.

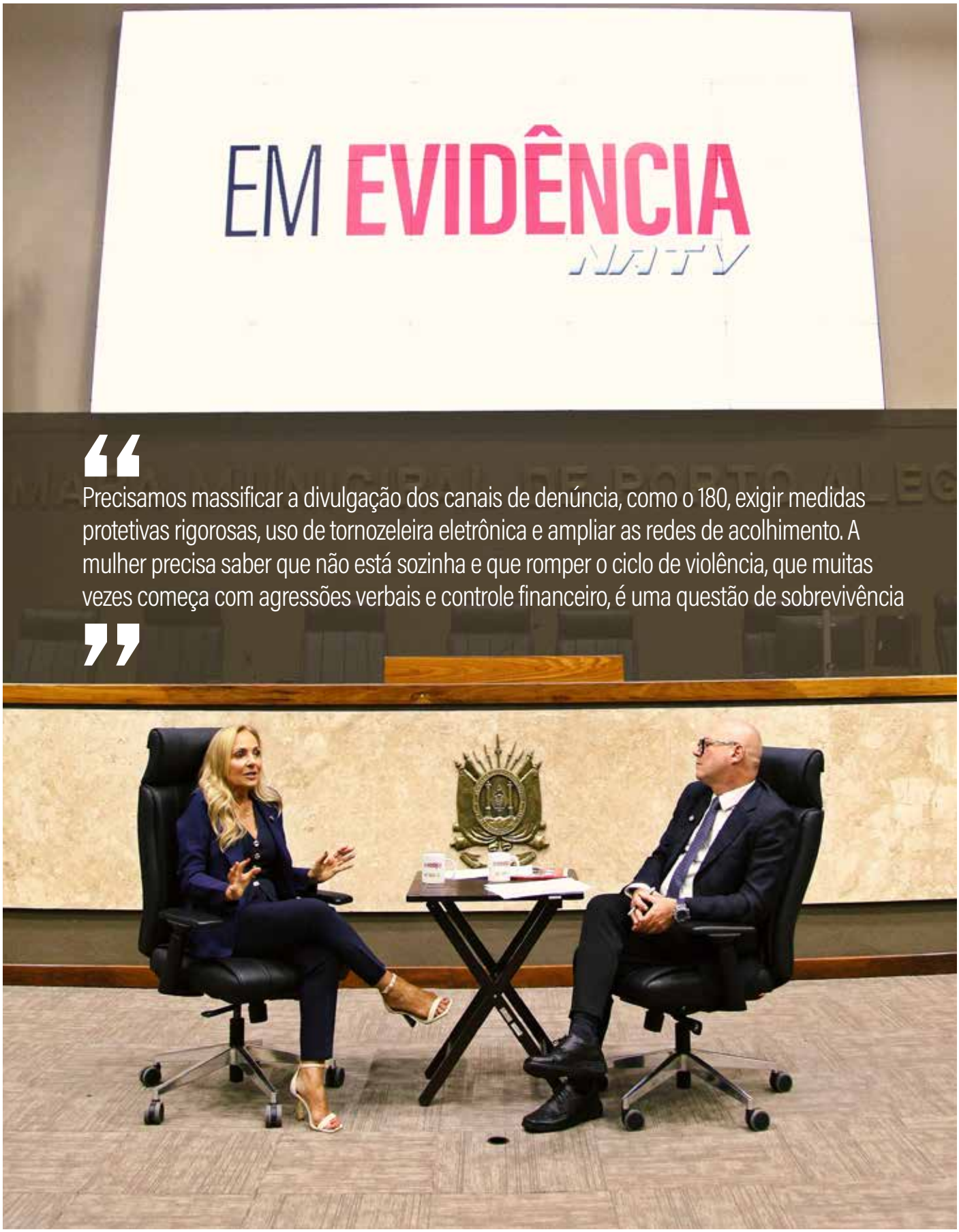
“No início, causou certa estranheza, pois atuar nos bastidores políticos também é muito gratificante. A transição para o protagonismo exigiu preparação e continuo aprendendo diariamente. Não sei até onde essa carreira pública me levará, pois pretendo seguir exercendo o jornalismo paralelamente”

A senhora tem experiência como repórter, apresentadora e chefe de reportagem. Diante das facilidades tecnológicas de hoje, de que forma é possível manter o rigor jornalístico e a checagem de fatos na era da comunicação instantânea?

A tecnologia facilitou muito a nossa



> Entendi que a política oferece as ferramentas necessárias para construir soluções efetivas por meio de políticas públicas. Hoje, como vereadora, posso destinar emendas parlamentares para instituições de saúde, fortalecer entidades assistenciais e atuar diretamente na legislação e na fiscalização



> “Precisamos massificar a divulgação dos canais de denúncia, como o 180, exigir medidas protetivas rigorosas, uso de tornozeleira eletrônica e ampliar as redes de acolhimento. A mulher precisa saber que não está sozinha e que romper o ciclo de violência, que muitas vezes começa com agressões verbais e controle financeiro, é uma questão de sobrevivência”

rotina, se comparada à época em que gravávamos em pesadas fitas U-matic. No entanto, a essência do jornalismo permanece a mesma. A disciplina e a exigência pessoal são fundamentais. Tenho o hábito de revisar constantemente o que escrevo e o que comunico, avaliando se atingi meus objetivos e onde posso melhorar. É preciso cobrar de si mesmo antes de exigir dos outros, sempre com o propósito de construir e ajudar, já que o resultado final de qualquer produção é fruto de um trabalho de equipe.

> “No entanto, minha transição não começou diretamente na vereança. Antes de me candidatar, trabalhei na Assembleia Legislativa como coordenadora de comunicação do deputado Capitão Martim. Esse período foi fundamental para me familiarizar com o ambiente político e com os trâmites legais, até o momento em que recebi o incentivo para concorrer a um cargo eletivo”

Conciliar o mandato político com a apresentação de um programa diário de debates na televisão é uma rotina exaustiva. Como a senhora consegue manter uma postura diplomática para evitar embaraços, aliando essas duas funções?

É uma rotina desafiadora, mas o segredo está na forma como nos posicionamos. Na política, tenho um lado, um partido e propósitos claros; não há mais espaço para isenção absoluta. Contudo, defendo que a firmeza de posicionamento deve ser exercida com elegância, delicadeza e respeito. O fato de buscar a civilidade no trato não diminui a força das minhas convicções. Na hora do debate, seja na televisão ou no plenário, busco sempre aliar firmeza e educação.

Uma pauta prioritária no seu mandato é a proteção das mulheres. Na sua avaliação, quais fatores explicam o aumento assustador dos casos de feminicídio no Rio Grande do Sul?

Estamos vivendo uma verdadeira epidemia de feminicídios no estado, com crimes bárbaros e números alarmantes. O principal fator é a falta de estrutura na rede de proteção, especialmente no interior. Para se ter uma ideia, a única Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) que funciona 24 horas no Rio Grande do Sul é a de Porto Alegre. No interior, os horários não contemplam a realidade da violência: fecham ao meio-dia, encerram o expediente às 18 horas e não abrem aos finais de semana e feriados.

Quando uma delegacia está fechada, gera-se um clima de impunidade que encoraja o agressor. Mesmo com a pena mais dura do Código Penal Brasileiro — 40 anos para o feminicídio —, muitos agressores não se intimidam. Precisamos massificar a divulgação dos canais de denúncia, como o 180, exigir medidas protetivas rigorosas, uso de tornozeleira eletrônica e ampliar as redes de acolhimento. A mulher precisa saber que não está sozinha e que romper o ciclo de violência, que muitas vezes começa com agressões verbais e controle financeiro, é uma questão de sobrevivência.

O seu mandato propõe levar às escolas municipais um projeto de prevenção à violência contra a mulher. Como funciona essa ferramenta de educação na base?

O foco é implementar projetos educativos nas escolas do município de Porto Alegre, compartilhando boas práticas com outras cidades do estado. Uma dessas ferramentas é o Violentômetro, um material didático que apresenta os primeiros sinais de alerta de um relacionamento abusivo. Ele detalha atitudes de controle, como a fiscalização do celular, roupas e amizades, passando pela violência verbal, financeira e física, até chegar às vias de fato. Muitas vezes, a mulher não reconhece esses sinais iniciais como violência. Nosso objetivo é conscientizar e orientar, garantindo que as vítimas busquem ajuda nas delegacias especializadas ou na própria rede de apoio parlamentar.

Considerando o cenário eleitoral de 2026, quais são os projetos e prioridades para o seu futuro político?

Neste momento, minha prioridade é coordenar a campanha à reeleição do deputado estadual Capitão Martim, um político com uma atuação decisiva durante as enchentes de 2023 e 2024. Além disso, estarei engajada no projeto estadual do deputado Luciano Zucco, em alianças formadas pelo meu partido, o Progressistas (PP). Paralelamente, sigo focada no meu trabalho na Câmara de Vereadores. Porto Alegre é uma cidade muito dinâmica, com mais de 1,3 milhão de habitantes, e as demandas não se esgotam. Tenho muita energia para continuar entregando resultados para a população.

Além das questões eleitorais, a Câmara Municipal tem se debruçado sobre pautas complexas, como a revisão do Plano Diretor de Porto Alegre. Qual a importância desse debate neste momento?

É, sem dúvida, o projeto mais importante em tramitação na Casa. Estamos realizando sessões plenárias que muitas vezes avançam pela madrugada para discutir cada detalhe. Trata-se de uma responsabilidade imensa, pois estamos desenhando o futuro urbanístico e o desenvolvimento de Porto Alegre para os próximos dez anos. É um trabalho intenso, mas fundamental para construir a cidade que todos nós queremos e precisamos. ■

MAIO SOLIDÁRIO NASCE COMO LEGADO PERMANENTE DE CUIDADO E RECONSTRUÇÃO SOCIAL NA ULBRA

Campanha transforma mobilização histórica das enchentes de 2024 em compromisso institucional com a solidariedade contínua

Edição: Rafaela Machado
Foto: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência



"FARIA TUDO NOVAMENTE" O presidente Melke relembrou quando a Ulbra abrigou famílias canoenses durante a enchente de 2024: o que começou com a previsão de 400 pessoas rapidamente se transformou em um abrigo para mais de 8,5 mil, com o apoio de cerca de 1,5 mil voluntários

A noite de 22 de abril é marcada como um divisor de águas na trajetória da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Mais do que o lançamento de uma campanha, o Maio Solidário consolidou um compromisso institucional com a solidariedade como valor permanente, nascido da experiência coletiva vivida durante as enchentes de 2024 — uma das maiores crises recentes do Rio Grande do Sul.

Realizado no prédio 59 do campus Canoas, o evento reuniu lideranças, voluntários e a comunidade em um ambiente carregado de emoção, memória e propósito. Logo na chegada, um símbolo vivo dessa resistência chamou a atenção e sensibilizou o público: o cavalo Caramelo, que recepcionava os participantes como representação silenciosa da força, da superação e da esperança que marcaram aquele período.

A cerimônia teve início com a exibição de um vídeo que relembrou o acolhimento de milhares de desabrigados no campus. Imagens e depoimentos trouxeram à tona histórias de dor, mas também de empatia e mobilização, reforçando o impacto humano da ação e reacendendo o sentimento coletivo de união.

SOLIDARIEDADE EM AÇÃO

Ao longo da noite, falas institucionais reforçaram a dimensão do legado construído. A atuação da universidade durante a crise — que chegou a acolher mais de 8,5 mil pessoas com o apoio de cerca de 1,5 mil voluntários — foi lembrada como um exemplo concreto de solidariedade em ação. Mais do que responder a uma emergência, a Ulbra agora transforma essa experiência em política contínua de cuidado, estruturando uma rede permanente de apoio às populações em situação de vulnerabilidade.

Durante a cerimônia, o senador Paulo Paim destacou, em nome dos embaixadores da campanha, o alcance do trabalho realizado. Disse acompanhar, de Brasília, os desdobramentos da atuação da Ulbra e ressaltou que os relatos sempre foram positivos, defendendo a solidariedade como prática contínua e política pública.

O presidente da Ulbra, Carlos Melke Filho, relembrou o momento em que atendeu ao pedido do prefeito de Canoas, Jairo Jorge, para acolher famílias atingidas. O que começou com a previsão de 400 pessoas rapidamente se transformou em um abrigo para mais de 8,5 mil, com o apoio de cerca de 1,5 mil voluntários. "Faria tudo novamente", afirmou. Já o superintendente Ruy Irigaray anunciou a intenção de



propor que o Maio Solidário integre o calendário oficial do Estado, ampliando o alcance da iniciativa para além da universidade.

APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS

A programação cultural também contribuiu para o tom sensível do encontro, com apresentações artísticas que dialogaram com o espírito da campanha. Entre música e poesia, a emoção se fez presente, culminando na declamação que sintetizou o sentimento coletivo daquela noite: a certeza de que a solidariedade, quando compartilhada, se transforma em força capaz de reconstruir realidades. A noite foi marcada por apresentações de Rafael Malenotti, Banda Dona Trio, MC Jean Paul e Andréa Cavalheiro, entre outros. O tradicionalista Gaúcho da Fronteira emocionou o público ao declamar um poema que sintetizou o espírito do encontro.

O Maio Solidário nasce, assim, como um movimento que ultrapassa o caráter pontual de uma campanha. Ele se firma como um compromisso contínuo, onde cada gesto importa e cada doação carrega consigo a possibilidade de transformação. Mais do que lembrar o passado, a iniciativa projeta um futuro em que o cuidado com o outro se torna parte essencial da identidade institucional.

Uma sugestão de Projeto de Lei, instituindo o Maio Solidário no calendário oficial do Estado e nas unidades onde a Ulbra está presente, será encaminhada à bancada gaúcha no Congresso e aos parlamentares da Assembleia Legislativa.

MAIO SOLIDÁRIO

Mais do que o lançamento de uma campanha, o Maio Solidário consolidou um compromisso institucional com a solidariedade como valor permanente, nascido da experiência coletiva vivida durante as enchentes de 2024. Confira algumas imagens de lideranças que estiveram presente

Rafaela Machado
Chico Pinheyro/Revista Em Evidência



EQUIPE NOTA DEZ
Da esquerda: deputado estadual, Juvir Costella; diretor de Relações Institucionais da Aegea, Fabiano Dallazen; deputada estadual, Adriana Lara; presidente da Ulbra, Carlos Melke; e o ex-deputado federal de Mato Grosso do Sul, Carlos Marun

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



RUY IRIGARAY
Sob a liderança de Ruy Irigaray, a Ulbra avançou para um modelo de comunicação mais contemporâneo e integrado, com maior alinhamento entre canais, fortalecimento da identidade institucional e ampliação do alcance social da Universidade





PURO CARISMA
Rafael Malenotti, e sua voz inconfundível, animou a noite com talento e irreverência de sempre



MARCELO MATIAS
O presidente do Simers é capa da edição 79 da Revista Em Evidência. O médico lidera a entidade focando na defesa da classe médica gaúcha, além de atuar como professor na Ulbra e ter um mestrado em andamento no Hospital de Clínicas de Porto Alegre


PREFEITURA MUNICIPAL DE PAROBÉ
JUNTOS POR UMA PAROBÉ AINDA MELHOR
TARIFA ZERO
Parobé,
A CIDADE DO
TARIFA ZERO.
Invista na cidade que oferece
transporte público gratuito
para a comunidade.
100% GRATUITO
TARIFA ZERO
TARIFA ZERO
Estamos lhe esperando!
Transporte 100% Gratuito
Mais Qualidade de Vida
Cidade que Cresce com Você!



Quando o município se
fortalece, todo mundo cresce.

FAMURS

RELATÓRIO DE GESTÃO 2025-2026













2025 | MAIO

Participação técnica da entidade

A Famurs articulou uma importante reunião no Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) para tratar do PL 320/2025, que propõe a securitização das dívidas rurais dos produtores rurais do Rio Grande do Sul. Na oportunidade, a presidente Adriane afirmou que a entidade trabalhará ativamente na construção técnica do projeto, indicando um representante da Federação para integrar a equipe de formulação e, assim, conseguir manter prefeitos, agricultores e regionais informados sobre cada etapa do processo.



Posse da primeira mulher a presidir a Famurs

Apoio à PEC da Responsabilidade Fiscal

Durante a XXVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, a Famurs liderou uma reunião com a bancada gaúcha para defender a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 66/2023, a PEC da Responsabilidade Fiscal, que propunha medidas de sustentabilidade fiscal para aliviar os municípios com Regimes Próprios de Previdência (RPPS). Na oportunidade, a presidente Adriane reforçou que as dívidas não foram geradas pelas gestões atuais e apontou a necessidade de justiça federativa.

O encontro na Câmara dos Deputados foi marcado por forte adesão de prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais, que também defenderam maior agilidade e desburocratização na liberação de emendas parlamentares; a criação de um fundo de desenvolvimento exclusivo para o Sul e a urgente reestruturação da saúde.

Parceria com a Emater e Casos de Sucesso

Durante o 6º Encontro com Prefeitos, a Famurs e a Emater celebraram parcerias que levam assistência técnica de ponta aos municípios. A entidade também reconheceu lideranças que impulsionam o agronegócio gaúcho, reforçando o elo entre a gestão pública e a produtividade no campo.

Irrigação e Sustentabilidade

A pauta da irrigação e a renegociação das dívidas agrícolas foram os pilares dos debates técnicos, com foco em garantir que o produtor rural tenha segurança, garanta o aporte financeiro e ganhe fôlego para enfrentar as oscilações climáticas e as receitas secas que causaram o endividamento no setor.

Voz às mulheres: um marco histórico em 50 anos

A gestão 2025/2026 ficará marcada como o ponto de virada para a representatividade feminina na Famurs. Ao ser a primeira mulher a presidir a Federação em cinco décadas, Adriane Perin de Oliveira não apenas ocupou um espaço, mas abriu portas, retomando com vigor o Movimento Gaúcho da Mulher Municipalista (MGMM) e elevando a pauta de gênero ao centro da agenda pública.

A presidente Adriane Perin de Oliveira levou o apelo das mulheres gaúchas ao governo federal, em Brasília, durante o painel do Movimento Mulheres Municipalistas, cobrando políticas públicas de proteção e fomento à participação feminina na política.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Famurs defende reequilíbrio financeiro dos municípios

A Famurs se posicionou de forma enfática pela aprovação da PEC 66/2023 durante seminário realizado na Assembleia Legislativa, tendo em vista a Emenda seria o caminho para o parcelamento de dívidas previdenciárias, além de limitar o pagamento de precatórios e equiparar as regras dos RPPS de cidades com normas federais. A presidente da Famurs afirmou na ocasião que a PEC 66 é uma "oportunidade histórica" para reverter o quadro de asfixia financeira enfrentado pelas prefeituras, agravado por repasses cada vez menores e pela desequilibrada distribuição dos recursos entre os entes federativos. A preocupação da Famurs era de que, se não aprovada, cresceria o risco de colapso financeiro nas contas públicas municipais, o que poderia comprometer serviços essenciais e até mesmo o pagamento de aposentadorias.

Reuniões com regionais

A presidente Adriane se reuniu com comitivas das Associações dos Municípios do Alto Jacuí (Amaja) e Centro Serra (Amcserra) no início da gestão e ouviu preocupação dos prefeitos quanto à necessidade urgente de renegociação das dívidas agrícolas. Foi sugerido que a Famurs liderasse um movimento de articulação junto aos gestores municipais para fortalecer o pleito e ampliar a visibilidade da pauta. Outro ponto levantado foi a necessidade da implementação de uma política nacional de preços mínimos para as principais commodities, como a soja, que impactam diretamente no desempenho da economia do Rio Grande do Sul.

Mobilização em defesa da securitização

A Famurs liderou uma grande mobilização em sua sede, que reuniu mais de 300 prefeitos. Na ocasião, os gestores se uniram em defesa da securitização, destacando que a atividade rural é a base da arrecadação e do desenvolvimento local, e que o endividamento ameaça não apenas os produtores, mas também os serviços públicos mantidos pelas prefeituras.

A mobilização surgiu diante do cenário crítico de perdas agrícolas bilionárias, resultantes dos impactos causados pelos eventos climáticos extremos que atingiram o Rio Grande do Sul e resultou em dois documentos: uma carta aberta ao governo federal, cobrando medidas emergenciais e estruturais para enfrentar o alto nível de endividamento rural, construída com apoio da Farsul, Fetag-RS, Fecoagro; e o relatório executivo para servir de subsídio aos gestores.

Gabinete Especial de Apoio

Com mais de 80 municípios atingidos pelas fortes chuvas que assolaram o estado, a Famurs criou um Gabinete Especial de Apoio, com objetivo de centralizar ações, articular



Com lideranças do Alto Jacuí para debater a securitização e demandas de infraestrutura



SECURITIZAÇÃO
Movimento em defesa do Agro no estado lotou as dependências da entidade, sendo necessário usar o estacionamento da Famurs para acomodar os participantes

recursos e oferecer suporte técnico permanente às gestões municipais. Na ocasião, os prefeitos receberam um formulário digital, que permitia atualização em tempo real das principais demandas locais.

Outro eixo fundamental da iniciativa foi o apoio técnico para captação de recursos junto aos governos estadual e federal. Para isso, a Famurs disponibilizou modelos de plano de trabalho e colocou à disposição dos gestores uma equipe técnica especializada para orientar na elaboração de projetos, preenchimento de sistemas e prestação de contas.

Prorrogação de financiamento

A Famurs atuou como interlocutora dos municípios gaúchos junto às instituições financeiras para buscar medidas de alívio aos impactos financeiros causados pelas fortes chuvas, enchentes e deslizamentos de terra que atingiram o RS. A entidade solicitou a prorrogação de 180 dias dos prazos de pagamento dos financiamentos atualmente vigentes entre os municípios e instituições como Caixa Econômica Federal.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Criação da Agência Técnica de Desenvolvimento

Como marco inicial dessa estratégia, a Famurs instituiu a Agência Técnica de Desenvolvimento, com o objetivo de apoiar os municípios na estruturação de projetos, qualificação de equipes e prospecção de investimentos. A iniciativa representa um avanço na oferta de suporte técnico especializado, aproximando as gestões municipais de oportunidades concretas de desenvolvimento econômico.



Reunião Famurs e governo do Estado - Bloco 2 de rodovias

Articulação em Brasília

Engajada na aprovação da PEC 66/2023, a presidente Adriane esteve em Brasília, na mobilização que reuniu prefeitos de todo o país para articular a aprovação da proposta junto à Câmara dos Deputados. Com a mobilização nacional, o plenário aprovou a PEC, em dois turnos. Com a modificação no texto, a matéria retornou para análise do Senado.

Estruturação da agenda de inovação

Como ponto de partida para a consolidação da pauta de inovação, a Famurs instituiu a Agência Técnica de Desenvolvimento com foco também na conexão dos municípios a soluções inovadoras e novos investimentos. A iniciativa marcou o início de uma atuação estruturada voltada à transformação digital, aproximando as gestões municipais de ferramentas e estratégias voltadas à modernização administrativa.

Parceria com o Ministério Público

A Famurs avançou na construção de uma parceria com o Ministério Público com o objetivo de viabilizar o uso de inteligência artificial em benefício dos municípios gaúchos. A iniciativa buscou explorar o potencial da tecnologia para qualificar processos, ampliar a eficiência administrativa e apoiar a tomada de decisões nas gestões municipais, com o apoio da expertise do MP, otimizando processos administrativos para qualificar a prestação de serviços públicos.

Articulação em defesa do campo

Em busca da renegociação da dívida dos produtores rurais, a presidente Adriane participou de uma audiência pública da Câmara dos Deputados, realizada na Assembleia Legislativa, para alinhar os próximos passos do Projeto de Lei 5122/2023. O encontro serviu para subsidiar o parecer final do relator com a visão dos municípios e de quem vive a realidade no campo.

Mais perto da renegociação da dívida

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 5122/2023, que autoriza o alongamento das dívidas do agronegócio. A conquista foi resultado de uma intensa mobilização, que contou com a participação ativa da Famurs, prefeitos gaúchos, entidades do setor, bancada gaúcha e de movimentos sociais em defesa



Assinaturas de convênios para recuperação das estradas vicinais

do campo. O projeto aprovado autoriza o uso de até R$30 bilhões do Fundo Social do pré-sal para refinanciar as dívidas do setor com juros subsidiados. A medida é vista como essencial para a recuperação dos produtores, muitos dos quais foram severamente afetados por crises climáticas e de mercado. A matéria seguiu para aprovação do Senado.

Criação de Área Técnica

Em Assembleia Geral, a Famurs aprovou com os presidentes regionais a criação de uma Área Técnica de Defesa Civil na entidade, com o objetivo de apoiar os municípios na preparação e resposta aos eventos climáticos, que têm se tornado cada vez mais frequentes e intensos. A iniciativa reforça o conjunto de ações lideradas pela Federação durante as enchentes de 2024 e marca mais um passo na construção de uma rede de apoio técnico às prefeituras.

Apoio Técnico e especializado aos municípios

Para contribuir com os municípios em situações de emergência, calamidade e reconstrução, a Famurs e o CREA-RS assinaram um novo termo de cooperação entre as entidades. Além do apoio em emergências, onde o objetivo é agir de forma técnica em desastres como enchentes, mobilizando profissionais voluntários para vistorias, laudos e planos de reconstrução, o acordo prevê a fiscalização do exercício profissional, fortalecendo o combate a atuação ilegal e das obras sem responsabilidade técnica; a realização de cursos, seminários e campanhas em conjunto para qualificar os profissionais; o fomento à inovação, com troca de tecnologias e boas práticas de gestão; a promoção de ações que valorizem os profissionais que atuam nas prefeituras; e a divulgação das ações conjuntas viabilizadas através do acordo e seus impactos à sociedade de forma transparente.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Parcerias estratégicas para impulsionar investimentos

Ainda no início da estruturação da área, a entidade avançou na construção de alianças fundamentais para fortalecer o ambiente de negócios no Estado. A Famurs firmou parceria com o programa Empreender RS, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sedec) do governo do Estado, com o objetivo de ampliar o apoio aos municípios na geração de emprego, renda e novas oportunidades.

No mesmo período, também articulou, junto à Invest RS, uma atuação conjunta voltada à atração de investimentos, consolidando uma agenda integrada de desenvolvimento.

Lançamento de Programa inédito de atração de investimentos

Como desdobramento dessa parceria, a Famurs lançou em parceria com a Sedec o Programa Desenvolve Município, uma ação inédita voltada à atração de investimentos pelos municípios gaúchos e estruturada em capacitações para orientar as gestões na elaboração de estratégias locais de desenvolvimento, com foco na competitividade e no aproveitamento das potencialidades regionais.

Campanha Ganha-Ganha Farroupilha

A Famurs participou do lançamento da campanha Ganha-Ganha Farroupilha, iniciativa voltada ao estímulo do comércio local e à valorização dos empreendedores gaúchos. A ação reforçou o compromisso da entidade com o fortalecimento das economias municipais por meio de iniciativas de incentivo ao consumo e desenvolvimento regional.



MOBILIZAÇÃO Discussão da participação da Aegea nos municípios

2025 | AGOSTO



Recebendo representantes do setor privado que oferecem soluções para a gestão pública

Integração com entidades estratégicas

A gestão alinhou parcerias com a Fecomércio-RS, ampliando o diálogo com o setor produtivo e fortalecendo iniciativas voltadas ao desenvolvimento dos municípios. A articulação contribuiu para integrar diferentes atores na construção de soluções inovadoras para a gestão pública.

Preparo, informação e cooperação entre municípios

A importância da preparação local diante dos desastres climáticos pautou a realização do 1º Seminário Estadual de Defesa Civil e Resiliência Climática nos Municípios. O evento reuniu representantes de órgãos federais, estaduais e municipais, além de especialistas de diferentes áreas, para debater estratégias, protocolos e o papel da gestão pública frente aos desafios climáticos crescentes no Rio Grande do Sul. A programação incluiu temas como gestão integrada de riscos e desastres, decretos de emergência, prestação de contas, comunicação em crises, planejamento municipal, acesso a recursos e experiências municipais em prevenção e mitigação de desastres.

Retomada do MGMM

A reativação do movimento uniu prefeitas, vice-prefeitas e vereadoras em torno de uma agenda comum. Projetos como o "Mulheres, Inovação e Futuro" foram apresentados para conectar a força feminina à transformação digital das prefeituras.

Combate ao Feminicídio

Em eventos em sua sede e em fóruns regionais, a Famurs reafirmou o papel dos municípios como a primeira barreira contra a violência de gênero, discutindo a criação de organismos municipais de políticas para mulheres.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Capacitação e preparação dos municípios

Dando sequência às articulações institucionais, a Famurs e a Invest RS avançaram na construção de iniciativas práticas, com foco na capacitação de gestores municipais e na preparação das cidades para receber novos empreendimentos. As ações seguintes da parceria no Programa Desenvolve Município, iniciativa pioneira voltada à qualificação de secretários municipais de desenvolvimento econômico para ampliar a capacidade de atração de investimentos e melhorar o ambiente de negócios no Rio Grande do Sul, buscou fazer com que não só os investimentos chegassem, mas que os servidores estivessem capacitados para receber essa transformação.

Integração com o ecossistema de desenvolvimento

A Famurs apresentou suas iniciativas durante o I Fórum PUCRS de Desenvolvimento Municipal, reforçando o protagonismo das gestões locais na construção de estratégias de crescimento econômico e ampliando o diálogo com instituições de ensino e especialistas da área.

Avaliação da campanha Ganha-Ganha Farroupilha

A Famurs participou da avaliação das vitrines dos municípios integrantes da campanha Ganha-Ganha Farroupilha, iniciativa voltada à valorização do comércio local e à promoção da cultura gaúcha. A análise foi realizada por uma comissão técnica da entidade, que avaliou as propostas apresentadas por 23 municípios, contribuindo para a seleção das iniciativas de maior destaque.
A atuação reforçou o papel da Famurs no acompanhamento e qualificação de políticas de estímulo à economia local, incentivando a criatividade dos



Durante a Expointer, a Famurs reuniu prefeitos, gestores municipais e lideranças políticas em mais uma agenda de diálogo sobre temas de interesse dos municípios gaúchos



Inauguração do Auditório Mulher Gaúcha, durante a Expointer 2025

municípios e o fortalecimento das atividades comerciais durante o período farroupilha.

Avanço no diálogo com o governo do Estado

A Famurs avançou no diálogo com o governo do Estado sobre o uso de inteligência artificial e inovação na gestão pública, reforçando a importância da integração entre as esferas estadual e municipal para acelerar a transformação digital. Junto à Secretaria de Governança, Planejamento e Gestão (SPGG), o objetivo foi oferecer iniciativas em desenvolvimento pelo programa RS+Digital, plataforma integrada que conecta tecnologia, gestão pública e cidadania, aos municípios. Entre as soluções estiveram a plataforma SEI Municípios, a GurIA, e outras ferramentas voltadas à inovação, a segurança da informação e a eficiência dos serviços prestados ao cidadão. Essa construção para desburocratizar processos e digitalizar cada vez mais as gestões já chegou a mais de 100 municípios.

Lançamento da bandeira "Cada Dia Mais IA"

Como marco da consolidação da pauta de inovação, a Famurs lançou a bandeira "Cada Dia Mais IA", reforçando o compromisso da entidade com a disseminação do uso da inteligência artificial nos municípios gaúchos. A parceria com a Adapta, referência nacional no setor, possibilitou um workshop aos gestores e secretários municipais que evidenciou as principais soluções de IA para apoiar campanhas, análise de dados, automação de documentos e outros serviços municipais a serem usados pelos municípios para dinamizar os processos do dia a dia.

Mobilização de gestores municipais

Realizada em setembro de 2025, a 1ª Conferência Gaúcha de Municípios, possibilitou que o debate em torno do tema continuasse ativo, mobilizando prefeitos e equipes técnicas para o uso qualificado da inteligência artificial na gestão pública. A ação em parceria com o Ministério Público teve foco em orientar os gestores sobre as possibilidades práticas da tecnologia, incentivando sua

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



O espaço será dedicado ao debate do protagonismo feminino no campo e na política

aplicação em áreas estratégicas das administrações municipais e ampliar a capacidade de atendimento ao cidadão.

Destaque na Expointer

A principal atividade promovida pela Famurs na Expointer, a Assembleia Geral de Prefeitos, teve como tema central a busca por soluções para o alto endividamento dos agricultores gaúchos após sucessivas estiagens e enchentes dos últimos anos. A presidente da Famurs, destacou que os municípios têm sido protagonistas em momentos de crise e reforçou o apelo para que o Congresso Nacional aprove o projeto de securitização das dívidas dos agricultores, já validado pela Câmara e em análise no Senado.

Assembleia Recorde e Espaço de Voz

A Famurs registrou uma participação histórica na Expointer 2025, mobilizando prefeitos em uma assembleia que debateu o endividamento rural e a reconstrução do Estado. O grande marco foi a inauguração do Auditório Mulher Gaúcha, um espaço inédito dedicado ao debate do protagonismo feminino no campo e na política.

Famurs em Movimento: aproximação com o interior

A descentralização foi a marca registrada desta gestão. Através do Projeto Famurs em Movimento, a Federação percorreu o Rio Grande do Sul, ouvindo as associações regionais e levando suporte técnico diretamente aos gestores locais.

Os encontros em regiões como a Central, Planalto Médio (Ampla), Fronteira Noroeste (Três de Maio), Alto Jacuí (Tapejara) e Litoral Norte (Osório) permitiram um alinhamento estratégico sobre a Reforma Tributária, Previdência, Desenvolvimento Econômico, Saúde e infraestrutura, tudo com um ponto chave: pautas e demandas definidas pelos prefeitos e prefeitas.

Ao levar a estrutura da Famurs para o interior, a gestão encurtou distâncias e garantiu que as demandas específicas de cada regional fossem integradas às pautas defendidas em Porto Alegre e Brasília.

Soluções conjuntas

Um encontro na Famurs reuniu representantes do governo do Estado, entidades e produtores rurais para tratar da prorrogação das dívidas agrícolas, do custeio das próximas safras e a da situação do agronegócio no estado. A reunião teve como objetivo construir soluções conjuntas para garantir a sustentabilidade da agricultura e equilíbrio econômico das famílias no campo. O principal foco do encontro foi ouvir diferentes segmentos do setor, em especial prefeitos e produtores e assim, alinhar propostas práticas. Como resultado, foi definido a criação de frentes de trabalho para acompanhar a situação de cada município, com prioridade aos produtores não contemplados em programas de crédito.

Reconhecimento e excelência: 7º Prêmio Boas Práticas

A força das boas ideias aplicadas à administração municipal ganhou projeção ainda maior com a realização do 7º Prêmio Boas Práticas da Famurs. Em sua maior edição, a iniciativa reuniu mais de 400 projetos inscritos, com participação de cerca de 150 municípios gaúchos, confirmando o alcance de uma premiação que se consolidou como vitrine para experiências bem-sucedidas na gestão pública. Ao todo, 54 projetos finalistas foram reconhecidos em 18 categorias, com destaque para a ampliação do prêmio, que passou a contar também com as áreas de Inovação em Gestão Pública e Desenvolvimento Econômico.

Mais do que celebrar vencedores, a premiação reafirmou a capacidade dos municípios de criar respostas concretas para desafios cotidianos, com soluções ligadas à saúde, educação, meio ambiente, comunicação, turismo, segurança pública, desenvolvimento rural, mobilidade e outras frentes essenciais da vida local. A diversidade dos projetos mostrou que criatividade, eficiência e compromisso com resultados podem caminhar juntos, independentemente do porte do município. A seleção valorizou inovação, efetividade, replicabilidade e resultados.

Realizada durante o Smart Cities Park, em Nova Petrópolis, a cerimônia também evidenciou o papel da Famurs como articuladora do municipalismo gaúcho, estimulando a troca de experiências e a circulação de iniciativas que podem ser adaptadas por outras prefeituras. A repercussão do prêmio na imprensa, com destaque para projetos premiados em diferentes regiões do Estado, ajudou a ampliar a visibilidade de ações que qualificam os serviços públicos e produzem efeitos concretos na vida da população. Também houve recorde de inscrições.



BOAS PRÁTICAS

Prêmio que reconheceu a excelência na gestão pública das prefeituras do RS ocorreu em Nova Petrópolis, obteve número recorde de inscritos e premiados

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Impactos da reforma nas finanças

Para auxiliar os gestores na compreensão das mudanças nas finanças municipais impostas pela reforma tributária, a Famurs promoveu o workshop que contou com mais de 200 participantes, entre prefeitos, secretários, contadores, fiscais e gestores. Durante o encontro, eles foram atualizados sobre o novo modelo de arrecadação; quais as fragilidades na administração pública; adequação tecnológica; representações no Comitê Gestor do IBS; e quais os setores beneficiados (serviços, turismo, comércio) e os em desvantagem (indústria e agronegócio).

Reforma em pauta

A Famurs realizou o segundo e terceiro encontro do "Famurs em Movimento" nos municípios de Três de Maio e Tapejara, tendo como principal assunto a reforma tributária. Um painel técnico conduzido pelo consultor tributário da entidade, Luiz Fernando Rodriguez Júnior, detalhou as mudanças previstas e reforçou a urgência de ajustes previdenciários que devem ser implementados nos municípios.

Avanços na previdência municipal

Durante o terceiro encontro do "Famurs em Movimento", realizado em Tapejara, os gestores discutiram sobre a dificuldade em avançar com as adequações necessárias nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) nos municípios, visando a sustentabilidade econômica das prefeituras. Desde 2019, quando as regras da Reforma da Previdência federal foram promulgadas, menos de 30% dos municípios gaúchos implementaram as mudanças. O tema vem gerando tensão política e insegurança nas Câmaras de Vereadores e os municípios solicitaram auxílio para aprovação de mudanças na previdência municipal.

Pesquisa sobre equilíbrio fiscal

Uma pesquisa da Famurs



FAMURS EM MOVIMENTO
O programa de interiorização da entidade discutiu questões regionais em cidades-polos. Na foto, presidente Adriane durante a etapa de Tapejara



Em Três de Maio, o Famurs em Movimento reuniu lideranças municipais e regionais em mais uma agenda de diálogo sobre temas ligados à gestão pública e às demandas dos municípios gaúchos

apontou que, embora metade das prefeituras gaúchas projetasse fechar 2025 com as contas no azul, havia um alerta para o aumento das despesas com quadro pessoal e saúde; com a queda de repasses federais; e com os gastos previdenciários. Na ocasião, a presidente da Famurs realizou uma nova manifestação, afirmando que a reforma da previdência é caminho para o equilíbrio financeiro.

Atualização aos gestores

A programação do segundo e terceiro encontro do "Famurs em Movimento" contou com um painel exclusivo para abordar a questão do endividamento rural e securitização. O secretário de Articulação dos Municípios do governo do Estado, Salmo Dias de Oliveira, atualizou os gestores sobre o tema e reiterou o desafio de qualificar a infraestrutura ferroviária para tornar o ambiente econômico mais competitivo e eficiente.

Resposta a crises

A Famurs ofereceu apoio imediato após o forte temporal de granizo que atingiu Erechim. A Federação mobilizou seu Gabinete Especial de Apoio e colocou sua estrutura técnica à disposição do município para auxiliar no levantamento dos danos, na interlocução com órgãos estaduais e federais e na orientação sobre medidas administrativas e legais. A presidente Adriane reforçou a importância da cooperação institucional.

Força-tarefa

Diante dos graves estragos provocados por um vendaval, a Famurs mobilizou as Associações de Municípios para organizar uma força-tarefa de apoio às cidades mais impactadas, com foco em assistência prática às comunidades afetadas. A Federação protocolou junto ao governo do Estado pedidos de medidas urgentes e homologação de situação de emergência para Erechim e Getúlio Vargas, reforçando a importância da cooperação municipalista para agilizar a resposta às necessidades da população.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Resultados do Desenvolve Município

Como resultado das ações estruturadas ao longo da gestão, 80 municípios concluíram a primeira etapa do programa Desenvolve Município, com a entrega dos Planos de Atração de Investimentos. Os documentos consolidaram diagnósticos locais e estratégias voltadas ao crescimento econômico, evidenciando o engajamento das administrações municipais e a efetividade da metodologia aplicada.

229 municípios de todas as regiões do Estado aderiram ao programa e durante oito semanas, prefeitos, secretários e servidores participaram da primeira etapa do projeto, que contou com o apoio técnico da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). A capacitação foi composta por trilhas de capacitação com aulas especializadas, mentorias estratégicas e encontros presenciais, culminando na entrega de planos de desenvolvimento econômico. Os 80 municípios que concluíram essa entrega foram reconhecidos como "Criadores do Futuro".

Aproximação institucional com órgãos e entidades

A Famurs atuou como um elemento de equilíbrio e diálogo constante com as principais instituições do Estado, fortalecendo o municipalismo através da cooperação. A aproximação com o Tribunal de Contas (TCE-RS), especialmente na transição da previdência municipal, garantiu segurança jurídica aos prefeitos. A posse da nova presidência do Tribunal, chefiado agora pelo conselheiro Iradir Pietroski, foi um momento de reafirmação desta parceria técnica e institucional.



Participando do 15º Encontro Regional de Controle e Orientação (ERCO) do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) em Canoas, que ocorreu no dia 9 de dezembro de 2025, na Universidade Luterana do Brasil (Ulbra)

2026 | JANEIRO

Alinhamento com o TCE-RS

A crescente pressão das despesas previdenciárias sobre os orçamentos municipais motivou uma reunião com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) logo no início do ano. O encontro evidenciou a preocupação compartilhada em haver risco de sufocamento financeiro das prefeituras diante das mudanças trazidas pela reforma da previdência. A avaliação comum foi a de que, sem planejamento e enfrentamento coordenado, muitos municípios poderão ter seus orçamentos cada vez mais comprometidos, com impactos diretos sobre políticas públicas essenciais.

Ao final do encontro, além da sinalização de uma agenda institucional conjunta, baseada no diálogo e na busca por soluções que garantam o equilíbrio fiscal sem comprometer a autonomia municipal, o presidente Iradir Pietroski foi convidado para palestrar na Assembleia de Verão 2026 e falar sobre os efeitos das reformas previdenciária e administrativa.

Novo encontro regional

No início do ano, a Famurs promoveu o quarto encontro do "Famurs em Movimento", em Osório. Atenta às regras de transição da reforma tributária, já em vigor, a entidade mobilizou gestores para debater a capacitação das equipes técnicas e impacto das alterações sobre as finanças municipais. Um dos pontos principais discutidos no dia foi a criação do Comitê Gestor do IBS, responsável por gerir os recursos do novo imposto e que substitui o ICMS e o ISS. A Famurs reforçou seu compromisso em trabalhar para garantir ao menos um representante gaúcho entre



A Famurs acompanhou, em janeiro, a agenda do governo do Estado relacionada ao programa Avançar Mais Cidades, iniciativa voltada ao apoio a investimentos municipais em áreas como infraestrutura, equipamentos, veículos e melhorias estruturais

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



Em Osório, a Famurs realizou mais uma edição do Famurs em Movimento, reunindo lideranças municipais para tratar de temas de interesse das prefeituras, como reforma tributária, previdência, gestão pública e os desafios regionais dos municípios gaúchos

as 27 cadeiras reservadas aos municípios – 14 indicações pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e 13 pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

Representação gaúcha no CGIBS

Para garantir que os interesses dos municípios gaúchos fossem levados em consideração na distribuição do bolo tributário, a presidente Adriane articulou com o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, a indicação de pelo menos um representante gaúcho no Comitê Gestor que administrará o novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Em reunião, Ziulkoski se comprometeu em indicar pelo menos um nome gaúcho para compôr o colegiado. A partir da formalização dos nomes, a Famurs indicou que instalará um fórum para estreitar as relações da entidade com os representantes gaúchos.

Importância da titularidade no CGIBS

Ciente da importância de ter um município titular no Comitê Gestor do IBS, a Famurs levou para o conhecimento dos presidentes regionais a garantia dada pela CNM e detalhes da reunião com o presidente Paulo Ziulkoski, uma vez que a FNP indicou apenas três municípios suplentes – Porto Alegre, Santa Rosa e Pelotas. Para reforçar junto à Confederação a importância da representação gaúcha, a presidente Adriane embarcou para Brasília, para acompanhar a tramitação das indicações e estreitar laços com a CNM.

Articulação decisiva

Através de uma importante articulação realizada pela presidente Adriane, a CNM atendeu o pleito da Famurs e indicou Caxias do Sul para compor o CGIBS como titular. Venâncio Aires ficou como primeiro suplente e Canoas e São Leopoldo com a segunda suplência. Para a presidente da Famurs a confirmação de um representante das prefeituras gaúchas representa uma vitória histórica da entidade, uma vez que os municípios precisam estar no centro das decisões referentes à distribuição da arrecadação tributária.

2026 | FEVEREIRO

Campanha “VIDA: Todos por Ela”

Mais do que uma federação de prefeitos, a Famurs se posicionou como uma defensora da vida. A campanha “VIDA: Todos Por Ela” tornou-se o maior movimento institucional de combate à violência contra a mulher na história da entidade.

Esporte e conscientização

A primeira Famurs Move RS reuniu centenas de pessoas em uma corrida e caminhada, unindo a prática esportiva à mensagem urgente pelo fim da violência de gênero que está com números infelizmente cada vez mais alarmantes.

Estratégia e ação

Em conjunto com o governo do Estado, a Famurs debateu a criação de órgãos municipais específicos para frear a violência, oferecendo suporte técnico para que as cidades implementem redes de proteção eficazes.



A presidente da Famurs e prefeita de Nonoai, Adriane Perin de Oliveira, reuniu-se com o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Sérgio Peres, para tratar de pautas de interesse dos municípios e da relação institucional entre o Parlamento e as prefeituras.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Tema na Assembleia de Verão

A reforma tributária recebeu um destaque especial na programação da Assembleia de Verão 2026, promovida pela Famurs em Torres. Um dos painéis foi conduzido pelo consultor tributário da Famurs, Luiz Fernando Rodriguez Júnior, que fez uma análise sobre os impactos da reforma na arrecadação municipal e as oportunidades que se abrem com a criação do IBS. Uma das novidades apresentadas durante a palestra foi o conceito de fiscalização compartilhada, previsto na nova legislação tributária. Ele também ressaltou pontos como estratégias para fortalecer a arrecadação local e a necessidade de preparação das administrações municipais para transformar a reforma em oportunidade de desenvolvimento local.

Em outro painel, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, ao falar do tema, focou no período de transição da reforma. Em sua apresentação, ele enfatizou a necessidade de vigilância para garantir que a parcela do IBS, que substituirá o ISS municipal, não resulte em perda de arrecadação.

Futuro da receita municipal em debate

A Famurs realizou um grande encontro estratégico para tratar das profundas mudanças da Reforma Tributária e falar sobre a sustentabilidade financeira de cada município gaúcho. O Summit Fiscal 2026 reuniu em três dias de evento prefeitos, vereadores, secretários de Fazenda, fiscais tributários, contadores, auditores fiscais, procuradores e técnicos em Administração Tributária e discutiu como a reforma redesenha o financiamento das políticas públicas municipais. O evento teve o objetivo de preparar os gestores para uma implementação bem-sucedida da reforma tributária do consumo.

Expansão do programa Invest RS

Durante a Assembleia de Verão 2026, a Famurs e a Invest RS lançaram a segunda fase do programa Desenvolve Município, ampliando o alcance da iniciativa e reforçando o compromisso com a qualificação contínua das gestões municipais na atração de investimentos. Ao todo, 351 municípios se inscreveram, com a participação de cerca de 200 secretários municipais em formações voltadas à elaboração de estratégias locais de desenvolvimento.

Entre as ações previstas na nova fase está a realização de visitas institucionais ao escritório da Invest RS em São Paulo, com a participação de municípios que tiveram projetos aprovados na primeira etapa. O objetivo é aproximar os gestores municipais de um dos principais polos de inovação e negócios do país, ampliando oportunidades de conexão com investidores.

Reformas Previdenciária e Administrativa: Tema na Assembleia de Verão

As reformas previdenciária e administrativa e seus impactos na gestão pública municipal foram tema de painel na programação da Assembleia de Verão 2026. A atividade contou com a participação do assessor superior da Presidência do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), Odacir Klein, e dos auditores de controle externo Aline Michele Buss Pereira e Henrique Serra Sitja. Durante a apresentação, os especialistas destacaram os desafios enfrentados pelos municípios na manutenção do equilíbrio financeiro dos RPPS e na adaptação às mudanças estruturais necessárias para garantir a sustentabilidade das contas públicas no longo prazo.

Odacir Klein ressaltou a importância da criação de mecanismos que assegurem recursos previdenciários para o futuro, alertando que o planejamento fiscal é fundamental para evitar riscos à gestão municipal.

Ampliação da parceria com o Ministério Público

Dando continuidade às ações iniciadas ao longo da gestão, a Famurs e o Ministério Público avançaram em uma nova etapa da parceria para o uso de inteligência artificial nas gestões municipais. Foi apresentada a atuação da Xertica, uma certificadora internacional



A MAIOR ASSEMBLEIA DE VERÃO DE TODOS OS TEMPOS
De volta ao município de Torres a Assembleia de Verão 2026 bateu todos os recordes, tanto em inscritos como em participantes

que mantém convênio com o Ministério Público, com o objetivo de integrar e modernizar os sistemas de gestão pública nos municípios.

O projeto busca permitir que os sistemas de compras e licitações municipais estejam conectados à soluções construídas com o apoio do MPRS e com integração tecnológica da Xertica, promovendo maior eficiência, transparência e agilidade nos processos de contratação pública.

Aliança com a Assembleia Legislativa

A assinatura de um termo de cooperação com a ALRS permitiu o alinhamento de uma agenda legislativa comum, garantindo que as leis aprovadas reflitam a realidade e as necessidades das prefeituras gaúchas. A partir do acordo, a Federação e as associações regionais passam a ter atuação formal na tramitação de matérias no Parlamento, com acesso às comissões técnicas da Casa para acompanhar e sugerir ajustes em projetos de lei e propostas de emenda constitucional que impactam diretamente os 497 municípios gaúchos.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Planejamento de cidades resilientes

Com o objetivo de fortalecer a proteção das comunidades gaúchas diante de eventos climáticos extremos, a Famurs realizou o 2º Seminário Estadual de Defesa Civil e Resiliência Climática nos Municípios. O encontro reuniu gestores para, além de qualificar a resposta imediata a desastres, integrar o poder público e órgãos de controle em torno de estratégias de prevenção, mitigação e reconstrução, garantindo segurança jurídica e eficiência operacional nas tomadas de decisões. A programação contou com painéis sobre diagnósticos locais; gestão de risco e uso de tecnologias; captação de recursos e prestação de contas; e apresentação de cases reais de resiliência em municípios gaúchos.



A missão na Alemanha reúne lideranças gaúchas em uma agenda voltada à troca de experiências sobre inovação, indústria, sustentabilidade e gestão pública, dentro da programação da Hannover Messe 2026

Tecnologia e inovação na Missão Hannover

A presidente Adriane encerrou a gestão na Famurs integrando a comitiva brasileira na Missão Empresarial & Pública na Alemanha, evento que teve o Brasil como país parceiro na Hannover Messe, a maior feira de tecnologia industrial do mundo. A viagem ocorreu entre os dias 18 e 26 de abril, com foco em áreas estratégicas como digitalização, automação, hidrogênio verde e softwares voltados para a redução de emissão de CO_2. A experiência possibilitou conhecimento em logística, meio ambiente e tecnologia, além de trazer novas perspectivas de inovação para as cidades gaúchas.

Avanço no licenciamento da suinocultura

A Famurs articulou ao longo da gestão e garantiu o consenso na proposta para ampliação da competência municipal no licenciamento ambiental da suinocultura. Mobilizada desde 2022, a Federação, através de importantes articulações da presidente Adriane com entidades que integram o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), conseguiu colocar o tema em votação na Câmara de Gestão Compartilhada do Consema. Um dos avanços buscados foi dobrar o porte de competência municipal para o licenciamento da atividade de suinocultura de terminação, considerando os modais. A medida causa um impacto positivo na cadeia produtiva e garante o desenvolvimento dos municípios gaúchos.

REFORMA TRIBUTÁRIA NA PAUTA

A Irion Advogados consolida, em 2026, um posicionamento estratégico diante de um dos ciclos mais relevantes para o ambiente de negócios no Brasil: a implementação da reforma tributária

Edição: Rafaela Machado
Foto: Maximiliano Souza

Mais do que acompanhar as mudanças, a atuação se concentra em traduzir, com profundidade técnica, os impactos reais que o novo modelo trará para as empresas. Trata-se de um cenário que exige leitura qualificada, capacidade de adaptação e, principalmente, planejamento estruturado, elementos que passam a influenciar diretamente a competitividade e a sustentabilidade das operações.

A entrada em vigor da reforma inaugura um período de transição complexo, marcado pela convivência entre regimes tributários, reconfiguração de cadeias produtivas e necessidade de revisão de estruturas fiscais. Nesse contexto, decisões mal calibradas podem gerar aumento de carga tributária, perda de margem e exposição a riscos operacionais e jurídicos.

É justamente nesse ponto que se reforça a importância de uma atuação próxima ao empresariado, com foco em antecipação de cenários e construção de estratégias consistentes. O momento exige sair da lógica reativa e adotar uma postura orientada à previsibilidade e à eficiência tributária.



MESA MANIFESTO
Dentro dessa diretriz, a Irion Advogados vem ampliando sua presença em ambientes de debate qualificado, contribuindo ativamente para a disseminação de conteúdo técnico e para a formação de uma visão estratégica sobre o tema. Um dos marcos recentes foi a participação no Mesa Manifesto – Debate de Ideias, realizado no mês de março, que reuniu empresários, lideranças e especialistas para discutir os impactos da nova legislação no ambiente corporativo. Na foto, equipe da Irion Advogados durante evento

Dentro dessa diretriz, a Irion Advogados vem ampliando sua presença em ambientes de debate qualificado, contribuindo ativamente para a disseminação de conteúdo técnico e para a formação de uma visão estratégica sobre o tema. Um dos marcos recentes foi a participação no Mesa Manifesto – Debate de Ideias, realizado no mês de março, que reuniu empresários, lideranças e especialistas para discutir os impactos da nova legislação no ambiente corporativo.

Durante o encontro, foram aprofundadas questões centrais como os efeitos da tributação sobre o consumo, os desafios operacionais da implementação e as mudanças estruturais que exigirão revisão de processos internos e modelos de negócio. O debate evidenciou que a reforma não se limita à legislação, mas impacta diretamente a gestão, a governança e o planejamento estratégico das empresas.

Na sequência dessa agenda, a atuação se estende para a Fenasoja, evento que será realizado no município de Santa Rosa, no mês de maio, e que

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



se consolida como um dos principais encontros do agronegócio nacional. A presença reforça a conexão com um dos setores mais relevantes da economia, onde os efeitos da reforma tributária terão impacto direto na formação de custos, na competitividade e nas decisões de investimento.

O objetivo, nesse contexto, é claro: levar informação qualificada ao ambiente empresarial, fomentar discussões estratégicas e orientar empresários na construção de decisões mais seguras e alinhadas ao novo cenário tributário. Essa atuação contínua reflete um direcionamento consistente: estar ao lado de quem precisa decidir. Estar próximo das empresas, compreendendo suas particularidades e contribuindo com análises que vão além da interpretação normativa.

A reforma tributária deve ser compreendida como um processo de longo prazo, que exigirá revisões constantes, acompanhamento técnico e capacidade de adaptação ao longo dos próximos anos. Empresas que estruturarem esse movimento desde agora tendem a capturar oportunidades relevantes e reduzir impactos negativos durante a transição.

Nesse cenário, a Irion Advogados reafirma seu compromisso de contribuir com o mercado por meio de conteúdo técnico qualificado. Como desdobramento dessa diretriz, o escritório estrutura um ciclo de palestras pelo interior do Rio Grande do Sul, levando análises aprofundadas sobre os impactos da reforma tributária tanto para a iniciativa privada quanto para as administrações municipais.

DIREITO DOS NEGÓCIOS

Amanda Klauck e Bertha Veppo: protagonismo jurídico, liderança intelectual e a criação de um projeto que transforma conhecimento em impacto social

Edição: Rafaela Machado
Foto: Assessoria Direito dos Negócios

Alguns projetos nascem da oportunidade. Outros surgem de inquietações profundas, de visão intelectual e da convicção de que o conhecimento deve ultrapassar os limites da academia para transformar a realidade. É desse impulso que nasce o Direito dos Negócios, programa jurídico que vem se consolidando como um espaço singular de reflexão, debate qualificado e difusão do pensamento jurídico contemporâneo no Brasil.

À frente da iniciativa estão duas profissionais que representam a convergência entre excelência acadêmica, protagonismo institucional e atuação jurídica de alto nível: a advogada Amanda Klauck, mestranda em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e a advogada Bertha Veppo, sócia do escritório Rolf Madaleno Advogados e presidente da Comissão de Direito de Família e Sucessões do Instituto Juristas.

Foi a partir dessa visão comum que surgiu o Direito dos Negócios, concebido como um ambiente de diálogo capaz de conectar produção acadêmica, experiência profissional e debate público qualificado. A proposta parte de uma premissa clara: aproximar o direito da realidade concreta, ampliar o acesso ao conhecimento jurídico de excelência e promover reflexões que impactam diretamente empresas, instituições e cidadãos.

Embora o programa dialogue com questões estratégicas da atividade econômica, sua abordagem é essencialmente interdisciplinar, abrangendo temas do direito civil, criminal, empresarial, trabalhista, tributário e regulatório, sempre sob a perspectiva de suas repercussões sociais, econômicas e institucionais. Mais do que examinar normas ou conceitos abstratos, a iniciativa investiga como o direito estrutura relações, orienta decisões, organiza a atividade econômica e contribui para o desenvolvimento da sociedade.

Ao traduzir temas complexos em linguagem acessível, sem renunciar ao rigor científico, o Direito dos Negócios fortalece a cultura jurídica e amplia a compreensão pública sobre o papel do direito na vida contemporânea.

Essa proposta rapidamente consolidou o programa como um ambiente de interlocução com alguns dos mais relevantes nomes do cenário jurídico brasileiro. Ao longo de sua trajetória, o Direito dos Negócios reuniu convidados de grande expressão no pensamento jurídico contemporâneo, como Judith Martins-Costa, Nelson Rosenvald, Fredie Didier Jr., Rolf Madaleno, Juliana Domingues, Ana Carolina Brochado, Bruno Miragem, Laércio Uliana, Tatiana Sister, Marco Karam, Laurence Medeiros, Guilherme Caprara, Eduardo Schumacher, Ederson Porto, Paulo Caliendo, Gerson Branco, Fabiano Menke, Fernando Noschang, entre outros profissionais de destacada atuação acadêmica e institucional.

Com identidade editorial consistente, posicionamento intelectual sólido e compromisso permanente com a excelência, o programa se consolida como uma ponte entre conhecimento e sociedade, entre reflexão e prática, entre saber jurídico e impacto social. Trata-se de uma iniciativa que não apenas acompanha as transformações do direito contemporâneo, mas participa ativamente de sua construção.

O Direito dos Negócios vai ao ar com episódio inédito todas as terças-feiras, às 19h30, nos canais da MasperTV, com reprise às sextas-feiras, às 19h30, e aos domingos, às 20h30.

> O Direito dos Negócios nasce exatamente dessa vocação: transformar conhecimento em consciência, debate em desenvolvimento e direito em instrumento efetivo de transformação social. Porque quando o saber encontra propósito, ele deixa de ser apenas informação — torna-se legado

Em um mundo que exige instituições mais sólidas, decisões mais responsáveis e conhecimento cada vez mais qualificado, iniciativas que promovem reflexão crítica deixam de ser apenas relevantes — tornam-se indispensáveis. O Direito dos Negócios nasce exatamente dessa vocação: transformar conhecimento em consciência, debate em desenvolvimento e direito em instrumento efetivo de transformação social. Porque quando o saber encontra propósito, ele deixa de ser apenas informação — torna-se legado.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



IDENTIDADE EDITORIAL CONSISTENTE

O Direito dos Negócios vai ao ar com episódio inédito todas as terças-feiras, às 19h30, nos canais da MasperTV, com reprise às sextas-feiras, às 19h30, e aos domingos, às 20h30, e apresentado por Amanda Klauck

NETWORKING X NETWEAVING E LIDERANÇA FEMININA

DANI BARCELLOS



ANDRÉIA FIORAVANTE
Advogada, Palestrante, Mentora de Mulheres
Criadora do Movimento Despertando Mulheres

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Vivemos em um tempo em que as conexões humanas se tornaram um dos maiores ativos para o crescimento profissional e empresarial. Em um cenário marcado por rápidas transformações, intensificadas pela pandemia, por crises econômicas e, no caso do Rio Grande do Sul, também pelos impactos das enchentes recentes, muitas pessoas passaram a compreender que crescer sozinho é cada vez mais difícil.

Nesse contexto, dois conceitos ganharam força no mundo dos negócios: networking e netweaving.

O networking é amplamente conhecido e refere-se à construção de uma rede de contatos profissionais. Participar de eventos, conhecer pessoas, trocar experiências e ampliar conexões sempre foi uma estratégia importante para o desenvolvimento de carreiras e empresas.

No entanto, o mundo contemporâneo trouxe uma evolução desse conceito. Surge então o netweaving, uma abordagem que vai além da simples troca de contatos e propõe algo mais profundo: a construção de relações baseadas em colaboração, confiança e geração de valor mútuo.

Enquanto o networking muitas vezes parte da lógica "o que essa pessoa pode fazer por mim?", o netweaving propõe uma mudança de mentalidade: "como posso contribuir para fortalecer essa conexão?". Essa visão transforma redes de contato em verdadeiras redes de cooperação.

Esse movimento se torna ainda mais relevante quando observamos o crescimento do empreendedorismo feminino no Brasil. Segundo dados do Sebrae, as mulheres já representam 46,8% dos empreendedores iniciais no país, demonstrando a força crescente da presença feminina na economia. E em 2025, mais de 2 milhões de novos pequenos negócios foram abertos por mulheres, representando cerca de 42% das empresas criadas naquele ano.

Entretanto, empreender também traz desafios. Muitas mulheres ainda enfrentam sobrecarga de responsabilidades familiares, dificuldades de acesso a crédito e barreiras culturais no ambiente empresarial. Diante desse cenário, torna-se cada vez mais importante a criação de ambientes estruturados de conexão, desenvolvimento e apoio entre mulheres.

Foi a partir dessa visão que nasceu o Despertando Mulheres, um ecossistema voltado ao desenvolvimento integral feminino, que integra iniciativas como capacitação de lideranças na política, alinhamento integral feminino, mentoria de vida, imersões e conexões estratégicas.

Dentro desse ecossistema surgiu a Mesa de Negócios Despertando Mulheres, um espaço criado para promover encontros periódicos entre mulheres empreendedoras e profissionais que desejam crescer juntas, compartilhar experiências e construir oportunidades reais.

A proposta da mesa vai além do networking tradicional. Inspirada no conceito de netweaving, ela se baseia em pilares como honra, colaboração, desenvolvimento pessoal e prosperidade compartilhada.

Nesse ambiente, cada encontro se torna um espaço de diálogo, aprendizado e construção de pontes entre histórias, talentos e projetos. Mais do que trocar contatos, as participantes constroem relações baseadas em confiança, apoio e crescimento mútuo.

Mas a mesa também traz uma dimensão cada vez mais necessária no mundo atual: a consciência cidadã.

A mulher empreendedora de hoje precisa estar atenta não apenas ao mercado, mas também ao contexto social e político em que vive. Decisões políticas impactam diretamente o ambiente econômico, as oportunidades de negócios e o desenvolvimento das cidades.

Por isso, espaços de encontro e formação também se tornam ambientes de reflexão sobre liderança, responsabilidade social e participação cidadã.

> "Mulheres que se sentam nas mesas certas não constroem apenas negócios. Elas constroem pontes de desenvolvimento, cidadania e transformação para toda a sociedade."

Grandes líderes empresariais sempre compreenderam o valor estratégico das relações. Estudos publicados pela Harvard Business Review apontam que executivos de alto nível dedicam parte significativa de seu tempo à construção e manutenção de redes de relacionamento, pois sabem que oportunidades e decisões importantes raramente acontecem de forma isolada, elas nascem da confiança e das conexões.

O tempo presente, no entanto, exige um novo nível de consciência. Mais do que construir redes de influência, somos convidados a construir redes de colaboração.

Nesse sentido, iniciativas como a Mesa de Negócios Despertando Mulheres tornam-se ainda mais relevantes. Elas criam ambientes onde conexões não são apenas contatos, mas pontes para crescimento pessoal, prosperidade econômica e participação cidadã.

As mesas onde nos sentamos e as conexões que escolhemos cultivar — têm o poder de influenciar não apenas nossos negócios, mas também o futuro da sociedade.

Especialista em Transformação de Vidas
@andreia.fioravante

LE BERG
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

A FORÇA DA AMESNE NA SERRA GAÚCHA

ACERVO PESSOAL



NELTON CARLOS CONTE
Presidente da Amesne e prefeito de Fagundes Varela

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Quem percorre a Serra percebe rapidamente que ali existe uma engrenagem muito própria. Em um município, a paisagem é marcada pelas vinhas e pelo fluxo de visitantes; em outro, pelo som das fábricas, pela movimentação de caminhões e pelo ritmo de um setor produtivo que exige organização diária. Em cidades como Bento Gonçalves, Garibaldi e Flores da Cunha, a vitivinicultura, o enoturismo e a tradição herdada de gerações ajudam a sustentar uma identidade muito forte. Em Caxias do Sul, a presença industrial e metalmecânica se impõe como um dos pilares econômicos da Serra. Em muitos outros municípios, o desenvolvimento ganha forma no trabalho das propriedades rurais, da agroindústria, do comércio local, dos serviços e da capacidade de manter atividade econômica viva mesmo em cidades menores.

A força da Amesne precisa ser lida a partir dessa realidade concreta. Ela não está apenas no fato de reunir prefeitos ou representar formalmente uma associação. Ela aparece quando a região precisa defender melhores condições logísticas, tratar de acessos, discutir infraestrutura, encaminhar demandas de saúde, fortalecer sua atividade produtiva e dar peso político a temas que ultrapassam os limites de uma única prefeitura. Muitas vezes, um problema que parece local em uma cidade se revela regional quando se observa seu impacto sobre trabalhadores, empresas, circulação de mercadorias, atendimento à população e conexão entre municípios. A associação tem valor justamente porque ajuda a transformar necessidades dispersas em pauta comum.

A Serra Gaúcha possui uma característica que ajuda a explicar essa força coletiva. Suas cidades preservam identidade muito clara, mas mantêm entre si uma relação de complementaridade. O visitante pode passar por municípios em que a experiência do vinho, da mesa, da cultura e da paisagem ganha destaque. Pode seguir adiante e encontrar polos marcados pelo trabalho fabril, pela indústria, pelos serviços especializados e por cadeias produtivas de grande alcance. Pode também reconhecer, entre uma cidade e outra, o peso da produção rural, da pequena propriedade e das comunidades que continuam ligadas à terra. Essa combinação cria uma região variada, reconhecível e economicamente densa. A atuação da Amesne faz sentido exatamente porque existe esse conjunto, e não apenas cidades isoladas.

Também existe um traço humano que merece ser destacado. A Serra se consolidou com uma cultura de esforço continuado, de disciplina, de cuidado com o que se produz e de responsabilidade com a continuidade. Isso aparece na organização das empresas, no capricho com que muitos negócios familiares se mantêm ativos, na preservação de tradições, na capacidade de acolher visitantes, no compromisso com a produção rural e na seriedade com que muitos municípios tratam o desenvolvimento local. A Amesne se insere nesse ambiente como expressão institucional de uma região que valoriza ação coordenada, visão prática e presença constante nas pautas que importam.

Falar da força da associação, portanto, exige mostrar a região que ela representa. Exige lembrar que a Serra Gaúcha reúne cidades que se projetaram pelo vinho, pela indústria, pelo turismo, pelo comércio, pelos serviços e pela capacidade de manter uma vida econômica intensa em diferentes escalas. Exige reconhecer que esse território pede articulação permanente, porque o que acontece em um município muitas vezes repercute em toda a região. Exige compreender, ainda, que uma associação regional ganha relevância quando atua como instrumento de defesa concreta de interesses compartilhados e quando ajuda a dar direção às demandas que afetam a Serra como um todo.

A Amesne participa dessa construção ao reunir municípios de uma região que aprendeu a crescer sem perder suas marcas mais reconhecíveis. A paisagem da Serra continua trazendo a memória dos vinhedos, das cantinas, das festas, das empresas, das oficinas, das fábricas, das propriedades rurais e das cidades que se expandiram sem deixar de lado sua identidade. Ao mesmo tempo, os desafios de hoje pedem presença institucional, capacidade de diálogo entre prefeitos, articulação política e compromisso com as condições que mantêm a região ativa e competitiva. A associação ganha sua dimensão mais clara justamente nesse ponto: servir como espaço de convergência para uma Serra que tem muito a preservar e muito a conduzir.

> “A força da Amesne, na Serra Gaúcha, nasce dessa ligação com um território real e profundamente reconhecível. Nasce do fato de representar municípios que ajudaram a formar uma das regiões mais marcantes do Estado”

A força da Amesne, na Serra Gaúcha, nasce dessa ligação com um território real e profundamente reconhecível. Nasce do fato de representar municípios que ajudaram a formar uma das regiões mais marcantes do Estado. Nasce da capacidade de reunir cidades diferentes em torno de interesses que se encontram na produção, na infraestrutura, na saúde, na mobilidade, no desenvolvimento e na defesa de condições favoráveis para quem vive e trabalha ali. E nasce, sobretudo, do entendimento de que uma região com esse peso precisa manter sua voz organizada, sua presença afirmada e sua atuação conduzida com clareza de propósito.


MAIS DE 5 MIL
FAMÍLIAS COM
CASA NOVA
Um novo lar para quem
perdeu tudo é o recomeço
garantido em Canoas.
TÁ ACONTECENDO.
TÁ AVANÇANDO.
PREFEITURA DE
CANOAS



80 anos ao lado da advocacia gaúcha



A CAARS celebra sua história reafirmando o compromisso com a saúde, a assistência, os benefícios e os serviços que acompanham advogadas, advogados e estagiários em todo o Rio Grande do Sul.

Presença, cuidado e apoio para a advocacia.

80 anos CAARS

OAB RIO GRANDE DO SUL | CAARS